



ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2016/03/23

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Ata nº 4/2016, da reunião de câmara de 2016/02/24			Aprovação
2	Prestação de contas da Câmara Municipal do exercício de 2015 - Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras			Aprovação
3	Prestação de contas dos SMAS do exercício de 2015 - Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras			Aprovação
4	1ª Revisão ao orçamento, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da Câmara Municipal para 2016			Aprovação
5	1ª Revisão ao orçamento e plano plurianual de investimentos dos SMAS de Vila Franca de Xira para 2016			Aprovação
6	Orientações para consolidação de contas do exercício de 2015 do Município de Vila Franca de Xira			Aprovação
7	Abertura de procedimento - Serviços de Rede Corporativa de Dados e Internet - Linha dedicada SMAS-EPAL - Ajuste direto - Regime Geral - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual	SMAS		Aprovação
	SERVIÇO MÉDICO-VETERINÁRIO MUNICIPAL			
8	Doação de ração ao Canil Municipal			Aceitação
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento Da competência do Presidente da C.M.			
9	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			



ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2016/03/23

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
10	Legislação-síntese e editais			Conhecimento
11	Pagamentos autorizados			Conhecimento
12	Balancetes			Conhecimento
	. Outros assuntos			
13	Aplicação da Lei nº 113/2015, de 24/08 - Assunção de custos pelo Município			Apreciação e deliberação
14	Procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para técnico superior (área de engenheiro eletrotécnico) - Remessa à Assembleia Municipal para aprovação da prorrogação do prazo para homologação da lista unitária de ordenação final			Aprovação
15	Procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente operacional (cantoneiro de limpeza) - Remessa à Assembleia Municipal para aprovação do recrutamento excecional			Aprovação
16	Procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente operacional (lavador de viaturas) - Remessa à Assembleia Municipal para aprovação do recrutamento excecional			Aprovação
17	Procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente operacional (jardineiro) - Remessa à Assembleia Municipal para aprovação do recrutamento excecional			Aprovação
18	Procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para técnico superior (área de engenheiro civil) - Remessa à Assembleia Municipal para aprovação do recrutamento excecional			Aprovação
19	Parecer prévio vinculativo e prorrogação de contrato de prestação de serviços por avença	Luís Filipe Freire		Aprovação



ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2016/03/23

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
20	Regulamento de alienação por hasta pública do lote 147 do Casal da Serra, Póvoa de Santa Iria, valor de cada lance e constituição da comissão		Póvoa de Stª Iria	Aprovação
21	Regulamento de alienação por hasta pública do lote 157 do Casal da Serra, Póvoa de Santa Iria, valor de cada lance e constituição da comissão		Póvoa de Stª Iria	Aprovação
22	Fornecimento em contínuo de gás natural veicular durante os anos económicos de 2017 e 2018 - Início do procedimento e remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
23	Exercício do direito de preferência sobre a fração "O", sita na rua Almada Negreiros, nº 19	Veigas & Veigas - Mediação Imobiliária Unipessoal, Lda	Alverca do Ribatejo	Aprovação
GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA				
24	Relação de atos da competência da Câmara Municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
25	Projeto de loteamento - Casal da Tasca - A-dos-Loucos - Declaração de caducidade	Vitas - Edificações, SA	S. João dos Montes	Aprovação
26	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 60, do loteamento do Casalinho	Gonçalo Miguel Real da Silva	Vialonga	Aprovação
OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS				
27	VII Raid BTT Miratejo - Isenção de taxa de condicionamento de trânsito	Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso		Aprovação
28	Corrida da Primavera - Isenção de taxa de condicionamento de trânsito	ATL da Bolonha		Aprovação
29	Adaptação das antigas instalações de posto da GNR em esquadra da PSP - Desenvolvimento do plano de segurança e saúde	Joaquim Fernandes Marques & Filho, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
30	Construção da EB 1 nº 2 de Vialonga - Programa de trabalhos ajustado	Norcep, Lda	Vialonga	Aprovação



ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2016/03/23

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
31	Contratação de serviços para manutenção, assistência técnica, fiscalização e recolha dos 17 parómetros de Vila Franca de Xira - Parecer prévio vinculativo e posterior remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO			
32	Refeições escolares - EBI Dr. Vasco Moniz	Agrupamento de Escolas Alves Redol		Aprovação
33	Refeições escolares - EBI Dr. Vasco Moniz	Centro de Bem-Estar Infantil de Vila Franca de Xira		Aprovação
34	Constituição do júri do Prémio Carlos Paredes - Edição de 2016			Aprovação
35	Feira Anual de Outubro 2016 - Regulamentos			Aprovação
36	Salão de Artesanato - Regulamento			Aprovação
37	Colete Encarnado 2016 - Atribuição de subsídio compensatório aos Campinos			Aprovação
38	Colete Encarnado 2016 - Constituição de fundo de maneio			Aprovação
39	Apoio municipal à temporada tauromáquica de 2016			Aprovação
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
40	Alteração e aditamento a protocolo para utilização dos campos de futebol	União Desportiva Vilafranquense	Vila Franca de Xira	Aprovação
41	XIRA2016 - Encontros Desportivos Concelhios - Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo	Núcleo de Árbitros da Póvoa de Santa Iria		Aprovação
42	Encontro de Futsal Solidário - Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo	Associação Companheiros da Noite		Aprovação



ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2016/03/23

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
43	Ponto de situação das AUGI's			Conhecimento
44	Tomada de posição em defesa dos serviços públicos de água, saneamento e resíduos	não discutido - Próxima reunião		Aprovação
45	Proposta nº 2/2016 - Refeições Escolares - Alteração de escalão	não discutido - Próxima reunião		Aprovação
46	Proposta nº 3/2016 - Pela acessibilidade e mobilidade	não discutido - Próxima reunião		Aprovação
47	Ata em minuta da reunião			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2016/03/23

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e dezasseis, pelas 9h30, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----
. Fernando Paulo Ferreira; -----
. Aurélio dos Santos Marques; -----
. Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus; -----
. António José Sequeira Félix; -----
. Ricardo Manuel Cordeiro Anastácio; -----
. José António da Silva de Oliveira; -----
. Helena Maria Nunes Ramos Pereira; -----
. Maria de Fátima Pires Antunes; -----
. Ana Paula Bayer Lourenço. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores Ana Lúcia Alves Cardoso, João Manuel Correia Pires de Carvalho, Paulo Sérgio Pinto Rodrigues e Rui Ribeiro Rei, tendo sido substituídos pelos Srs. Ricardo Manuel Cordeiro Anastácio, Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus, Helena Maria Nunes Ramos Pereira e Ana Paula Bayer Lourenço, respetivamente. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Isabel Maria Gaião Moreira, Coordenadora Técnica. ---

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----

Am

Am

Fl. Livro _____

Fl. Ata 002

Reunião de 2016/03/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Chefe do Gabinete-----

Dr. Renato Gonçalves-----

. Adjunto-----

Jorge Zacarias-----

GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO-----

. Adjuntos-----

Dr. Alexandre Sargento-----

Adão Conde-----

. Secretária-----

Fernanda Gomes-----

. Assessoria-----

Dr. Luís Carvalho-----

André Escoval-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Técnica Superior-----

Drª Ana Coelho-----

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS-----

. Coordenadora-----

Drª Isabel Araújo-----

. Prestador de serviços de apoio ao gabinete-----

Dr. Luís Vasconcelos-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão de Recursos Humanos-----

Dr. Paulo Alenquer-----

. Chefe da Divisão de Planeamento, Financeiro e Controlo Interno-----

Drª Nélida Soares-----

Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental-----

. Técnica Superior-----

Drª Sónia Leitão-----

. Técnico de informática-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 103

Reunião de 2016/03/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Mário Reis -----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor -----

Arqtº Nuno Santos -----

. Coordenador da Divisão de Planeamento e Requalificação Urbana -----

Urb. Ricardo Ramalho -----

. Técnica Superior-----

Engª Carla Alcobia -----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS -----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão -----

. Chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas-----

Engº Clemente Rocha -----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA-----

. Diretora-----

Drª Maria de Fátima Roque -----

. Chefe da Divisão de Educação-----

Dr. Pedro Montes-----

. Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus -----

Drª Maria João Carraça -----

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-----

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público -----

Arqtª Catarina Conde -----

. Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social-----

Drª Ana Carla Costa -----

. Coordenadora do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo e Juventude -----

Drª Anabela Pereira -----

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA-----

. Chefe da Equipa -----

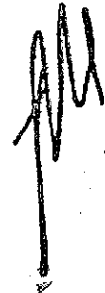
Urbª Luís Matas de Sousa -----



Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
ENTREGA DO ALVARÁ DA AUGI CASAL DA CARÇAÇA – ALVERCA DO RIBATEJO -----
Interveio o Sr. Presidente, cumprimentando todos os presentes, e dando início à reunião, dizendo que vai começar por entregar, aos representantes da comissão, o alvará de licença de loteamento urbano nº1/2016-AUGI, que se denomina AUGI do Casal da Carçaça, sendo por isso com todo o gosto que pede ao representante da comissão para se dirigir à mesa para lhe entregar os respetivos documentos.-----
De seguida, procedeu à entrega do alvará, dizendo ser este finalmente o dia tão esperado, e desejando muitas felicidades e um bom trabalho. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
ALTERAÇÃO DO MOMENTO DE DISCUSSÃO DO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -
Interveio o Sr. Presidente, informando que, em contactos com as duas forças
políticas da oposição, o período antes da ordem do dia passará para as 13h00.-----
Se não houver nada em contrário o período antes da ordem do dia passará
justamente para as 13h00, sendo que, com poder de síntese, pensa que
provavelmente se conseguirá também dar resposta a uma série de questões que
foram colocadas, às quais ainda não houve ocasião de responder.-----
Nessa altura também fará uma declaração sobre os trágicos acontecimentos de
ontem, em Bruxelas.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA DEPUTADA ODETE SILVA -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que antes de dar início à reunião queria ler um voto de pesar, que passará a ler, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, pelo falecimento da Srª Deputada Odete Silva.-----

De seguida, solicitou aos presentes que o acompanhassem num minuto de silêncio, que foi cumprido. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, começando por cumprimentar os presentes e referindo que os membros da Coligação Novo Rumo, naturalmente, como não podia deixar de ser, associam-se ao voto de pesar da câmara municipal, referindo ainda que Odete Silva foi uma mulher distinta, reconhecida pelas organizações onde participou como um exemplo de talento, coerência, integridade cívica, de democrata dedicada e de mulher permanentemente atenta e solidária com as causas do bem comum.-----

Gestora de profissão, cedo se revelou uma cidadã de enorme disponibilidade e preocupação cívica, tendo sempre desempenhado várias funções de responsabilidade em prol da comunidade. Mãe extremosa e esposa dedicada, era capaz da maior coragem e de total dedicação, não apenas à família mas a todas as causas que abraçou com determinação e persistência. -----

Mulher combativa e solidária, amiga e companheira, deixou-os com um último ato exemplar de coragem na luta contra a doença que infelizmente teve de enfrentar.--

Odete Silva deixa nos seus filhos Tânia e Afonso, e no seu marido, companheiro de vida, Rui Rei, e colega vereador, o legado de uma missão de dedicação à vida autárquica, associativa e à elevação cívica da sociedade portuguesa. -----

À sua família, aos seus amigos e a todos quantos a conheceram e estimaram, expressam a mais sentida gratidão pela sua dedicação no trabalho autárquico, e realçam, neste momento de tristeza, o contributo dado para a vida pública portuguesa, através do desempenho de várias funções públicas, homenageando uma mulher que trabalhou para um mundo melhor, uma eleita que honrou a assembleia municipal, e uma munícipe notável. -----



MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Voto de Pesar

Falecimento da Senhora Deputada Odete Silva

Faleceu no passado dia 10 de março a Senhora Deputada Odete Silva.

Nascida na cidade do Porto, em 1971, Odete Silva residia no nosso Concelho.

Lutou, com coragem e determinação, contra a doença que, prematuramente, provocou o seu falecimento.

Era uma mulher afável, generosa e solidária.

Como cidadã, saliento o seu empenhamento cívico, desempenhando as funções de Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Santa Iria.

Na sua atividade Política, era Deputada à Assembleia da República, eleita pelo Círculo de Lisboa, funções que já exercia na Legislatura anterior, e integrava, também, a Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira, como eleita.

Desempenhava, igualmente, em termos partidários, a Presidência da Comissão Política Concelhia de Vila Franca de Xira do Partido Social Democrata.

Odete Silva sempre pautou a sua vida por um profundo espírito de missão, distinguindo o essencial do acessório e, nesse sentido, criou pontes, estabelecendo o diálogo e honrando os compromissos e a palavra.

Por isso, da sua vida fica, na nossa memória, um exemplo de dedicação à comunidade e ao bem comum.

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira expressa o seu mais profundo pesar e consternação pelo falecimento de Odete Silva, apresentando à família enlutada, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Santa Iria e ao Partido Social Democrata as suas mais sinceras condolências.

Paços do Município de Vila Franca de Xira, 23 de março de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

Alberto Mesquita

A

M

Assunto: ATA Nº 4/2016, DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2016/02/24 -----

Presente para aprovação a ata nº 4/2016, da reunião de câmara de 2016/02/24, com dispensa da sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que entendeu não colocar hoje a continuação da discussão da ata nº 3, que passará para a próxima reunião de câmara. Por isso pergunta, sobre a ata nº 4/2016, se há alguma questão a colocar.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, cumprimentando os presentes e referindo que o Sr. Presidente teve oportunidade, em momento adequado, de ouvir a força política CDU sobre as questões duma eventual proposta de alteração da ata referente a uma reunião de câmara anterior. Assim, sem prejuízo daquilo que o Sr. Presidente acabou de informar, que vai remeter para uma próxima reunião de câmara a sua apreciação e votação, os membros da CDU não querem deixar passar este momento sem informar o seguinte: -----

Como primeiro aspeto, ao contrário do que foi dito pela sua bancada, na reunião de câmara anterior, quando o próprio, no uso da palavra, tentou contextualizar o momento preciso em que a discussão foi feita, por lapso informou a câmara municipal que tinha acontecido no decurso de um procedimento de aprovação de um ponto constante da ordem de trabalhos. Na verdade não foi bem assim, e não era a sua intenção. O que se estava a discutir era o período reservado ao período antes da ordem do dia, envolvendo assuntos relacionados, na opinião da CDU, com problemas constantes do ponto de vista urbanístico e ambiental na zona ribeirinha da Póvoa de Santa Iria. Essa era uma questão que gostariam que ficasse clarificada em ata, em rigor daquilo que efetivamente aconteceu. -----

Como segundo aspeto, sem prejuízo do Sr. Presidente tomar as devidas diligências, designadamente com quem o entenda fazer, e da parte dos membros da CDU haverão de estar sempre disponíveis para toda e qualquer forma de diálogo sobre essa matéria, informam que não estão disponíveis para que uma alteração eventual à ata tenha como objetivo inscrever redação de motivos alheios ao funcionamento da câmara municipal. Em bom rigor da verdade o que querem dizer é que, quanto muito, se faça aquilo que se impõe e o que acontece em todos os momentos.-----

Interrompeu o Sr. Presidente, dizendo que teve o cuidado de dizer que decidiu que essa discussão passava para a próxima reunião de câmara, mas o Sr. Vereador está a fazer já a discussão do ponto.-----

Interveio de novo o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que pede só que o Sr. Presidente tenha presente um pedido dos membros da CDU, que quando muito a referência à ata se limite à ausência ou saída de membros da câmara municipal, sendo que todos os apartes são absolutamente dispensáveis sobre essa matéria. ---

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que serão enviados os documentos, em tempo oportuno, e depois o Sr. Vereador e a sua bancada dirão aquilo que acharem conveniente sobre a matéria. -----

Respondeu o Sr. Vereador que pensa que é importante ficar-se já com esta informação, até para não se adiar por muito mais tempo a discussão sobre esta matéria.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata nº 4/2016, da reunião de câmara de 2016/02/24, não tendo participado na votação os Srs. Vereadores Helena Ramos, Ricardo Anastácio e Ana Paula Bayer, por não terem estado presentes.-----



Assunto: INTERVENÇÕES DOS PONTOS 2 A 6 DA ORDEM DO DIA -----

Interveio o Sr. Presidente, sugerindo, como habitualmente, que se faça a discussão dos pontos 2 a 6 da ordem do dia, e que a votação seja feita ponto a ponto, sendo que o próprio irá fazer uma intervenção no que concerne à câmara municipal.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, perguntando se pode fazer uma sugestão.----

Questionou o Sr. Presidente se é alguma questão diferente do que é habitual. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que não, mas propunha, para evitar que as discussões se adensem, que se tivesse algum cuidado nas intervenções, relativamente ao conteúdo das mesmas, e que se pudessem respeitar sobre os pontos em concreto, porque, se se mistura tudo, depois pode ser difícil a gestão da discussão. -----

É só uma sugestão que deixa, até tendo em conta a última discussão sobre o orçamento, mas o Sr. Presidente assim entenderá, se achar como conveniente a sugestão da CDU.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que pensa que o Sr. Vereador tem razão, e até julga que é uma autocrítica, e é bem-vinda. Assim, ir-se-á, como estava a dizer, fazer a discussão dos pontos 2 a 6, fará a intervenção da câmara municipal e depois passará a palavra ao Sr. Presidente do conselho de administração dos SMAS. -----

De seguida, procedeu à leitura do documento intitulado “Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal – Relatório de Gestão 2015 e Demonstrações Financeiras”, que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. --

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Oliveira, cumprimentando todos os presentes e passando a ler um documento referente à prestação de contas dos SMAS, do exercício de 2015, com o relatório de gestão e demonstrações financeiras, que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, cumprimentando todos os presentes, aproveitando para saudar a Srª Vereadora Helena Ramos, pela sua vinda pela primeira vez à reunião de câmara.-----

Prosseguiu, dizendo que na sua intervenção vai situar-se mais na parte de números, seguindo a tendência desde o início. Talvez sejam até mais relevantes alguns que estão a seguir, mas, se for preciso, tem consigo as páginas da citação

[Handwritten signature]

da sua intervenção.-----

Perguntou o Sr. Presidente se o Sr. Vereador Aurélio Marques se vai referir aos documentos da câmara municipal e dos SMAS.-----

Respondeu o Sr. Vereador que não, só da câmara municipal, e vai evitar falar muito em cifrões e mais em percentagens.-----

Assim, quanto ao resultado líquido do ano, o que diz é que o mesmo apresenta o valor negativo de 994 763,74€, em 2014 foi de 1 474 730,47€, pelo que houve uma recuperação de cerca de 480 000,00€ em relação ao saldo do ano passado, o que é de registar, mas continua-se com um resultado líquido negativo nas contas do município.-----

Em relação ao trabalho extraordinário, houve um aumento de 20%, e os membros da CDU gostariam de saber qual a razão deste aumento, até porque as horas extraordinárias, se a memória não lhe falha, são pagas, por decisão do governo anterior, com menos valores, porque houve uma redução, e muito bem, de 0,26% nas despesas com o pessoal. Reduziu-se, e bem, mas depois houve um aumento extraordinário de 20%, que certamente está justificado, mas gostariam de saber.---

Sobre as grandes opções do plano, os compromissos globais atingiram o valor de 33 198 857,45€, a que corresponde 78,26% de execução física, e a execução financeira foi de 72,22%. O PPI – Plano Plurianual de Investimentos, teve 62,25% na execução física e 55,24% na execução financeira. Depois, o PAM – Plano de Atividades Municipais, já teve um maior valor em percentagem, de 83,19% na execução física e de 87,77% na execução financeira. Em relação à sua execução, não quer dizer que seja muito baixo, mas é baixo, embora dependa de cada um, é como o copo, meio cheio ou meio vazio.-----

No funcionamento do concelho, a execução física foi de 77,82% e a execução financeira foi de 73,48%. O PPI teve 47,49% na execução física, e 43,14% na execução financeira. O PAM, como é normal, já teve um aumento mais significativo na execução física, mais de 90%, e na financeira teve quase esse valor.-----

Na segurança e proteção civil, houve apoio a 34 ocorrências, em 2014 foram 78, o que é até de realçar, e possivelmente as condições, não só de vias, mas de tudo isso, contribuiu para essa situação.-----

Nos resíduos sólidos indiferenciados houve um decréscimo de 2,09%, de 44 916



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **012**

Reunião de 2016/03/23

Procº _____

Deliberação nº _____

toneladas para 43 997, e os materiais recicláveis tiveram um aumento de 3,15%, de 3 743 toneladas para 3 841. Não sabe se foi uma transferência de uma rubrica para outra, se isso não aconteceu e as pessoas tiveram mais cuidado, ou, fazendo um pouco de humor, a crise obrigou-as a fazerem menos resíduos sólidos.-----

Ainda é pouco, mas na questão dos materiais recicláveis pensa que o público começa a estar mais recetivo a esta situação, mas depois lhe dirão se está errado ou certo, como dizia o outro.-----

No desenvolvimento do concelho, a execução física e a execução financeira foram acima dos 90%, o que também é de registar.-----

No Colete Encarnado participaram 41 tertúlias, em 2014 foram 56, e não sabe se a câmara municipal tem alguma relação que saiba apresentar sobre a menor participação das tertúlias. Muitas das vezes fala-se em 56, estão aqui 41, e também a confederação tem o seu número. -----

Na questão da Feira de Outubro houve 93 feirantes, em 2014 foram 126. Os artesãos foram 96 e em 2014 foram 128. Há de haver uma razão concreta sobre esta redução, e possivelmente a câmara municipal a apresentará. -----

No que respeita ao planeamento e requalificação urbana, a execução física foi de 57,35% e a execução financeira de 52,31%, o que é realmente muito baixo, sendo evidente que as grandes obras apoiadas com as receitas de capital foram menos. O PPI teve 50,16% nos compromissos e 46,58% nos pagamentos. O PAM, como é normal, já teve, num lado, acima dos 80%, e noutro 76%. Em 2014, nesta questão do planeamento e qualificação urbana, a execução foi muito superior, 76,58% na execução física e 72,42% na financeira, mas pode ser aquilo que disse, haver menos obras, o que lamenta, apoiadas ao nível nacional e internacional. -----

Aproveita ainda, embora o Sr. Presidente até tenha falado no Fórum do Tejo, e fala muitas vezes, para dizer que os membros da CDU registam com agrado, mas voltam a lembrar a requalificação da frente ribeirinha norte, que é uma questão que muito lhes diz. -----

Os pareceres ambientais foram 10, em 2014 foram 35, com 3 inquéritos ambientais que não constam nos documentos, e gostariam de saber as razões. -----

Quanto à educação e juventude, a execução física foi de 79,05% e a execução financeira de 69,36%. O PPI teve depois um aumento acima de 84% na execução

física, e de 67% na execução financeira, sendo que o PAM foi na ordem dos 70%. Em 2014 a execução física foi de 77,83% e a execução financeira foi de 71,86%. Portanto, em relação ao ano anterior, consideram que são valores baixos.- ----- Quanto às atividades de enriquecimento curricular, frequentaram-nas 2 774 alunos, a taxa de adesão foi de 67%. Em 2014 foram 3 674, com uma taxa de 70%. Gostariam de saber as razões, e certamente a câmara municipal terá resposta para tudo, como é evidente. -----

Nas casas da juventude foram realizadas 85 iniciativas, em 2014 foram 202. Estas 85 envolveram 1 266 jovens, e em 2014 foram 2 029. Os utilizadores das casas da juventude foram de 21 668, e em 2014 foram 26 865. Em Alverca do Ribatejo foram 7 408, tinham sido 10 608, no Forte da Casa foram 2 195, tinham sido 3 538, na Póvoa de Santa Iria foram 3 695, e tinham sido 4 094. Em Vialonga é de registar que foram 8 370, quando tinham sido 6 490, tendo havido pois um aumento bastante significativo, que se regista. As de Vila Franca de Xira e Sobralinho foram cedidas a duas instituições, embora Vila Franca de Xira, em 2014, teve 585, e o Sobralinho teve 550, registando-se uma diminuição significativa. -----

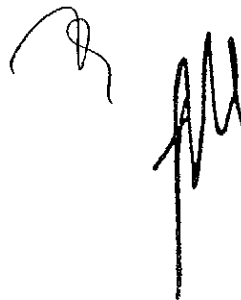
Em 2015, se captou bem, não se realizou o RIFFEST – Concurso de Bandas Jovens, e gostariam de saber porquê. -----

Quanto ao Festival da Juventude, foi visitado por cerca de 4 000 jovens, em 2014 foram cerca de 7 000, sendo os números aqui indiscutíveis, mas há razões pertinentes com certeza para esta diminuição em tudo o que citou.-----

Quanto à habitação, saúde e ação social, a execução física foi de 71,09%, e a execução financeira de 63,58%. O PPI teve 55,49% na execução física e 40,08% na execução financeira. O PAM teve 81,67% de execução física e 79,51% na execução financeira. Aqui os números também não enganam, estão cá, e os membros da CDU pensam que esta situação é baixa. -----

Relativamente à ação sociocultural e atividade de lazer, a execução física foi de 82,53% e a execução financeira de 72,57%, inclusive o PPI teve na execução física mais de 70% e na execução financeira não chegou a 48%. -----

No PAMA - Programa de Apoio ao Movimento Associativo, o valor foi 503 177,00€, e em 2014 foi de 504 315,00€. Houve uma redução, não muito significativa, é evidente, mas em relação ao ano passado houve, foi de 1 138,00€. Também no



Fl. Livro _____

Fl. Ata 014

Reunião de 2016/03/23

Procº _____

Deliberação nº _____

PAMA, na página 44, há que fazer uma emenda no que está. Diz-se que houve 400 apoios, mas na sua análise, e pode estar enganado, há um erro, ou o erro pode ser seu, porque no quadro abaixo são apenas 385 que estão lá, e não 400. Em 2014 é que houve 400 apoios.-----

Sobre as bibliotecas, há um aumento muito significativo, que registam com agrado, e que já era talvez esperado, de presenças na biblioteca de Vila Franca de Xira. Em Alverca do Ribatejo também houve um aumento, embora menor. Contudo, na página 44, pode-se ver que na Póvoa de Santa Iria, Vialonga, Forte da Casa, Centro Cultural do Bom Sucesso e Bibliomóvel, houve uma diminuição acentuada, em especial no Bibliomóvel, com 1 688, quando em 2014 teve 6 143 presenças. A que se pode dever este facto?-----

Sobre o Museu do Neo-Realismo, faz uma pré-declaração, porque já por duas vezes fez, em nome da sua bancada, rasgados elogios à atividade do Museu do Neo-Realismo, mas constatou que o museu teve 120 atividades, e em 2014 foram 227. Teve 12 548 visitantes, e em 2014 teve 22 011. Haverá alguma justificação para esta mudança? Apesar disso, volta a dizer que a sua bancada, pela sua voz e não só, pensa que é de destacar o Museu do Neo-Realismo, pela qualidade daquilo que apresenta.-----

Depois, refere uma nota, que pensa que já no ano passado também acontecia. Não vê, e talvez seja deficiência sua, nenhuma referência ao museu municipal, da rua Serpa Pinto. Já várias vezes elogiou também, em nome da sua bancada, a atividade, que não vai repetir, do museu municipal, mas não quer fazer disto qualquer sofisma ou pré-intenção.-----

Sobre a animação cultural, foram realizadas 15 exposições, em 2014 foram 11, pelo que se avançou, mas com 10 590 visitantes, menos visitantes, pois em 2014 foram 13 840. Assim, houve mais exposições mas menos visitantes. Sabe que não será culpa da câmara municipal, mas certamente tem de haver mais algum dinamismo, as pessoas, ou não frequentam, ou não estão para isso.-----

Nas atividades desenvolvidas nos equipamentos de desporto e lazer, nos pavilhões municipais constam 66 863 utilizadores, mas, somando as parcelas individuais, o total é de 66 833. Não é significativo, contudo, se não está enganado, pensa que deve ser retificado. Trata-se da página 51, em que se verifica uma diferença, para



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 015

Reunião de 2016/03/23

Procº _____

Deliberação nº _____

menos, de 35 510 utilizações.-----

Continuou, mencionando que os membros da CDU já algumas vezes, nas reuniões de câmara, quando se discutem as taxas destes equipamentos, tentaram sensibilizar o executivo do PS se não havia possibilidade de haver uma redução, mas não têm tido resultado. Há alguns pedidos que muitos utilizadores têm feito chegar aos membros da CDU, disseram isso na altura, e reafirmam a sensibilização para o executivo da câmara municipal, sobre a questão dos pavilhões municipais. -- Quanto à organização e funcionamento municipal, teve uma execução física de 80,65% e uma execução financeira de 72,27%, sendo que no PAM a execução financeira é de 64,43%. -----

No que respeita à receita, para não se dizer, como se disse no ano passado, que o próprio não realçava, e já realçou atrás muitas coisas do que está bem nesta relação de despesas, o orçamento inicial foi de 52 405 113,00€, e o orçamento final foi de 70 506 383,34€, tendo havido uma execução muito positiva nas receitas de 72 107 974,61€, de 102,27%. Assim, é justo realçar, e ficaria de mal com a sua consciência se não realçasse o resultado, que tem vindo a ser também nos últimos anos na ordem dessa grandeza, sendo que aliás, dos 3 anos a que há reporte, a média passa umas décimas de 100%. -----

Em relação à despesa, o orçamento teve uma execução de 78,43%, e embora seja razoável, quanto a si não é um valor por aí além. Pensa que poderia ter sido maior, que o resultado final deveria ter sido melhor.-----

Quanto à análise geral, a receita, com o saldo da conta de gerência, que o Sr. Presidente destacou, e muito justamente, teve um saldo de 16 811 200,07€, sendo que em 2014 foi de 17 666 549,34€, pelo que reduziu. Sobre este saldo tem ainda que dizer o que já disse da outra vez, e diz sempre, quanto menos execução orçamental, quer física quer financeira, há mais saldo da conta de gerência. Este é um costume que já vem de trás, da antecessora do Sr. Presidente, é a grande manchete nos órgãos da comunicação social e do executivo socialista, e acha bem que da parte do PS se faça. Cada um exalta aquilo que quer, sendo esta a questão do saldo da conta de gerência.-----

Não está a pôr em causa as contas financeiras da câmara municipal, que não sejam boas, não é nada disso, mas toma-se como bandeira o saldo da conta de



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro -----

Fl. Ata ----- **016**

Reunião de 2016/03/23

Procº -----

Deliberação nº -----

gerência, quando, na sua ótica, isto cria uma almofada de garantia, de salvaguarda para o ano seguinte, e poder-se-ia ter feito mais, mas dir-lhe-ão porque é que não foi feito. -----

O que se deve fazer, quanto aos membros da CDU, é elevar os índices da execução orçamental, e não o contrário. É como se diz, quanto maior é o saldo da conta de gerência maior é a saúde financeira da câmara municipal, mas pensa que não deveria ser assim, a execução é que deveria ser maior. -----

A receita registou um decréscimo de 6,09%, de 4 675 305,39€, em relação a 2014. Os impostos diretos aumentaram 1,14%, no valor de 267 513,25€, e em relação às previsões corrigidas houve um aumento de 2,18%. Quanto aos impostos indiretos, é justo dizê-lo, tiveram uma quebra razoável. -----

As receitas correntes tiveram um aumento de 1,98%, e foram 1 013 982,63€. -----

Prosseguiu, mencionando que sabe que estes números desgastam um pouco, até para si, que tem de ler tudo, mas está muito próximo de chegar ao fim. -----

Sobre o IMI, o celeberrimo IMI, não vai entrar em polémicas, pois tem-se falado muito nisso, registou o acréscimo de 5,12% face a 2014, com uma execução de 103,17%. Em relação ao valor orçado de 703 815,27€, foram mais 3,17%, e isto só vem, mais uma vez, dar razão à CDU, que sempre defendeu as taxas mínimas, e foi conseguido, como é evidente, no início com os votos do PSD, e a concordância posterior do Partido Socialista. As taxas mínimas foram aprovadas com os votos majoritários da oposição, é justo dizê-lo, mas, como se vê, não houve redução do valor deste imposto, como era constantemente dito. Certamente que lá se virá falar dos anos atrasados, e não vai dizer como diz o seu amigo, Sr. Vereador Nuno Libório, que qualquer dia está-se no D. Afonso Henriques, não é nada disso, mas para certos "arautos" a desgraça não aconteceu. -----

O IMT teve uma diminuição de 2,35%, menor que em 2014, e a Derrama teve um aumento de 14,05% face a 2014, e 4,65% em relação ao previsto. Este aumento é importante, o que é dito, e com o que concorda, mas os membros da CDU gostariam de perguntar que tipo de empresas. Serão os lucros das maiores ou também nisto houve um aumento do lucro das médias e pequenas empresas? Não sabe se há condições para lhe responderem a isto. -----

No IUC - Imposto Único de Circulação, houve um decréscimo de 3,91% face a 2014,



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 017

Reunião de 2016/03/23

Procº _____

Deliberação nº _____

e 3,17% em relação ao valor previsto. Quase diria que era a crise, não havia dinheiro para pagar este imposto. Foram as condições de crise a nível nacional, não foi a câmara municipal a culpada disso, como foi evidente, alguém foi ao nível central.-----

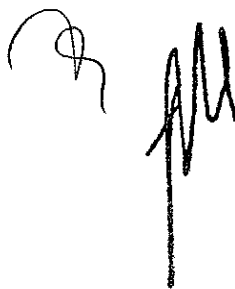
Quanto às despesas correntes, tiveram um aumento de 1,53%, com um valor de 641 958,28€, com 84,96% de execução face ao valor previsto.-----

Por fim, citará muito rapidamente a classificação orgânica. No DGUPRU - Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana, houve uma execução de 13,82%, e o ano passado foi de 18,05%. No DOVI - Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas, foi de 59,32%, e no ano passado foi de 54,33%. No DEC - Departamento de Educação e Cultura, foi de 64,64%, e no ano passado foi de 66,72%. O DASDEDS - Departamento de Ambiente, Sustentabilidade, Desporto, Equipamentos e Desenvolvimento Desportivo, teve 75,45%, que já é razoável, e 65% no ano passado. No GAMA E - Gabinete de Apoio ao Município e Atividades Económicas, foi de 65,19%, e na EMRU - Equipa Multidisciplinar da Reabilitação Urbana, foi de 65,57%, quando no ano passado foi 88,87%. O GAMA J - Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo e Juventude, teve 73,62%, e 77,88%.-----

Continuou, dizendo que como a conversa já vai longa e refletiu todos os números, reportar-se-á ao desdobramento, mas não vai citar, porque se tem tudo isso, como possivelmente também tem quem está na sala, e toda a gente pode ver. Para ganhar tempo não vai citar as baixas da execução em algumas rubricas do plano plurianual de investimento, posteriormente, se se quiser, poderá dizê-las, porque as tem, e diz isto pois são mais baixas até do que aquelas que mencionou, só que, como disse, é para se ganhar tempo, porque é fastidioso.-----

No plano de atividades municipais também há algumas, não tantas como eram no PPI, e, para se ganhar tempo, não as diz. Tem-nas, pode-se falar delas se assim se entender, e os membros da CDU consideram algumas muito baixas, até em relação ao ano passado.-----

Assim sendo, pede desculpa pelos números, mas, como disse, para quem lê e faz isto tudo, também é um bocado massudo, e não se trata de um autoelogio, nem à sua bancada, como é evidente.-----



Por fim, como o Sr. Presidente pediu que fossem discutidos os pontos 2 a 6, e apesar de não ser muito correto, no ponto 4, que é a 1ª revisão do orçamento, há duas intervenções da bancada da CDU, sua e do Sr. Vereador Nuno Libório, e pede ao Sr. Presidente que no fim da intervenção sobre este ponto, em que haverá, como é normal, mais intervenções, os deixe intervir, para não estar agora a misturar, e que depois não sejam acusados de ser uma segunda intervenção. -----
Haverá uma intervenção sua sobre o ponto 4, a do Sr. Vereador Nuno Libório será no fim, e pede ao Sr. Presidente que lhes permita que, logo a seguir, façam a intervenção sobre o ponto 4, para não se estar a misturar, sendo que não sabe se se fez entender. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que crê que o Sr. Vereador já referiu as questões fundamentais, e agora vão ser complementadas pelo Sr. Vereador Nuno Libório, num aspeto mais político, mas se efetivamente o Sr. Vereador entender que é oportuno falar sobre isso, pede-lhe é um “bocadinho” mais de síntese. -----
Continuou o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que com certeza e que está de acordo. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que bem sabe que foi um “bocadinho” demorado, mas tem essa prerrogativa. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que, até vendo isso, já não fez a citação dos itens que queria fazer. -----

Continuou o Sr. Presidente, dizendo que está muito bem e que se voltará então ao ponto 4. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que reitera os cumprimentos a todos os presentes, dizendo que, como já foi dito, há uma realidade que as contas tentam disfarçar, mas na opinião dos membros da CDU não podem continuar a ser cobertas com sistemáticos autoelogios de quem tem a responsabilidade de gestão da câmara municipal, ou não fosse este o momento importante, de natureza deliberativa da câmara municipal, para também apreciarem, fundamentalmente, o conjunto de opções políticas, para além das contingências legais a que se sujeitam a apreciação e votação do órgão câmara municipal. -----

É nessa perspetiva que se enquadra a participação da CDU, ou seja, a CDU nunca



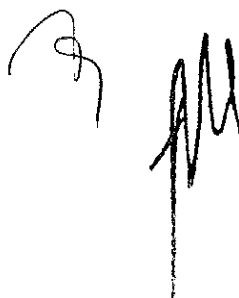
abdicou de ter uma opinião política e fundamentada sobre as principais opções da gestão da câmara municipal, não obstante o Partido Socialista, por opção que lhe cabe a si responder e assumir, governa a câmara municipal com o apoio do PSD, não tendo em linha de conta os contributos sucessivos por parte dos membros da CDU.-----

Portanto, estão perante um documento que traduz um conjunto muito significativo de opções políticas que são subjacentes à responsabilidade obviamente de quem gere a câmara municipal, e estão também a analisar um documento de gestão já com 2 anos a mais de mandato PS à frente dos destinos da câmara municipal, num total de 18, e querem realçar o tempo volvido sobre este processo, porque sistematicamente o Partido Socialista, quando tenta refutar as críticas objetivas da bancada da CDU, remete sempre uma explicação histórica para aquele que foi o tempo da gestão do processo CDU. -----

O Partido Socialista já tem 18 anos de gestão à frente do município de Vila Franca de Xira, nos quais contou sempre com o apoio do PSD, e é tempo suficiente para, de uma vez por todas, também assumir com humildade que nem tudo aquilo que foi feito foi bem feito e, por outro lado, os principais problemas do concelho de Vila Franca de Xira continuam por resolver, infelizmente. Não são só os membros da CDU que o dizem, dizem-no com a consciência que estão a contribuir na defesa dos interesses coletivos do concelho, mas, fundamentalmente, porque existem muitos agentes de desenvolvimento de todas as áreas de atividade no concelho, sociais, culturais, desportivas e económicas, que manifestam a todos os presentes dificuldades de atuação no concelho.-----

Como é óbvio, não vão adotar a postura de que a câmara municipal e o Partido Socialista têm responsabilidade sobre tudo o que de menos bem aconteceu, porque não ignoram o quadro político que hoje se tem, nem nunca ignoraram o quadro político que herdaram, designadamente o governo PSD/CDS, uma governação de muito má memória para todos os presentes, designadamente para as classes trabalhadoras, mas também para o poder local.-----

Gostariam, por exemplo, de voltar a recordar que se está a sofrer das consequências de cortes ao financiamento público, ao desrespeito pela Lei das Finanças Locais, à limitação efetiva na contratação de pessoas e na gestão do



peçoal, à privatização de serviços públicos e à ingerência na autonomia do poder local. Contudo, a gestão camarária PS, com o apoio do PSD, ao invés de arrepiar caminho sobre opções que fundadamente estavam erradas, antes o aprofundou, antes imprimiu uma rota de colisão, mesmo contrariando potencialidades e capacidade do próprio concelho, com grave prejuízo, obviamente, para todos aqueles que, ou habitam, ou visitam, ou trabalham, e também aqueles que querem investir em Vila Franca de Xira. -----

Como disse, o PS apresenta-se neste relatório e contas muito fiel ao seu estilo, porque volta a encenar um discurso político de que está tudo bem, está tudo bem no concelho de Vila Franca de Xira, e tudo aquilo que foi feito foi bem decidido. -----

Não se identificam, sinceramente, com esse tipo de apreciações, e não se identificam, logo à partida, porque esta gestão do Partido Socialista é uma gestão não participada, e os membros da CDU passarão a explicar qual é o entendimento que têm sobre essa matéria. É não participada porque não envolve as pessoas, não envolve os trabalhadores do município, não congrega vontades, toma decisões sem ouvir as pessoas e, acima de tudo, quando as toma, muitas das vezes não as toma no sentido de resolver os efetivos problemas do concelho de Vila Franca de Xira. -----

Neste relatório, lendo como leram as páginas constantes do mesmo, há muita matéria que continua por justificar, há muitas decisões que continuam por tomar e, acima de tudo, não houve a humildade política por parte do Partido Socialista para assumir que poderia ter feito muito mais para além daquilo que fez, com prejuízo para a discussão presente. -----

Continuou, referindo que, como disseram em relação às questões das competências da câmara municipal, é justo reconhecer que o anterior governo PSD/CDS elegeu os trabalhadores com funções públicas como um efetivo alvo a abater. Cortou-lhes salários, direitos, e impôs inaceitáveis sacrifícios. O poder local confrontou-se com sérias restrições, e muitas das vezes, não fosse a luta organizada por parte desses trabalhadores e das suas estruturas sindicais, designadamente do STAL, poder-se-ia ter tido, e estar hoje a receber efeitos recessivos bem mais preocupantes do que aqueles que se herdaram. -----

No entanto, os membros da CDU, relativamente às questões de pessoal e na

defesa da reserva absoluta das competências da autarquia, defenderam no momento certo, e continuam a defender, que a câmara municipal deveria ter uma nova política, uma política diferente para os recursos humanos, que consideram que se traduz num planeamento correto das necessidades humanas, porque não houve esse efetivo planeamento, até tendo em conta as competências que foram descentralizadas para as juntas de freguesia, que assumem um crescente peso no âmbito das esferas de competência autárquica que valorizam e que, salvo melhor opinião, o Partido Socialista também diz ser de valorizar. -----

Portanto, não obstante o quadro anterior de dificuldades de contratação, na opinião que têm a câmara municipal poderia ter ido mais longe para suprir necessidades emergentes de pessoal, designadamente através de uma política de contratação progressiva de trabalhadores, como seja nos serviços operacionais e à luz do interesse público dos contratos interadministrativos e de execução celebrados com as juntas de freguesia, para garantir os meios humanos, financeiros e materiais necessários para a execução de tarefas que são competência da câmara municipal, e foram delegadas nas juntas de freguesia. -----

Mesmo reconhecendo alguns avanços nesta matéria, não obstante sucessivas recomendações, alertas e propostas da CDU, o relatório do Partido Socialista não explica nem justifica, por exemplo, porque é que ainda subsistem mais de 100 trabalhadores ao abrigo dos acordos com o Centro de Emprego, com relações precárias, para necessidades permanentes, designadamente na área da educação, entre outras áreas de função da própria câmara municipal. -----

São mais de 100 necessidades objetivas de trabalho, cujas relações de trabalho assentam num modelo de precariedade que os membros da CDU não concordam, e nesse entendimento propuseram, em devida altura, que fosse adotado um plano específico à luz do superior interesse público, para colmatar progressivamente essas debilidades, o que não foi atendido suficientemente por parte da opinião da CDU.-----

Também têm uma opinião negativa relativamente ao entendimento que o Partido Socialista tem quanto às condições de trabalho destes trabalhadores, pois consideram que, infelizmente, e mais 2 anos volvidos sobre este mandato autárquico, a problemática, porque é de facto um problema, da falta de instalações

condignas, ainda afeta muitos serviços da própria câmara municipal. -----

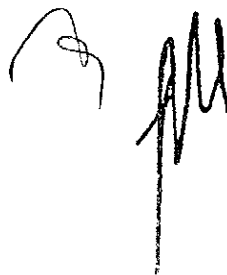
Valorizam algumas das obras feitas, é verdade, mas as decisões principais o Partido Socialista continua a não querer tomá-las. Continua, sabe-se lá porquê, pensando ou ignorando sobre a realidade presente, mas o facto é que se tem hoje ainda no universo das instalações municipais muitos serviços sem o mínimo de condições de trabalho, e com isso prejudica-se o trabalho dos trabalhadores, mas também a importância dos serviços públicos, numa sede de desenvolvimento de proximidade e de modernização administrativa. -----

O Partido Socialista foge como o “Diabo foge da cruz” relativamente à discussão “novas instalações”, e sobre esta matéria os membros da CDU não têm princípios nem opiniões fechadas, mas pior que errar é não decidir, e aquilo a que hoje assistem em 2016 é que se deixa uma porta aberta para quem vier gerir a câmara municipal, para o próximo mandato autárquico, porque esta câmara municipal, objetivamente, neste mandato, já não tem condições, infelizmente, para resolver este problema, e a responsabilidade é exclusiva do Partido Socialista. -----

O relatório entregue evidencia algumas problemáticas do exercício político da gestão do Partido Socialista, que no fundamental, e nas decisões principais de alguns desses erros, sempre teve o generoso apoio do PSD, mas continua a ignorar, no seu conteúdo, um conjunto muito vasto de problemas, que continua a não ter resposta. Por exemplo, na área da proteção civil, não obstante o trabalho feito, a disponibilidade dos diferentes intervenientes no socorro e na emergência às populações, continua a não se perceber porque é que não se conclui o Plano Municipal de Proteção Civil. -----

Quando os membros da CDU falam com todos esses agentes, essa é uma das questões que lhes colocam, e continuam a não perceber por que razão é que há dificuldades para a conclusão de um documento que é preciso estar bem atualizado. -----

Nas áreas da competência da câmara municipal para as questões de higiene e da limpeza urbana, que é uma competência da câmara municipal, a CDU também ao longo deste mandato tem levantado as reconhecidas dúvidas em relação à necessidade de mais meios humanos e materiais para as condições de recolha de resíduos sólidos urbanos, bem como para a manutenção e higiene dessas

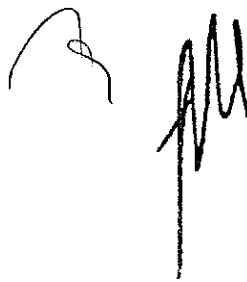


infraestruturas, e precisamente no momento em se discutia um plano municipal no âmbito das exigências legais do PERSU – Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos, apresentaram propostas concretas, algumas delas parecidas a algumas das experiências de outros municípios, para que se pudessem suprir necessidades permanentes de trabalho, não se estivesse tão dependente de CEI - Contratos emprego-inserção, numa equipa de trabalho que precisa permanentemente de estar rejuvenescida, capacitada e, acima de tudo, com a dimensão humana suficiente para um concelho com esta dimensão e com os problemas que tem no processo de recolha de resíduos sólidos urbanos. -----

Chamaram a atenção para a necessidade de novos investimentos, de mais investimentos e, acima de tudo, também com a preocupação de que o município tem de ter as suas contas saudáveis, alertaram sucessivamente a câmara municipal que a opção de dar a fazer fora aquilo que pode ser feito internamente é uma opção que visa desequilibrar e prejudicar as contas públicas, designadamente quando, por opção política, o PS, com apoio do PSD, aprovou a contratação de serviços para a limpeza e higiene das condições de recolha ou dos locais de depósito de resíduos sólidos urbanos. -----

Uma medida que era para ser extraordinária, infelizmente para o Partido Socialista tornou-se permanente, com resultados que todos conhecem, em que de uma ponta à outra do concelho todos se queixam das condições de recolha, não por culpa dos trabalhadores da câmara municipal e da exiguidade dos seus meios, mas porque efetivamente o Partido Socialista continua a não assumir esta como uma das suas prioridades políticas em termos de mandato político. -----

Como é óbvio, não deixam de salientar os aspetos muito negativos e perversos em que o cenário legislativo criado pelo anterior governo, PSD e CDS, se pode traduzir no mais curto espaço de tempo, também aqui para o concelho de Vila Franca de Xira. Falam da privatização da EGF - Empresa Geral do Fomento, designadamente o sistema multimunicipal Valorsul, porque se no campo judicial, mas também no campo político, não for travada esta privatização, a consequência, de acordo com o caderno de encargos que conhecem, que foi aprovado para a empresa Mota-Engil, prevê aumentos na taxa da fatura a pagar na conta da água de pelo menos 20 a 25%. São custos que dificilmente serão suportados politicamente e



financeiramente pelo município, e essa situação é algo que deve continuar a preocupar a câmara municipal.-----

Também têm bastantes dúvidas e querem realçá-las, relativamente à possibilidade jurídica e política de privatização dos sistemas de saneamento. É um processo que em sede da Assembleia da República tem que ser tratado e abordado rapidamente, designadamente a problemática das instalações das estações de tratamento de águas residuais.-----

Interrompeu o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador não está a falar das questões em apreço.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório questionou se o Sr. Presidente está a ficar nervoso com a sua intervenção, e que tem que dar o exemplo, até para os seus camaradas de partido, deixar que as pessoas exponham livre e corretamente as suas opiniões. O Sr. Presidente está a ficar incomodado com algumas questões que está a ouvir, e terá tempo depois para fazer uso da palavra sobre disso.-----

Respondeu o Sr. Presidente que tem de dirigir a reunião e a única coisa que pode dizer é que o Sr. Vereador está a dizer inverdades relativamente à câmara municipal, mas o executivo já está habituado, dizendo ao Sr. Vereador para continuar a sua intervenção.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que espera ter condições da parte do Sr. Presidente para continuar a intervenção da CDU.-----

O Sr. Presidente interveio, pedindo ao Sr. Vereador que diga verdades e não diga meias verdades, para não dizer inverdades.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório pediu ao Sr. Presidente um bocadinho mais de respeito com a bancada da CDU e para com o próprio, se não se importar.-----

O Sr. Presidente respondeu que pode dizer exatamente onde é que o Sr. Vereador não está a falar verdade, mas pede-lhe que continue a intervenção.-----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que cá estará para isso, e, como disse, apesar de ser interrompido, vá-se lá saber porquê.-----

Respondeu o Sr. Presidente que foi para o enquadrar, porque “o meu amigo” vai por aí fora, “bate em toda a gente”, daqui a bocado está na Coreia do Norte, ou não sabe onde, e não fala daquilo que os trouxe à reunião. Contudo, pede que continue.-----

7



Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo achar que, para delícia dos presentes e para aqueles que lerem a ata, fica presente que o Sr. Presidente da câmara municipal tentou, sob todas as formas e feitios, condicionar a intervenção dos membros da CDU, mas não vai conseguir fazê-lo. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que não condiciona nada, isto agora é "tudo amor", o Obama já foi a Cuba, está tudo mudado, pedindo ao Sr. Vereador para continuar. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, mencionando que encara as questões com bastante seriedade, aliás, como os seus camaradas de bancada. -----

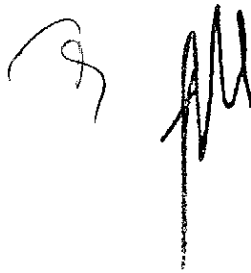
Respondeu o Sr. Presidente que, por o próprio encarar com seriedade, é que está a tentar enquadrar o Sr. Vereador, porque se está a desviar do objeto que os trouxe à reunião de câmara, mas pede-lhe que continue. -----

Continuou o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que, como disse, o cenário de indecisão e de possibilidade efetiva de privatização e de concessão dos serviços de saneamento, levanta um problema ao concelho de Vila Franca de Xira deveras preocupante, que é da responsabilidade de quem gere a câmara municipal, do Sr. Presidente, enquanto presidente de câmara e enquanto força política, Partido Socialista, que é a questão da propriedade das estações de tratamento de águas residuais. -----

Há ETAR – Estações de Tratamento de Águas Residuais, no concelho cuja propriedade não está resolvida, ou será que há alguém na câmara municipal que não saiba dessa situação? Ou será que este é um problema para transferir para a futura gestão da câmara municipal? Os membros da CDU gostariam de saber porque é que esta questão não está explicada e traduzida no relatório e contas.-----

Tendo em conta as ações em tribunal que conhecem, se os resultados judiciais não forem decisivos, ou melhor, não forem favoráveis à opinião do município, está-se perante necessidades de pagamento de alguns milhões de euros. Isso é uma preocupação legítima que deveria ser primeiramente assumida pelo relatório e contas e que, vá-se lá saber, também não foi assumida. -----

Os membros da CDU, sobre as questões do funcionamento do concelho, querem ter sempre uma atitude construtiva e conhecedora da realidade, e a prova disso foi a sua capacidade para aprovarem, sem qualquer tipo de hesitações, delegações de



competências em todas as juntas de freguesia, cujos contratos, na sua opinião, e chamando novamente à atenção, precisam de ser atualizados. Para a CDU, deverão ser revistos e melhorados esses contratos, pois na celebração dessas delegações dever-se-ão ter três condições fundamentalmente asseguradas, que continuam a não estar na sua plenitude, que são meios humanos, logísticos, materiais, e também meios financeiros. Esta é uma discussão que o Partido Socialista parece querer evitar, mas que os membros da CDU não a vão evitar, e estão disponíveis para a assumir. -----

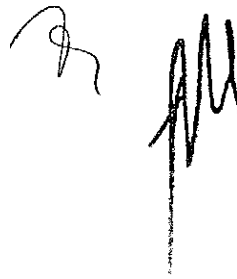
No domínio das atividades económicas, as opções da CDU, como são conhecidas, são de facto outras em relação à postura e prática políticas do Partido Socialista, sendo certo que, e gostam sempre de ressaltar estas questões, há competências e matérias que não dependem da vontade do município, mas, acima de tudo, a CDU é uma acérrima defensora de que o município, seja ele gerido por esta ou por qualquer outra força política, deve sempre funcionar como agente de desenvolvimento, por exemplo, tomar posição, acautelar os interesses, defender o interesse do concelho. -----

Aquilo que os membros da CDU sentem, muito sinceramente, é que o Partido Socialista e a sua gestão política deixa passar as coisas ao lado do interesse do município. Veja-se, por exemplo, a necessidade de se ter uma política diferente para as capacidades endógenas e próprias do concelho, o rio, a Lezíria, os montes, que na sua opinião continua a não ser suficientemente tratada pela política camarária, para não falar de eventos carismáticos que foram abolidos, por precisão política do Partido Socialista que, independentemente da evolução dos tempos, faziam falta ao concelho. -----

Estão a falar do Salão do Cavalo, das Jornadas de Teatro, do Xira Jovem, do Março - Mês da Juventude, do Março Cultural, para além do desaproveitar da potencialidade das quintas municipais. -----

Em relação às potencialidades industriais e económicas do concelho, têm o entendimento de que há muita matéria de desenvolvimento e fomento económicos que dependem de um governo que assuma fundamentalmente o primado do interesse nacional. -----

O último governo não adotou essa postura, vai-se ver o que é que este vai fazer,



mas, acima de tudo, o que os membros da CDU gostariam de perceber é o que é que a câmara municipal e o Partido Socialista querem fazer com o seu PDM - Plano Diretor Municipal, e com o seu plano estratégico. -----

Se se continuar a assentar uma lógica de desenvolvimento baseada em pressupostos que estão ultrapassadíssimos e cuja realidade veio demonstrar que o PDM, nas suas opções fundamentais, não preparou, nem prepara o concelho para o futuro no dia de amanhã, está-se perante uma situação que precisa de ser imediatamente corrigida. -----

A CDU sobre esta matéria tem uma opinião muito concreta, a revisão do PDM e dos seus instrumentos legais não pode ser durante muito mais tempo abandonada, como também, e tendo em conta sucessivas propostas nas quais os seus membros as identificaram como programas de estímulo ao desenvolvimento económico, há que relembrar que o Partido Socialista não teve em linha de conta minimamente as suas preocupações sobre a necessidade de, no uso de competências autárquicas na área do urbanismo, planear e retomar as condições para a valorização da produção económica e industrial do concelho, designadamente pelo abandono da elaboração de instrumentos de gestão territorial, unidades operativas, planos de pormenor, entre todas as medidas que dentro da esteira legal permitissem ao município defender as atuais áreas industriais, se possível aumentá-las, e criar condições para a atração de mais investimento qualificado e de emprego com direitos, algo que também passou ao lado das preocupações do Partido Socialista, e, como também já foi dito, continuar a imprimir um rumo de desenvolvimento pela requalificação das zonas ribeirinhas em curso. -----

Em relação às áreas urbanas de génese ilegal, não obstante alguns avanços, mas também reconhecendo muitos recuos, para os quais contribuiu efetivamente o não desenvolvimento de uma legislação célere, como defendeu o PCP na Assembleia da República muito recentemente, na opinião dos membros da CDU a câmara municipal deve retomar a filosofia dos pactos de associação. Seguramente haverá situações insuscetíveis de reconversão, mas outras há que, por opção política, se fosse assumido acerrimamente pelo município, seguramente tinham tido um desenvolvimento mais célere. No momento atual precisa-se de finalizar este processo. -----



Interveio o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Vereador para terminar a sua intervenção, pois já lá vai bastante tempo. Dá-lhe mais um pouquinho, mas pede que termine.-----

Continuou o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que em matéria do relatório de contas é também de assinalar que o Partido Socialista não dedica quase nenhuma atenção às questões da mobilidade, e aqui, é justo reconhecer, por opção, porque o Partido Socialista, por opção, não avançou, pelo menos, para a elaboração dos projetos para as variantes de Alverca do Ribatejo, de Vila Franca de Xira, de alternativa na Póvoa de Santa Iria, bem como no empenho junto dos sucessivos governos para a criação dos nós de acesso, designadamente no Sobralinho e nos Caniços, e mostra falta de empenho no desbloquear de soluções políticas para a libertação do concelho de portagens, até tendo em conta o novo regime jurídico de competências sobre esta matéria de mobilidade e transportes públicos. O Partido Socialista sobre esta matéria tem pouco ou nada para dizer, infelizmente com graves problemas para o próprio desenvolvimento do concelho.-----

Nas áreas da educação e da juventude os membros da CDU não abdicam de a câmara municipal assumir como sua, a competência para, por exemplo, até às 19h00, haver a assunção camarária das atividades de apoio à família, como também acham que o investimento feito sobre bibliotecas e bens audiovisuais não é suficiente face às necessidades manifestadas pelas escolas.-----

Interveio o Sr. Presidente, pedindo mais uma vez para o Sr. Vereador terminar, pois ainda há outra força política para intervir, o seu camarada Sr. Vereador Aurélio Marques também ainda quer intervir, e já são 11h00. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório retomou a sua intervenção, dizendo que, em relação às questões de habitação, o problema no concelho de Vila Franca de Xira não é de falta de habitação, é antes de falta de acesso ou de condições à habitação, e é de lamentar, porque o relatório não diz isso, que num universo de casas do município haja neste momento 74 habitações devolutas carentes de obras. Portanto, uma oportunidade perdida para ajudar aqueles que precisam, como também os membros da CDU chamaram a atenção que no âmbito das áreas de reabilitação urbana, de incentivos e de penalizações, a câmara municipal não pode tratar todos de igual forma, porque as penalizações em sede de Imposto Municipal sobre



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 029

Reunião de 2016/03/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Imóveis para quem não tiver condições para reabilitar a sua habitação podem prejudicar efetivamente as condições para essa mesma reabilitação.-----

Para terminar, é normal o Partido Socialista, no campo cultural, autoelogiar-se. Terá por certo os seus motivos, mas não é isso que os membros da CDU ouvem, e a CDU acompanha o sentimento, muito justamente manifestado pelos agentes culturais, e relembram que há uma série de outros equipamentos a que o relatório, como é óbvio, não só não faz referência à sua obra, como inclusivamente não aponta caminhos de futuro. Estão a falar do auditório da Castanheira, uma piscina em Vialonga, dum equipamento cultural no Forte da Casa, da recuperação do Teatro Salvador Marques, e, acima de tudo, de uma revisão profunda das condições do regulamento de apoio ao movimento associativo. -----

É com a certeza que estas opções foram tomadas livremente, sempre com o generoso apoio do PSD, que os membros da CDU não podem deixar de assinalar que este ano, infelizmente, foi um ano de oportunidades perdidas, por culpa de quem gere a câmara municipal. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que lembra uma vez um indivíduo que ia até à ex-União Soviética e, quando estava a chegar, disse: “Até as nuvens aqui são mais bonitas e mais agradáveis”. -----

Estão-se aqui a ver dois mundos, é o mundo das pessoas com quem o Sr. Vereador fala, e o mundo da realidade, que é a generalidade das pessoas que fala com o executivo do PS e não tem essa visão catastrófica que o Sr. Vereador colocou, mas, como se está a 2 anos das eleições, os motores já estão a começar a trabalhar. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, questionando se é essa a preocupação do Sr. Presidente, em vez de ouvir com atenção as preocupações dos membros da CDU. -- Respondeu o Sr. Presidente que ouviu com toda a atenção e ficou de facto estupefacto por uma série de inverdades que o Sr. Vereador colocou, de coisas que não têm rigorosamente nada a ver com a câmara municipal. -----

De seguida, deu a palavra à Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, passando a ler um documento que a Coligação Novo Rumo elaborou:-----

“Vila Franca de Xira tem que escolher um caminho, tem que definir a sua prioridade. Pensamos que Vila Franca de Xira é, deve ser e deve-se afirmar como a



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 030

Reunião de 2016/03/23

Procº _____

Deliberação nº _____

grande cidade do rio Tejo, e a partir daqui deve construir o seu projeto de vida, o seu projeto de felicidade, e para isso trará e levará todos os agentes económicos e levará consigo todos os seus cidadãos. -----

O concelho tem efetivamente a felicidade natural de ter o rio que atravessa o seu território, o que na nossa opinião implica claramente adotar esta visão e desenvolver todos os serviços ao lado de toda esta beleza natural que é o rio Tejo.- Estamos conscientes das dificuldades conjunturais nacionais e internacionais, estamos absolutamente conscientes disso, mas não somos dos que consideram que os outros são sempre maus. -----

Somos oposição por vontade da população, sabemos que "OPOSIÇÃO" literalmente, no dicionário, significa impedimento ou obstáculo, o ato de se opor ou pôr-se sempre contra alguma coisa. Contudo nós – Coligação Novo Rumo – não nos revemos nessa definição, porque a nossa preocupação é com os munícipes e com o município. E por isso julgamos que a Política no concelho está a mudar ligeiramente, e muda porque efetivamente a oposição consegue, apesar de não estar no controlo e no poder, fazer alguma coisa e ir condicionando os principais instrumentos de gestão, iniciando caminhos que se começam a refletir no dia a dia do Concelho, na melhoria da qualidade de vida dos Cidadãos, na Prestação de Contas do Município.-----

O respeito que se tem pelas instituições e pela democracia vê-se também pelas atitudes, e os membros da Coligação Novo Rumo efetivamente, como foi dito, apresentaram um conjunto de propostas no Orçamento anterior. -----

É por isso que enquanto Vereadores da Coligação Novo Rumo dizemos, e não precisamos de o afirmar, somos críticos face a muitas das políticas que são feitas no concelho de Vila Franca de Xira, face a muitas das ausências de objetivos estratégicos no concelho, mas não deixamos de ter a responsabilidade, e não defendemos uma postura de "quanto pior melhor", pelo contrário, para nós "quanto melhor, melhor" para todos, porque continuamos a habitar, viver e trabalhar, e a querer continuar a habitar, viver e trabalhar neste concelho. -----

Para os membros da Coligação Novo Rumo, tal como dizia Sá Carneiro, "a oposição é para o poder em exercício um estímulo, e é para o interesse de todos um fator de grande progresso", e não o contrário. -----

Não nos limitamos a atacar ou a injuriar, queremos verdadeiramente explicar o que é que nos diferencia, e onde podemos verdadeiramente convergir, não temos medo, nem receio de dizer que estamos de acordo, e sim, propusemos e fizemos com que fosse aprovado. É assim que fazemos, não temos medo de arriscar. -----
É assim que tem que ser, não temos receio algum e queremos dizer ao Sr. Presidente que discordamos quando temos que discordar, convergimos quando temos que convergir. -----

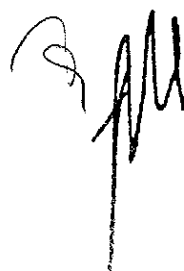
Queremos no fim do dia conseguir dizer às pessoas que votaram em nós, que confiaram em nós, que não há motivo nenhum para estarem arrependidas, pelo contrário, porque no fim do dia o que querem é que as condições de vida melhorem, que os serviços do município sejam melhores e que os colaboradores da camara municipal estejam mais motivados, apesar das circunstâncias que se vivem no dia a dia. -----

Vamos a meio do Mandato, e em jeito de balanço, recordamos algumas das medidas que propusemos e conseguimos implementar na atual gestão autárquica.-
Apresentámos desde a tomada de posse da Câmara Municipal várias propostas, das quais destacamos na área da Educação e Apoio às Famílias a Oferta dos Manuais Escolares aos Alunos mais desfavorecidos do 1º ciclo, e o aumento do apoio às CAF, passando este ano letivo o Município a suportar integralmente o custo que caberia às famílias dos escalões A e B. -----

Nesta área, são ainda da nossa autoria a Atribuição de Prémios de Mérito para alunos do ensino básico e de uma Bolsa de Estágios para alunos de mérito do ensino secundário e superior. -----

Também com impacto direto na vida das famílias, temos a Implementação do IMI Familiar para as Famílias com Filhos no nosso concelho, onde por força da oposição, temos também a Aplicação da Taxa Mínima de IMI em 2016. -----

Na Área da Segurança e Proteção Civil havia caminhos que o município iniciou mas que foram interrompidos e que nós recuperámos. Atualmente, o Município contempla rotativamente cada uma das Associações de Bombeiros Voluntários do Concelho, em cada Dia Municipal do Bombeiro, com uma verba equivalente a 80% do custo, para aquisição de uma Ambulância de Socorro, ou para aquisição de Equipamentos de igual valor. -----



No domínio da Saúde e Ação Social, conseguimos a atribuição de uma viatura à Unidade de Cuidados Continuados do Concelho de Vila Franca de Xira, para visitação e apoio domiciliário. -----

As empresas são polos criadores de emprego e focos geradores de rendimento, e consequentemente de receita autárquica. É por nossa iniciativa e proposta o alargamento do âmbito de isenção da Derrama.-----

Relembramos ainda a recente aprovação do Cluster Aeronáutico, cuja implementação propomos desde 2003 e que infelizmente não teve a unanimidade neste Município. Recordamos que a aeronáutica é absolutamente decisiva quer para o País, quer em particular para o Município de Vila Franca de Xira e para a cidade de Alverca.-----

Em relação à Cultura relembramos o reforço do apoio que está considerado em orçamento de mais 30 mil euros. Para nós a cultura não é um custo, é um investimento. -----

Também são da nossa autoria a criação de um Regulamento Municipal de Publicidade Exterior, a ligação de todos os edifícios públicos com rede de fibra ótica, a criação de uma rede de hotspots wifi gratuita em todos os edifícios, parques e pracinhas públicas. -----

Devem-se a nós a atribuição de verbas que permitiram a Conclusão das Obras do Parque Urbano da Quinta da Flamengo em Vialonga, dos arranjos exteriores a tardo da Esquadra da PSP da Póvoa de Santa Iria, a conclusão do Trilho Pedonal entre a Póvoa e Alverca, e a criação de um Balcão Único Municipal.-----

Somos oposição por vontade da população, mas temos procurado implementar o que sempre defendemos para o nosso Concelho, temos apresentado propostas ao executivo municipal, agendado pontos, apresentado vários requerimentos, e sem pretender ser força de bloqueio da atividade autárquica, também temos condicionado algumas propostas do executivo, pedindo a sua retirada para melhor clarificação, ou votando contra, quando estas não se aproximam dos valores com que a Coligação Novo Rumo se orienta, mas tudo em prol do município e dos munícipes, como há pouco referi".-----

O Sr. Presidente interveio, agradecendo a intervenção da Srª Vereadora e referindo que os membros da CDU pediram para falar sobre o ponto 4, dando-lhes 10



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 033

Reunião de 2016/03/23

Procº _____

Deliberação nº _____

minutos para o efeito.-----

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, dizendo que será rápido, tendo o Sr. Presidente respondido que da parte do Sr. Vereador não tem dúvidas que é rápido, em relação ao Sr. Vereador Nuno Libório é que tem as mais sinceras dúvidas, de maneira que os Srs. Vereadores têm 10 minutos para falar sobre o ponto.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que já chega, pedindo ao Sr. Presidente para se conter um bocadinho. -----

Respondeu o Sr. Presidente que não chega nada, o Sr. Vereador está a massacrar os restantes membros e estes têm que aguentar, o próprio é que diz se chega ou não chega. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que na revisão do orçamento há uma série de questões, mas vai reduzi-las, pois são muitas, porque é a primeira revisão, por causa do saldo, e não conseguiu entendê-las. -----

No orçamento da despesa há, na segurança social, encargos com a saúde de 200 000,00€, na aquisição de serviços, encargos de instalações, de 1 400 000,00€, e depois, na conservação de bens, de 150 000,00€, encargos de cobrança de receita, não sabendo se tem a ver com aquela situação de todos os anos da empresa. -----

Nos investimentos, os terrenos são 200 000,00€, nas construções diversas, viadutos, arruamentos e por aí fora, há 300 000,00€, na iluminação pública há 75 000,00€, na recolha de resíduos 575 000,00€, que julga deve ser a questão que o Sr. Presidente, ou o Sr. Vereador António Oliveira, falou, da aquisição de viaturas. Há investimentos incorpóreos de 109 000,00€, outra vez viadutos, arruamentos e obras complementares no valor de 620 000,00€, parques e jardins, 450 000,00€, transferências a instituições sem fins lucrativos, 115 000,00€, e para os edifícios de escolas há 350 000,00€. Para aquisição de serviços de conservação de bens são 600 000,00€, outros trabalhos de especialidade na mesma rubrica 750 000,00€, mais terrenos 250 000,00€, aquisição de habitações 150 000,00€, instalações de serviços 275 000,00€, outros investimentos incorpóreos 567 000,00€, e mais abaixo, outra vez, para instituições sem fins lucrativos, há 555 700,00€. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que quando os membros da CDU colocam estas questões têm sempre como pressuposto a verificação se do ponto



de vista da execução orçamental a câmara municipal dispõe ou não de meios pra o efeito, e têm esta preocupação porque também têm o entendimento que um plano e um orçamento não são rígidos, são evolutivos, dependem de fatores, muitos deles externos, que fazem com que a opção política possa ter de optar a dado momento por variantes, que se espera que sejam para melhor, ou em função da redução da capacidade de receita, ou em função de oportunidades de investimento.-----

As perguntas que foram colocadas tinham um intuito, e o intuito é muito simples, não discordam da aplicação dos fundos disponíveis, entendidos aqui como saldo, de cerca de 16 811 000,00€, mais alguns centimos, mas da forma como politicamente o Partido Socialista gere esta revisão. -----

Na opinião que têm, e os Srs. Vereadores e o Sr. Presidente da câmara recordar-se-ão, no momento da discussão do orçamento inicial os membros da CDU assinalaram muito justamente que existiam, e pelos vistos continua a existir, um conjunto muito significativo de rubricas cujos montantes se encontravam por definir, que dizem respeito ao funcionamento obrigatório do concelho. -----

Solicita ao Sr. Presidente que se faça um pequeno cenário, que não sabe se vai acontecer, imaginar que do ponto de vista político a câmara municipal, por maioria, ou por unanimidade, e é um cenário teórico, não autorizava a aplicação do saldo de conta de gerência. A câmara municipal ficaria impedida de executar um conjunto muito significativo de ações previstas em orçamento inicial, e querem destacar designadamente a energia elétrica, a água, pagamentos à Valorsul, acordos de execução e contratos interadministrativos com as juntas de freguesia. --

Consideram que do ponto de vista da gestão política o orçamento inicial deve, nas suas rubricas constantes para o funcionamento do concelho e de gestão autárquica, prever, sem qualquer tipo de hesitações, as verbas definidas para o efeito, e não estar dependente, como sistematicamente se encontra dependente, da incorporação de saldos para fazer funcionar a gestão da câmara municipal. -----

Coisa diferente é se, no âmbito da execução, se constatar que se teve um nível de realização de despesa próximo dos 100% e uma receita para além daquilo que era o inicialmente considerado, muito acima dos 100%. Há de facto um saldo primário que pode ser investido ou reinvestido, ou no reforço, ou nas opções políticas de



quem gere a câmara municipal. -----

Infelizmente querem assinalar que não concordam fundamentalmente com a forma como o Partido Socialista gere o saldo da câmara municipal e, por outro lado, querem que fique também registado que não compactuarão mais com esta situação. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, referindo que os Srs. Vereadores da CDU têm votado sempre contra, não está a perceber a conversa. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que chamam à atenção do Partido Socialista para, em momento futuro, quando tiver que preparar o seu orçamento, prever como verbas definidas e asseguradas as estritas verbas necessárias para o funcionamento do concelho de Vila Franca de Xira. -----

O Sr. Presidente tomou a palavra, questionando se é a CDU que está a gerir a câmara municipal e que conversa é a do Sr. Vereador, pois os membros da CDU nunca votaram a favor e agora estão com esta conversa, que não percebe, sinceramente. -----

De seguida, deu a palavra ao Sr. Vereador António Félix, para responder a algumas das questões colocadas pelo Sr. Vereador Aurélio Marques. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Félix, cumprimentando os presentes, nesta sua primeira intervenção, e referindo que o Sr. Vereador Aurélio Marques fez um conjunto de afirmações e um conjunto de leituras de percentagens relativamente às diferentes execuções e aos diferentes itens que compõe este relatório e contas da câmara municipal. -----

A primeira palavra que queria dar é para os técnicos que elaboraram este relatório, que é bastante claro e elucidativo daquilo que foi o comportamento da câmara municipal durante o ano de 2015. -----

Relativamente às questões que foram levantadas e as afirmações que foram feitas pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, tem pena que só se tenha centrado naquelas em que a execução foi inferior ao ano anterior e não tenha falado nas que foram superiores, mas paciência, também é normal que isto aconteça. -----

Relativamente à primeira questão que foi levantada, do resultado líquido negativo da câmara municipal, é um facto que foi negativo em cerca de 1 milhão de euros, mas há que realçar dois aspetos, o primeiro que tem a ver com a comparação com



o ano anterior, em que este ano é melhor, mas o principal aspeto que deve ser analisado é o peso substancial que as amortizações têm nesse resultado líquido negativo.-----

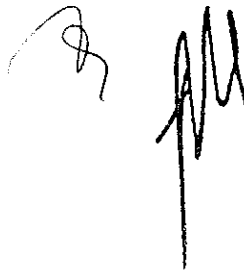
A câmara municipal fez mais de 12 milhões de amortizações e são basicamente as amortizações que pesam no resultado líquido negativo, ainda que, não sendo objetivo, e nunca foi, desta câmara municipal ter lucro, não é esse o objetivo, mas também, obviamente, não é ter prejuízo, por isso o resultado líquido de menos de 1 milhão de euros não é significativo. -----

Em segundo lugar, há uma questão que também gostaria de esclarecer, que tem a ver com as despesas com o pessoal. As despesas com pessoal não são só renumerações, têm uma série de componentes, e se se analisar, sendo isso fruto de um aumento de funcionários que a câmara municipal teve, as renumerações do pessoal do quadro aumentaram cerca de 125 000,00€. Obviamente que isto depois foi compensado por outros fatores, em que se gastou menos nas outras componentes, nomeadamente nas renumerações por doença, gastaram-se menos 50 000,00€, ou nas renumerações com pessoal a aguardar aposentação, em que se gastaram menos 55 000,00€. -----

Há uma série de componentes que levam a que no final os custos com o pessoal sejam inferiores, mas, no que respeita a pessoal do quadro, a câmara municipal aumentou os custos com pessoal, nem podia ser de outra forma, ainda que haja também uma ou outra componente, que tem a ver basicamente com aquilo que o Sr. Presidente já disse, a opção do executivo foi mais por pessoal operacional que, para todos os efeitos, ganha menos do que um técnico superior, e o que está a acontecer é que, com as saídas, as pessoas que saem ganham mais porque estão mais à frente na carreira do que aquelas que entram. Apesar de tudo subiu, e também subiu por outro motivo, que tem a ver com a redução de 20% da redução remuneratória.-----

Há um outro fator que o Sr. Presidente estava a falar, que é a valorização, ou aquilo que é pago para o trabalho ao fim de semana e ao feriado, que também é superior. -----

Vai tentar não falar de tudo, para não ser demasiado exaustivo, mas em termos de execução dos objetivos das grandes opções do plano, se se analisar, a deste ano é



superior à do ano passado. Teve-se uma execução global de 72,22%, quando o ano passado era 71,20%, ou seja, esteve 1% acima do ano passado. -----

Há situações que gostaria de salientar, até porque tiveram a ver com o investimento, nomeadamente que foi feito na limpeza das linhas de água, em que se aumentou quase para o dobro, e foi pena o Sr. Vereador ter saltado essa, mas de 2014 para 2015 passou-se para o dobro.-----

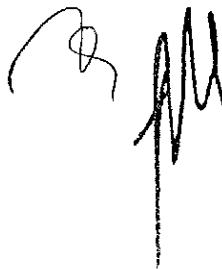
Relativamente à questão dos recicláveis e dos resíduos sólidos, são as duas coisas, e obviamente que também tem muito a ver com o esforço que a câmara municipal tem feito, nomeadamente nas escolas, para haver uma maior educação junto das crianças relativamente à produção de lixo e à sua separação para ser reciclado. Isso, obviamente, quando é passado aos miúdos, eles passarão em casa aos pais, e o reflexo começa a notar-se, não tanto como se gostaria, mas é um bom indicador, a descida dos resíduos sólidos urbanos e a subida dos recicláveis.-----

O Sr. Vereador Aurélio Marques falou de mais uma série de situações, que são leituras de uns que foram melhores, outros que foram piores, mas quando se faz um orçamento e quanto há determinados objetivos, não se está sempre focalizado nas mesmas opções, as opções podem ser mais umas ou mais outras, daí que tenha havido itens em que a execução foi superior e tenha havido outros em que foi inferior. -----

Há uma situação que, de facto, não é significativa, que não teve aquilo que o executivo esperaria, que foi a rubrica de planeamento e qualificação urbana, mas ficou fundamentalmente a dever-se ao atraso no programa Portugal 2020. Muito daquilo que estava previsto ser feito, não foi feito, porque não houve essa possibilidade.-----

Outro ponto importante, que realça, que teve muito também a ver com o investimento que foi feito, tem a ver com o Posto de Turismo e o número de atendimentos que foram feitos. O investimento que foi feito no novo Posto de Turismo permitiu que se tivesse passado de cerca de 6 000 atendimentos para cerca de 7 500, o que quer dizer que foi uma boa aposta esta mudança em termos de espaço. -----

Há alguns que tiveram claramente uma melhoria, nomeadamente a habitação, saúde e ação social, que, não tendo uma execução ótima, teve uma melhoria



significativa, e aquilo que aconteceu foi que a câmara municipal fez intervenções no parque habitacional. Se no ano passado tinha feito 108 intervenções, este ano fez 184, e se no ano passado tinha investido 136 000,00€, este ano investiu 375 000,00€, portanto, não lhe parece que tenha sido assim tão mau.-----

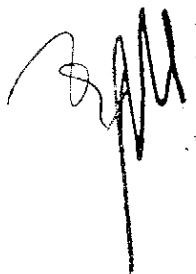
No apoio ao movimento associativo também houve uma ligeira melhoria, pelo que parece-lhe que não é por aqui que se deve estar.-----

Há uma coisa de que se fala sempre, que é fantástica, que tem a ver como IMI. Diria que é uma coisa gira, porque os Srs. Vereadores da CDU gostam sempre que o próprio mostre um gráfico. -----

A câmara municipal, este ano, atingiu níveis de 2009, ou seja, em 2012 andou-se 10 anos para trás, e já se recuperaram 3, mas ainda se está uns quantos atrasados. Quanto à receita, se se fizer a conta relativamente à que se tinha em 2013, ainda se está a receber, em termos de IMI, menos 2 milhões de euros do que se recebia em 2012.-----

No entanto, e porque também o Sr. Vereador falou nisto, preferia falar, porque pensa que é o mais importante, e demonstra um pouco daquilo que tem sido a política do Partido Socialista na câmara municipal, na subida da Derrama. Esta subida pode ser por um, por dois, ou por ambos os motivos, e infelizmente a autoridade tributária não dá a informação que o executivo gostaria que desse, decompondo este montante, porque aí permitiria à câmara municipal direccionar-se mais nas suas políticas e nas suas atitudes para aqueles setores onde se notassem maiores dificuldades, mas obviamente que isto representa para o executivo um ponto muito importante e uma melhoria do desempenho das empresas que têm sede no concelho de Vila Franca de Xira. Pode ser só das pequenas, das médias ou das grandes, ou pode ser de umas e de outras, o que representa é que as empresas com sede no concelho tiveram o melhor desempenho, e isso para o executivo é muito importante, vem-lhe dizer que está no caminho certo, que o que está a fazer está certo e continua a fazê-lo, no sentido de que, se possível, e crê que é possível, este número ainda venha a melhorar em anos futuros.-----

Há ainda dois ou três fatores que também gostaria de realçar, em primeiro lugar o equilíbrio que a câmara municipal neste momento tem em termos de resultado orçamental entre as receitas correntes e as despesas correntes e amortizações, e



aqui a câmara municipal tem uma margem de mais de 6 milhões de euros.-----
Também gostaria de salientar, em termos de indicadores, e não vai falar de todos, mas do indicador que, para si, em termos orçamentais é fundamental, que é o da independência financeira. Mais uma vez a câmara municipal melhorou neste indicador, passou de 72,1% em 2014, para 76,15% em 2015, e isto é muito importante, porque permite que a câmara municipal cada vez mais não esteja dependente do exterior.-----

Outro ponto muito importante é aquilo que tem sido feito nos últimos anos em termos de redução da dívida de médio e longo prazo.-----

Em 2013 a câmara municipal tinha 28,5 milhões de dívida de médio e longo prazo. Neste momento, no final de 2015, passou para 22,9 milhões, ou seja, houve uma redução de mais de 5 milhões de euros do valor da dívida, o que significa também que aumentou significativamente o limite da dívida global, e neste momento a capacidade de endividamento da câmara municipal, o limite de dívida global, está nos 17,6 milhões de euros.-----

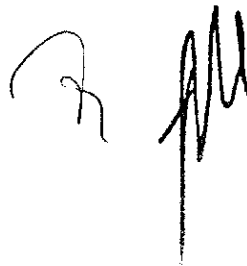
Finalmente, no que respeita a esta análise dos números, há quatro ou cinco indicadores que gostaria de evidenciar, que têm a ver com a dívida a terceiros por habitante, que reduziu, reduziu-se o endividamento líquido por habitante. O prazo médio de pagamentos manteve-se, e é um prazo médio excelente, de 20 dias, e o peso das dívidas a instituições de crédito nas receitas também diminuiu, o que é muito importante. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, solicitando ao Sr. Vereador que termine a sua intervenção. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador António Félix, dando apenas duas ou três respostas ao Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que hoje ficou convencido que nestes anos todos andou a perder o seu tempo, porque o Sr. Vereador acabou, qual Adam Smith, de revolucionar a economia, porque diz que dar os trabalhos fora está a desequilibrar as contas públicas.-----

Assim, diz-lhe: “Meu caro, isto é contra tudo o que a teoria económica diz, a concorrência melhora, não piora”. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que não disse isso, tendo o Sr. Vereador António Félix reafirmado que foi isso que o Sr. Vereador disse, e agora vai ter que o



ouvir, porque também não o interrompeu. -----

Depois, há outra coisa fantástica, nunca nesta câmara municipal conseguiu ouvir os Srs. Vereadores da CDU proporem um aumento de receita ou uma redução de despesa, propõem sempre reduções de receita e aumentos de despesa. -----

O que o próprio aprendeu, em termos de equilíbrios orçamentais, com as propostas que os Srs. Vereadores da CDU fizeram, nem a totalidade do Orçamento do Estado Português permitia conseguir concluir tudo. Pessoalmente, e nem todos os seus colegas de executivo o são, é um católico convicto, mas o milagre da multiplicação não passou por si. -----

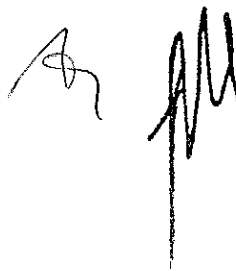
Os orçamentos são finitos e termina dizendo que muito bem estariam as câmaras municipais deste país, muitas das empresas deste país e o próprio país, se atingissem níveis de execução orçamental, investimento e poupança que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira atinge, disso o Sr. Vereador que não duvide. -----

Interveio o Sr. Presidente, agradecendo a intervenção do Sr. Vereador António Félix e passando a palavra ao Sr. Vereador António Oliveira, para rapidamente falar sobre a questão da proteção civil e linhas de água, e depois passar para o Sr. Vice-Presidente, para fechar este ponto e passar à votação. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo, em relação às questões colocadas no âmbito da proteção civil, pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, que efetivamente, quanto à diminuição das ocorrências, ainda bem que se verificaram, no âmbito da intervenção municipal, sendo os casos, como está referido no relatório, mais na área da intervenção nas infraestruturas, nas vias de comunicação. -----

O seu colega, Sr. Vereador António Félix, já falou que se duplicou, no âmbito da proteção civil, a intervenção na limpeza das linhas de água no concelho, cumprindo-se a legislação. -----

Em relação à intervenção do Sr. Vereador Nuno Libório, efetivamente, ou está distraído, ou então não estuda os assuntos quando vem para a reunião de câmara, porque convidava-o a fazer uma reunião com os Srs. Comandantes das 6 corporações do concelho, que iam ficar extremamente admirados com a afirmação do Sr. Vereador, de que o concelho não tem um Plano Municipal de Proteção Civil. Sinceramente, gostava que o Sr. Vereador tivesse, não a coragem pessoal, mas a



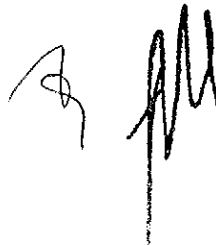
coragem política para fazer essa pergunta aos Srs. Comandantes, e iria ver a resposta que lhe dariam, porque, além do Plano Municipal de Proteção Civil, neste momento o concelho tem planos "Seveso", planos para o Colete Encarnado, planos para a Feira de Outubro, planos específicos para as áreas de intervenção das linhas de água, limpezas das ribeiras, e agora, cumprindo a legislação, mas provavelmente o Sr. Vereador não teve tempo para estudar essa área, as áreas de conflito entre os concelhos limítrofes, nas áreas de combustíveis, prevendo e evitando as zonas de incêndio.-----

Lembra que neste momento, de acordo com estes planos de intervenção específicos, houve reuniões com os concelhos de Arruda, Azambuja e Loures, e convidava o Sr. Vereador a tomar um pouco mais de atenção a esta situação, porque tanto as 6 corporações como os 550 bombeiros que o concelho tem, estão abrangidos por um plano global executado tecnicamente por eles.-----

De seguida, interveio Sr. Presidente, dando a palavra ao Sr. Vice-Presidente, pedindo-lhe também a capacidade de síntese possível.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, começando por saudar os presentes, destacando a Srª Vereadora Helena Ramos, que hoje, pela primeira vez, vem assistir e participar na reunião de câmara, cumprimentando também todos os dirigentes e funcionários municipais, que são elementos importantíssimos nesta execução dos diversos planos de atividade e do desenvolvimento que o executivo municipal tem imprimido no concelho, não podendo por isso deixar de começar a sua intervenção saudando-os, pela forma como têm desempenhado a sua função.--
Realçará o que é habitual nestas discussões dos relatórios e contas, independentemente do que eles possam dizer e do que os diversos intervenientes, nomeadamente os Srs. Vereadores da CDU, tenham feito, quer durante o ano, nas votações que, no que é fundamental para o concelho, votaram contra, quer contra o plano de atividades, que dá origem a este relatório e contas e que inclui todos os investimentos que foram depois realizados ao longo do ano, relativamente aos quais também estão sempre contra. Por isso, gostaria de realçar essa coerência ao longo dos anos nesta apreciação, uma vez que dizem não na reunião de câmara, mas dizem sim lá fora e na análise do relatório. -----

Estão contra o que é fundamental para o futuro do concelho, a requalificação da



zona ribeirinha, o IMI Familiar, a requalificação urbana, a criação das 7 áreas de reabilitação urbana no concelho, as zonas de desenvolvimento económico, a redução da pressão edificatória no concelho e a revisão do PDM, mas vêm agora preocupar-se com detalhes percentuais num documento, relativamente a cujos comentários, aliás, uma vez que se dirigem aos técnicos, passa absolutamente por cima. -----

Sugere que procurem no relatório algumas das coisas que dizem que não estão lá, uma vez que estão, basta ler com maior atenção. -----

Realça apenas um aspeto que parece trazer alguma diferença relativamente ao que é habitual, e que é a estranha obsessão da CDU com as taxas, com o resultado líquido do ano, como se o município tivesse que dar lucro, o que não deixa de ser um entendimento estranho, vindo de quem vem, e inabitual, tendo em conta as conversas que são feitas, quer na reunião de câmara ao longo do ano, quer na análise que fazem também dos diversos relatórios e contas. -----

Pretende dar conta também da estranha obsessão com as taxas de execução que, conforme disse, é também percentual, quando basta olhar para as taxas de execução habituais nas câmaras municipais geridas pelo PCP para se perceber a distância abissal que existe entre a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e quaisquer outras e, se se olhar apenas para a de Vila Franca Xira, basta ver o que a CDU fazia, ou dizia que fazia, quando estava na presidência. -----

Uma referência que merece interesse, apenas de um comentário que foi feito pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, e que o Sr. Vereador António Oliveira também chamou à atenção, é para o número de intervenções das chamadas da proteção civil ou dos bombeiros, que tem muitas vezes a ver com acontecimentos externos à própria câmara municipal, o que em teoria, como aliás disse, havendo menos chamada é positivo porque aconteceram menos coisas. -----

Contudo, há uma questão que é muito importante e que é um investimento profundíssimo que foi feito ao longo dos anos pela câmara municipal nas linhas de água, os separativos pluviais relativamente aos separativos domésticos, as redes de drenagem, a pavimentação e drenagem das vias públicas, a sustentação de muros e taludes, que reduzem fortemente o impacto dos acontecimentos naturais imprevistos. Pode-se recordar que era muitíssimo habitual, cada vez que chovia,




Alhandra ficar completamente inundada, e cada vez que chovia, na rua da Estação em Alverca, podia-se andar de barco. Esta era a condição habitual neste concelho antes dos investimentos que o executivo PS fez, e estes são investimentos que, sendo muito pesados, a verdade é que depois têm um efeito a médio prazo que transformam a vida às pessoas. -----

Recorda que 2015 foi um ano particularmente importante, porque foi o maior investimento de sempre na Vala do Carregado e na requalificação do rio Grande da Pipa, resolvendo um problema sistémico àquela população, e que era também problema sistémico do concelho. Deve ser por isso também que este é um investimento que tem sido ignorado nas intervenções da CDU, exatamente porque ele corresponde, quer em volume, quer em qualidade, a um caminho de qualificação do território que o Partido Socialista tem vindo a implementar. -----

Não o espanta que a CDU não veja o excelente desempenho financeiro do município reconhecido pela Ordem dos Oficiais de Contas, é porque isso não interessa, sob o ponto de vista da capacidade de execução do executivo, da sua credibilidade perante os seus credores e da sua credibilidade perante a economia local. -----

Também não o espanta como é que a CDU não pode ver as excelentes taxas globais de execução física e financeira, nomeadamente no contexto de crise em que nos encontramos, e que o município de Vila Franca de Xira tem conseguido manter elevadas taxas de investimento, tanto na câmara municipal como nos SMAS, apesar da redução da receita existente no país. -----

Também não o espanta como é que a CDU não pode ver que o orçamento tem o IMI mais baixo do país e que, ainda por cima, o ano passado a câmara municipal resolveu conceder o IMI Familiar, apoiando suplementarmente as pessoas neste processo. Não lhe interessa porque, conforme todos se recordam, não acompanharam o executivo nesta implementação. -----

Também não o espanta como é que a CDU não pode ver que o município desde a primeira hora garantiu as 35 horas para com os seus trabalhadores, porque sabe que também não foi a prática no concelho em todas as autarquias, e não está a falar naturalmente nas autarquias presididas pelo Partido Socialista. Não o espanta como é que a CDU não pode ver que com o PS houve um aumento do número total



de trabalhadores em 2015, mesmo com as limitações legais existentes, e não pode ver isso, não lhe interessa ver isso, mas isso corresponde exatamente ao que tem sido a política do PS nos últimos anos, e sempre que é possível faz a contratação de mais trabalhadores, nomeadamente nas áreas técnicas ou operacionais.-----

Não o espanta como é que a CDU não pode ver o enorme investimento realizado nas condições de trabalho dos trabalhadores, aliás, recorda que os seus membros votaram contra o investimento de parte importante destes investimentos da câmara municipal, como o plano plurianual de investimentos na área de gestão de resíduos, exatamente na área do PERSU 2020, que definiu, e já está a ser executado, os maiores índices de investimento nesta área, alguns dos quais têm efeito direto nas condições de trabalho dos trabalhadores do município. -----

É natural que não vejam isso, porque votaram contra, e também não o espanta que a CDU não veja o aumento das zonas verdes ocorrido em 2015, quando efetivamente ao longo destes anos não tem mostrado interesse ou colaboração na recuperação da zona ribeirinha, relativamente à qual tem votado tradicionalmente contra, ou na construção do parque urbano da Flamenga, ou até na melhor urbanização do concelho, quando ainda está agarrado àquela urbanização antiga dos impasses e das ruas projetadas a outras ruas como foi as que o PS herdou e relativamente às quais está agora a intervir.-----

Não o espanta como é que a CDU não possa ver o enorme aumento do impacto da educação ambiental e da posição relativa da câmara municipal na eficácia dos seus programas e nos sistemas ambientais, aliás o que permite, e é a única coisa que permite isso, que tenha das taxas mais baixas da região para o bolso dos moradores do concelho, quer em resíduos, quer em água, e isso não interessa, naturalmente, porque não gere, não tem capacidade para gerir, nem se preocupa com o que as pessoas depois têm que pagar de acordo com estes sistemas. -----

Esse é o resultado do trabalho do Partido Socialista, que tem sido, efetivamente é preciso reconhecê-lo, acompanhado pela única força política que em todos os planos e orçamentos tem feito propostas concretas e que têm sido incluídas nos planos de atividade da câmara municipal, e portanto estão também no relatório e contas. -----

Quando não interessa o futuro também a análise que se faz do passado não é



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 045

Reunião de 2016/03/23

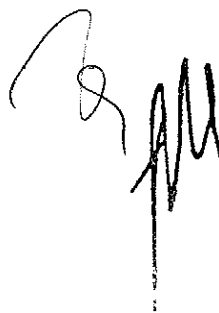
Procº _____

Deliberação nº _____

positiva. Vir falar do ambiente, das zonas verdes, do sistema de gestão de resíduos, dos equipamentos culturais, como a Fábrica das Palavras, relativamente à qual o PCP nunca aprovou, vir falar das zonas ribeirinhas, só é equivalente a vir falar da necessidade do novo hospital, quando a CDU, aqui em Vila Franca de Xira, e os autarcas da CDU da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, votaram contra tudo o que dizia respeito ao novo hospital, quando se sabe que a mesma força política, na Câmara Municipal de Benavente, aprovou a comparticipação financeira daquela autarquia para uma obra que sabia que fazia falta às pessoas de Benavente, e faz falta às pessoas de Benavente, mas faz muito mais falta às pessoas de Vila Franca de Xira. O hospital é em Vila Franca de Xira e os Srs. Vereadores da CDU votaram sempre contra. Por isso, é com a mesma credibilidade que podem vir falar agora de zonas verdes, sistemas de gestão de resíduos, equipamentos culturais, mostrar preocupações que se sabe que na realidade não têm. -----

Como é que se pode falar na participação pública, quando se omitem na intervenção projetos de grande dimensão em que o município é pioneiro no país, como o orçamento participativo, quando é um dos projetos que em termos de execução física e execução financeira tem vindo a trazer, não só participação por parte das pessoas, mas também tem trazido concretização, alteração concreta, com projetos no terreno, e o ano de 2015 foi particularmente importante nesse processo. Isso é que é realmente participação, e não aquelas comissões de fachada típicas da gestão do PCP. Como é que a CDU pode ver o grande alargamento da capacidade da rede de recolha de resíduos, a maior desde há muitos anos, com a instalação de mais de 17 pontos com ilhas ecológicas, quando votou contra o plano de gestão de resíduos? Como é que se pode encontrar a modernidade na introdução de arte urbana como fator dinamizador da comunidade, se se colocou de fora dos investimentos realizados na zona ribeirinha, e por isso, não faz qualquer referência à introdução de arte urbana, por exemplo no caminho ribeirinho? -----

Esta é de facto a CDU que está sentada na câmara municipal, o que não impede o executivo PS, como é evidente, noutros contextos, de estar a trabalhar para um objetivo mais profundo, que é não só ter a zona ribeirinha do concelho

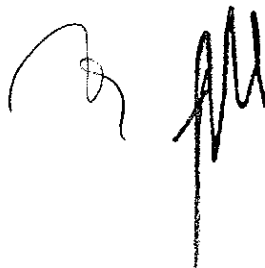


completamente qualificada, os 22km, como fazer chegar uma zona ribeirinha qualificada ao Parque das Nações, e para isso está já a trabalhar com a câmara municipal aqui ao lado, que não tem a posição que a CDU tem tido na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Como é que a CDU pode vir aqui falar de preocupações com o ordenamento do território, quando votou contra a criação das 7 áreas de reabilitação urbana do concelho de Vila Franca de Xira, que introduzem um conjunto de mecanismos absolutamente fundamentais para fazer a requalificação do tecido urbano e a vivificação das cidades e das aldeias do concelho? Não é possível fingir que tem preocupações com o ordenamento do território quando os seus membros votam contra o que é mais moderno e é mais adequado ao desenvolvimento da qualificação urbana. -----

Como é que a CDU pode olhar para o relatório do executivo PS e ver a requalificação urbana, quando ignora completamente que o ano de 2015 foi particularmente relevante na criação de estacionamento nas zonas antigas em vários locais do concelho, criando e garantindo a aquisição de terrenos necessária para haver bolsas de estacionamento novas nas zonas antigas? Por isso mesmo não faz nenhum comentário sobre essa matéria, apesar de, de vez em quando, vir dizer que tem essa preocupação. -----

Como é que a CDU pode ver a substituição integral das coberturas de fibrocimento em todas as escolas da responsabilidade municipal, que era um objetivo para 2017 e que ficou absolutamente concluído em 2015, antecipando em 2 anos o compromisso inicial do executivo? Não pode ver, porque de facto o investimento nas escolas não é uma preocupação da CDU. O mesmo se diga quanto à nova escola básica de Vialonga, que começou a ser construída em 2015, num plano que foi muito discutido, incluindo com a comunidade do local, o que não impediu, claro, que a CDU votasse contra esse plano de atividades, cujo relatório aqui hoje se traz e onde estava a escola básica de Vialonga. -----

O mesmo se diga quanto à reabilitação dos edifícios municipais com impacto na malha urbana, que foram várias em 2015, e que se preparam para ser mais em 2016, mas isso passa completamente por cima, porque não é preocupação da CDU. O mesmo se diga relativamente aos acréscimos de investimento na requalificação do parque escolar, que foi feito em 2015 e que este relatório comprova, contra o

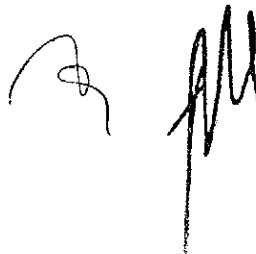


qual naturalmente votou. -----

O mesmo se diga quanto à qualificação dos equipamentos desportivos levados a cabo em 2015, num conjunto importante de pavilhões e espaços desportivos descobertos. A CDU ignora completamente a cultura e o impacto qualitativo das atividades do executivo no conjunto da comunidade. Não encontra o museu municipal no relatório, mas há de encontrá-lo, porque está lá. Não realça o novo Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira. Não valoriza o trabalho da rede de museus da câmara municipal. Não entende que o alargamento da rede de bibliotecas escolares alastra o recurso diário aos livros, diminuindo a importância da itinerância, que é coisa do passado. Esquece totalmente a importância das investigações arqueológicas em curso, na busca de arábica e o seu impacto internacional, porque isso não lhe interessa nada. Ignora o trabalho profundo na igualdade de género, realizada pela câmara municipal nas várias áreas, nomeadamente pela sua rede de museus e pelo museu de Alverca muito em particular. Despreza os mais de 166 000 utentes da nova Fábrica das Palavras, contra a qual sempre se colocou. -----

Aliás, menospreza a nova escola do Sobralinho, que também não foi referida, não só pelo seu investimento, mas por ser parte importante de uma estratégia educativa do concelho que o PS tem vindo a executar e relativamente à qual o ano de 2015 foi particularmente importante. Com a escola do Sobralinho e a criação do bloco do primeiro-ciclo na Escola José Rota diminuiu-se fortissimamente o número de turmas que ainda estava em horário duplo nos primeiros-ciclos do concelho, e a escola a tempo inteiro é um objetivo do Partido Socialista, sendo que 2015 foi um ano importantíssimo nessa área, e por isso mesmo os membros da CDU não falam, nem da Escola José Rota, nem da escola do Sobralinho, como se isso não tivesse nenhum interesse.-----

A CDU despreza a enorme taxa de adesões, quer às atividades de enriquecimento curricular, quer às atividades de tempos livres nas escolas, quer à extensão do horário do pré-escolar, que é sempre conseguida com parceiros locais. Esquece a qualidade das mais de 4200 refeições diárias servidas nas escolas do concelho, pelas mesmas vias, com parceiros locais, com a economia social local, e que tem trazido mais crianças a almoçar nas escolas do concelho. Ignora o reforço



alimentar que o Partido Socialista, com o apoio da Coligação Novo Rumo, tem feito junto das crianças do escalão A.-----

Interveio o Sr. Presidente, chamando a atenção do Sr. Vice-Presidente para terminar a sua intervenção.-----

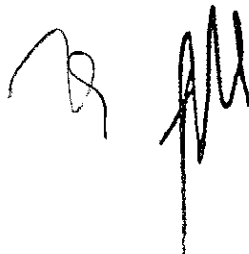
Respondeu o Sr. Vice-Presidente que está mesmo a terminar, continuando a referir que a CDU ignora os subsídios às visitas de estudos e aos agrupamentos e ignora a oferta dos materiais escolares, discussão essa feita aquando da elaboração dos planos de atividades e orçamento da câmara municipal, com a Coligação Novo Rumo, e relativamente à qual a CDU se pôs sempre absolutamente de lado, e quando esta medida surgiu no plano os seus membros votaram contra o plano de atividade e orçamento que a continha.-----

Ao invés disso, olha para as percentagens e esquece as pessoas, que é para ter capital de crítica nas suas intervenções, e por isso finge que não houve uma redução do número de colaboradores em programas do IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional nas atividades da câmara municipal face ao ano anterior, exatamente com programas elaborados com os parceiros locais, que o PCP aliás diz que nunca são envolvidos. Ignora o trabalho desenvolvido na área da juventude, esquecendo o RIFFEST, que aliás aconteceu, a Assembleia Municipal Jovem e o Laboratório de Artistas, entre outras. -----

Depois de criticar a enchente do Festival da Juventude de 2014, vem agora criticar a maior modéstia nas contratações que foram feitas para 2015, mas não perde pela demora, porque neste Colete Encarnado vão-se ter os DAMA, abertos a toda a população, e não só a uma elite como aconteceu no passado.-----

Interveio o Sr. Presidente, para dar só uma nota final, pois não vai querer maçar, principalmente as pessoas que estão a assistir a esta discussão, dizendo que, de facto, a intervenção da CDU, nomeadamente do Sr. Vereador Nuno Libório, trouxe uma série de questões que são uma visão da CDU respeitável, mas que não tem nada a ver com a realidade. -----

Naturalmente que se percebe que este é o momento de combate político por excelência, mas é preciso ter cuidado, porque no calor do discurso às vezes deixa-se levar esse calor e dizem-se coisas, que efetivamente até já se têm falado tanta vez, pelo que nem lhe parece como é que o Sr. Vereador Nuno Libório falou numa



situação, insinuando que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, gerida pelo Partido Socialista, estaria ou estará disponível no futuro a privatizar, não só os SMAS, como outras áreas, tendo o executivo PS já dito bastas vezes que efetivamente isso não acontecerá. Irá resistir sempre, no que diz respeito a essas mesmas privatizações, pois entende que os SMAS fazem um trabalho excelente, e não é preciso ter outra situação que não a que hoje se tem. -----

Neste sentido, o que diz ao Sr. Vereador Nuno Libório é que não vale a pena lançar para o ar este tipo de coisas, porque não corresponde minimamente à realidade. ---

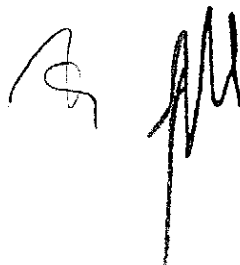
Relativamente ao pessoal, é injusto aquilo que o Sr. Vereador também referiu, pois o executivo tem feito um esforço enorme em termos de procedimentos concursais, justamente para tentar, por um lado, abrir concursos para áreas onde hoje imensos trabalhadores, dirigentes e técnicos, estão em mobilidade intercarreiras e intercategorias, para dar oportunidade de saírem dessa situação e terem uma situação mais sólida em termos do quadro do pessoal.-----

É isso que se tem feito, e também com outra ideia que já se referiu mais do que uma vez, que é lutar contra a precariedade do emprego. Tem-se feito isso, os dados estão à vista, e tem-se vindo a reduzir consideravelmente. Já houve perto de 200 trabalhadores nesses CEI, hoje há pouco mais de 100, mas há questões que têm a ver com a educação, que é um trabalho sazonal, e, como já referiu mais do que uma vez, dificilmente se conseguirá evitar recorrer a esses contratos, a menos que o atual Governo encontre outras metodologias que permita à câmara municipal ter pessoas com outro tipo de contrato mais sólido.-----

Está nessa esperança, e certamente que o PCP estará também disponível para encontrar essas mesmas soluções.-----

As horas extraordinárias são justamente para ir ao encontro de situações de trabalho feito internamente. Tem dado instruções no sentido de que tudo aquilo que é possível fazer internamente se faça, e muitas das vezes tem de ser feito só aos fins de semana, aos feriados, recorrendo a horas extraordinárias.-----

Ao contrário de muitos, o executivo pôs a “cabeça no cepo” pelas 35 horas, e ainda bem que o fez. Podiam ter sido muito prejudicados, tanto o próprio como o Sr. Presidente do conselho de administração dos SMAS, podiam ter tido problemas graves, mas resistiram, ao contrário de outros, que em vários pontos do país, e até



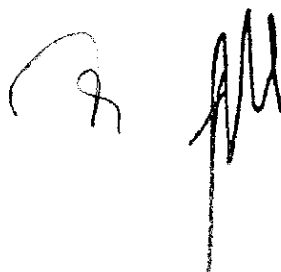
mesmo no concelho, não o fizeram. Há questões de princípio, muitas vezes, pelas quais vale a pena lutar, e esta, das 35 horas, foi uma luta em que o executivo, juntamente com os sindicatos, sobretudo com o STAL, esteve na mesma linha de combate e, finalmente, os ACEEP - Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública, foram publicados sem a assinatura de nenhum membro do Governo.-----

Pode dizer ao Sr. Vereador, inclusivamente, que nos ACEEP de Vila Franca de Xira não estava a "linhazinha" para ninguém assinar, ao contrário de todos os ACEEP que conhece da Área Metropolitana de Lisboa, que tinham a "linhazinha", não fosse "o Diabo tecê-las". O que disse o próprio foi que não punha linha nenhuma, para não haver tentações. Não havia linha, ninguém assinava, os únicos que assinavam eram o próprio e o sindicato, e o Sr. Presidente do conselho de administração dos SMAS e os sindicatos. Foi assim que foi, e pensa que foi uma luta que valeu muito a pena, porque a autonomia do poder local saiu reforçada, senão era uma ingerência inadmissível da administração central.-----

Estas é que são as questões reais, são os factos, de quem está efetivamente a lutar pelos trabalhadores, e o Partido Socialista esteve lá. -----

Quanto à questão da receita fez-se uma estimativa correta, e há muitos planos que são feitos com empolamento de receitas, em que dá para tudo, terrenos que são vendidos 50 vezes, e de plano em plano lá vêm uns terrenos para justificar receitas. O executivo PS não faz isso, e por isso é que normalmente, quase sempre, as receitas da câmara municipal atingem o alvo, inclusivamente até passam um bocadinho dos 100%, o que é notável, pelo trabalho de estimativa e cálculo que foi feito pela equipa que gere esta matéria na área financeira da câmara municipal. ----

Depois falará numa coisa, e vai-se já calar, porque o essencial já foi dito, mas não pode resistir. Estava na expectativa que, com a proposta que foi apresentada pelo Partido Comunista na Assembleia da República, se passasse a taxa do IMI para 0,3. Isso é que estava à espera, porque é aquilo que os Srs. Vereadores aqui exigem. O que é que passou? Foi de 0,5 para 0,45. Grande coisa, fantástico! Ficou muito frustrado, na medida em que julgava que o Partido Comunista, em termos gerais, no país, tivesse um alinhamento. Não há, há vários alinhamentos, em Vila Franca de Xira exige 0,3, menos receita, e a nível nacional exige 0,45, porque o máximo é 0,5, e algumas câmaras do Partido Comunista efetivamente cobram 0,5. Assim



sendo, esta é só uma curiosidade. -----

Sobre a execução do DOVI, que o Sr. Vereador Aurélio Marques referiu, e é o que está, 59% de execução, não são 59%, são 81%, e vai explicar. O Sr. Vereador dir-lhe-á que o que está lá são 59%, é verdade que sim, só que o DOVI é um departamento que recebe muitos pedidos da câmara municipal toda, e para a execução desses trabalhos, esses mesmos departamentos e serviços têm que, na informação onde fazem a solicitação, pôr a rubrica respetiva que respeita ao serviço. Isto quer dizer que depois, no conjunto dos trabalhos, tudo junto são 81%, e aliás o DOVI tem sempre percentagens muito elevadas, e mais uma vez assim foi. Desta forma, é só para se entender que às vezes é assim que se faz esta gestão. -----

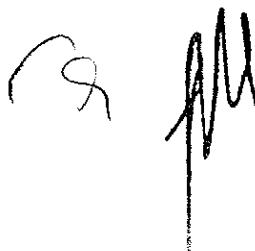
No que respeita às ETAR, não quer passar para mais ninguém, quer tratar desta questão neste mandato, mas para tratar neste mandato, 6 são mais que 5, e as propostas que o executivo PS já apresentou várias vezes foram chumbadas, por isto, por aquilo e aqueloutro. Vai enviar novas propostas até ao final do mandato, e cá estará o executivo para ver quem tem sentido de responsabilidade de resolver esta questão. -----

Depois, para terminar, falará somente de duas coisas. -----

Quanto à delegação de competências, na próxima assembleia municipal vai-se falar sobre esta matéria, e ver-se-á o que é isto da delegação de competências, e quem é que quer travar a possibilidade de se poder trabalhar convenientemente e de uma forma eficaz e eficiente. -----

Não é chumbando tudo e mais alguma coisa, não é travando a possibilidade de efetivamente dar algumas delegações mais ao presidente da câmara, não para ter mais poder, mas para que as coisas sejam mais eficazes e eficientes. É só isto, porque isto a que se está a referir, e a CDU sabe bem do que está a falar, acontece em toda a parte do país praticamente, inclusivamente nas juntas de freguesia que são geridas pela CDU. -----

Aqui não há milagres, como disse já o Sr. Vereador António Félix, e a redução de receita e aumento de despesa não é possível. Portanto, todos têm que ter uma grande capacidade, e imbuídos no espírito construtivo que todas estas coisas tenham. -----



Tendo o Sr. Vereador Nuno Libório solicitado intervenção, referiu que lhe dá 30 segundos para falar, pois não quer que diga que não teve direito à palavra. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que vai fazer duas precisões relativamente a algumas intervenções, com o devido respeito, e que são suscetíveis naturalmente de serem ditas, mas também têm que ser de acordo, efetivamente, com aquilo que os membros da CDU disseram. -----

Sobre a proteção civil, repete que o que disseram foi sobre a necessidade de atualização do plano, em momento algum disseram que o plano não existe. -----

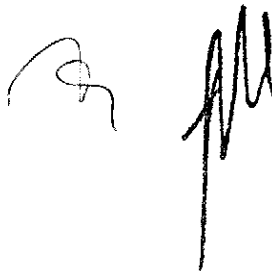
Sobre as questões do desequilíbrio financeiro e de desperdício no âmbito das contas do município, o que disseram, e refere-se a uma parte da intervenção do Sr. Vereador António Félix, é que, quanto ao dar a fazer fora aquilo que pode ser feito internamente, há o exemplo da lavagem dos resíduos sólidos urbanos, vulgarmente chamada de estratégia de lavagem dos contentores, que podia ser feita com os meios do município, o que geraria poupança, para além do acréscimo de qualidade. Foi isso que disseram, porque, sobre as questões da competitividade, não é aquilo de que estavam a falar. -----

Para terminar, queria só registar que pensa que o Sr. Presidente reparou que os membros da CDU têm, de facto, muitas objeções relativamente a leituras feitas pelo Partido Socialista sobre o estado a que chegou o concelho de Vila Franca de Xira, mas em momento algum questionaram ou puseram em causa a possibilidade de, aberta e democraticamente, o Partido Socialista expor as suas opiniões. Uma vez mais, nesta reunião da câmara municipal assistiram a uma tentativa de condicionar a intervenção livre, autónoma e independente da força política CDU, e querem registar isso com bastante indignação. -----

Respondeu o Sr. Presidente que não é verdade, só chamou o Sr. Vereador à atenção de que estava a falar de coisas que não tinham nada a ver com o ponto em apreço. Foi isso, única e exclusivamente. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio novamente, dizendo que o Sr. Presidente não gosta de ouvir. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que não é a questão de ouvir ou deixar de ouvir, não é nada disso, é o enquadramento que estas questões têm de ter, e o Sr. Vereador estava a falar de tudo e mais alguma coisa, menos da questão deste



relatório de gestão de 2015. Falou de tudo, “bateu” em toda a gente e mais alguma, só não apanhou aqueles que se esconderam, e assim não pode ser. Pede desculpa ao Sr. Vereador, mas é o próprio que está a dirigir a reunião de câmara, e tem que tentar enquadrar o Sr. Vereador e puxá-lo para aquilo que se está a fazer, que é, neste caso, falar sobre a prestação de contas do exercício de 2015 e relatório de gestão respetivo. -----

Ninguém cortou a palavra ao Sr. Vereador, foi só uma questão de enquadramento, porque o Sr. Vereador mistura tudo, vai por aí fora, mas é a vida, é o estilo que tem, e tem que se conviver com ele. -----

Assim, vai passar à votação, começando pelo ponto 2 da ordem do dia. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que tinha pedido a palavra. -----

Respondeu o Sr. Presidente que o comandante do Sr. Vereador Aurélio Marques é que domina as coisas, pelo que questiona como é, e então será o comandante do Sr. Vereador. O Sr. Vereador Nuno Libório pediu 30 segundos, deu a palavra à CDU para falar 30 segundos, mas agora vem mais o Sr. Vereador Aurélio Marques falar mais um bocadinho. O que é que é isto? Não é irritar? -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo ao Sr. Presidente para não se irritar, e olhar para o espetáculo que está a dar. -----

Interveio o Sr. Presidente, perguntando qual espetáculo, e dizendo que os Srs. Vereadores é que estão a dar um bom espetáculo, porque sistematicamente estão a faltar a uma situação de continuidade dos trabalhos de uma forma conveniente. O Sr. Vereador Nuno Libório pediu 30 segundos para falar, deu-lhos, podia não ter dado, o Sr. Vereador Nuno Libório falou, e agora vai o Sr. Vereador Aurélio Marques também falar. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que até é muito rápido sempre, e o que vai dizer não é para defender a honra, não é nada, só lamenta é que nalgumas intervenções que houve, de retorquir a intervenção dos membros da CDU, especialmente a do próprio, alguns vereadores presentes não terem ouvido que na sua intervenção, e fala por si, também realçou algumas coisas boas, elogios do orçamento. Já está habituado, mas é injusto, e aliás o Sr. Vereador António Oliveira até corroborou, e veio ao encontro daquilo que o próprio disse na questão da proteção civil. Era só o que queria dizer, e portanto é injusto. -----



Interveio o Sr. Presidente, agradecendo ao Sr. Vereador.-----

Respondeu o Sr. Vereador Aurélio Marques que vai já acabar, dizendo só, com muita frontalidade e humor, que para si, Aurélio Marques, não há comandantes. Não tem comandantes, nem aqui há comandantes, são individuais, embora daí formem o coletivo, e é livre.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que ainda bem, mas tem dias, porque também se está muito condicionado, questionando se não é assim. Acredita na liberdade do Sr. Vereador, mas até um certo ponto, como é evidente. Aprecia as intervenções do Sr. Vereador Aurélio Marques, porque são sensatas, construtivas, mesmo naquilo com que discorda com o executivo, e é assim que pensa que as coisas têm que ser.-----

Assim sendo, de seguida pôs à votação o ponto 2, questionando quem vota contra, quem se abstém, concluindo que o ponto é aprovado por maioria, com a abstenção da CDU.-----

Quanto ao ponto 3, questionou quem vota contra e quem se abstém, concluindo que o ponto é aprovado por maioria, com a abstenção da CDU.-----

Relativamente ao ponto 4, questionou quem vota contra e quem se abstém, tendo concluído que o ponto é aprovado por maioria, com a abstenção da CDU.-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, pedindo a palavra, se assim o Sr. Presidente lhe permitir, dizendo que não pretende fazer uma declaração de voto, mas, pelo menos que captasse, e se calhar o erro é seu, não foram respondidas as perguntas que fez, mas para se ganhar tempo não faz questão.-----

Respondeu o Sr. Presidente que serão respondidas no final da reunião, se houver tempo.-----

Prosseguiu, com a votação do ponto 5, questionando quem vota contra e quem se abstém, concluindo que o ponto é aprovado por maioria, com a abstenção da CDU. Quanto ao ponto 6, questionou quem vota contra e quem se abstém, concluindo que o ponto é aprovado por unanimidade.-----



Deliberação nº 211



Reunião de 2016/03/23

Deliberação nº **212**

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, aprovar o documento de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do exercício de 2015 – Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras.-----



1. Assunto: 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2016 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 18/16, de 15/03, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da 1ª revisão ao orçamento, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da câmara municipal para 2016, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 18/16, de 15/03, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com os pontos 2, 3, 5 e 6 da ordem do dia. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

Deliberação nº **214**

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, aprovar a 1ª revisão ao orçamento e plano plurianual de investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para o ano 2016. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 059

Reunião de 2016/03/23

Procº _____

Deliberação nº 215

1. Assunto: ORIENTAÇÕES PARA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015 DO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 19/16, de 16/03, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação das orientações para consolidação de contas do exercício de 2015 do município de Vila Franca de Xira. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 19/16, de 16/03, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com os pontos 2 a 5 da ordem do dia. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

Deliberação nº **216**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. -----

1. Assunto: DOAÇÃO DE RAÇÃO AO CANIL MUNICIPAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 19/16, de 11/03, do Serviço Médico-Veterinário Municipal, para aceitação da doação de rações para animais, nomeadamente para cães, pelo Grupo Jerónimo Martins.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 19/16, de 11/03, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 1005/16, de 14/03, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2016/03/01 e 2016/03/11. -----

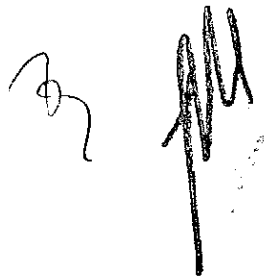
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 1005/16, de 14/03, do DGAFJ/DRH e mapa, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Assunto: LEGISLAÇÃO-SÍNTESE E EDITAIS-----

Foi dado conhecimento do que de seguida se indica: -----

1. Dos diplomas publicados em Diário da República com interesse para a administração local: -----

Portaria nº 39/2016, de 7 de março, I série, que procede à segunda alteração do Anexo IV da Portaria nº 349-A/2013, de 29 de novembro, que determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ); -----

Regulamento nº 235/2016, de 8 de março, II série, do município de Vila Franca de Xira, referente ao Regulamento e Tabela de Taxas e Preços da Câmara Municipal para 2016; -----

Lei nº 6/2016, de 17 de março, referente à primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei nº 246/2015, de 20 de outubro (primeira alteração à Lei nº 90/2009, de 31 de agosto, que aprova o regime especial de proteção na invalidez, e terceira alteração ao Decreto-Lei nº 265/99, de 14 de julho, que cria o complemento por dependência). -----

2. Dos editais publicados entre 2016/03/07 e 2016/03/18, que constam da lista anexa, a qual se dá por inteiramente reproduzida nesta parte da ata. -----

Tomado conhecimento.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata - **064**

Reunião de 2016/03/23

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2016/03/03 e 2016/03/16, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 34º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----




1. Assunto: BALANCETES -----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal:-----
Dotações Orçamentais -----17 773 157,54€
Dotações não Orçamentais ----- 1 996 405,80€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----
Dotações Orçamentais ----- 3 190 126,47€
Dotações não Orçamentais ----- 407 985,34€

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

1. Assunto: APLICAÇÃO DA LEI Nº 113/2015, DE 24/08 – ASSUNÇÃO DE CUSTOS PELO MUNICÍPIO-----

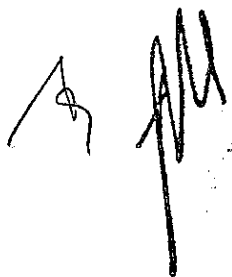
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 53/16, de 09/03, do DGAFJ/DRH, para apreciação e deliberação sobre a notificação a efetuar aos trabalhadores cujo exercício das suas atividades envolvam contacto regular com menores, no sentido de procederem à entrega anual de um certificado de registo criminal.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 53/2016, de 09/03, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para apreciação e deliberação.-----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU gostariam de ouvir a opinião do Partido Socialista sobre esta matéria, percebendo que há questões de obrigatoriedade do registo criminal e a sua outorga e responsabilidade, com os devidos custos financeiros, por parte dos trabalhadores do município. Gostariam, até tendo em conta o parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses, de saber se poderá haver da parte do Partido Socialista uma perspetiva de revisão para este constrangimento, e naturalmente que não se decide nesta sede, que vai penalizar o bolso dos trabalhadores da administração pública.-----
Interveio o Sr. Presidente, referindo que ainda bem que o Sr. Presidente interveio, para chamar à atenção para uma situação que o próprio considera absurda em termos legislativos, e espera bem que o atual Governo, com o acompanhamento de quem o suporta na Assembleia da República, possa rapidamente alterar esta legislação, porque é absolutamente absurda, e já fez algumas iniciativas nesse



sentido. -----

Desta forma, trouxe o ponto à consideração da câmara municipal, pois, tal como nas 35 horas, estava disponível para avançar, ou seja, ser a câmara municipal a pagar estes 5,00€ para a obtenção do certificado de registo criminal, estando-se a falar de trabalhadores, alguns dos quais a quem 5,00€ faz diferença, e sente-se desconfortável de estar a pedir a alguém, que até recebe menos do que o ordenado mínimo nacional, o pagamento de 5,00€ por uma exigência que agora lhe é feita.-----

Neste sentido, se os Srs. Vereadores o acompanharem irá de facto dar instruções para que este pagamento seja feito através da câmara municipal, sem que, naturalmente, a matéria seja revista e revogada, porque entende que quem deve pagar são as entidades patronais, neste caso a câmara municipal. Há um parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses que fica no limbo, tendo o próprio trazido esta matéria para que se tome a decisão da câmara municipal pagar estes valores, falando-se, grosso modo, em 1 000,00€. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, questionando qual é o teor da proposta. -----

Respondeu o Sr. Presidente que a proposta refere esta questão, que se verifica que existem cerca de 200 trabalhadores nesta situação, e propõe-se no último parágrafo que seja objeto de publicação na Informação ao Pessoal, e que nos anos subsequentes a entrega do documento ocorra no mês de janeiro. Assim sendo, refere única e exclusivamente aquilo que a legislação diz.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, questionando se é a entrega do documento. -

Respondeu o Sr. Presidente que sim, é a entrega do documento, que é absolutamente necessária para todos aqueles que têm contactos regulares com crianças. Agora, a outra questão que traz, que é aquilo que deveria ter feito e não fez, tendo o Sr. Vereador feito bem em chamar à atenção, é justamente a possibilidade de se aceitar que seja a câmara municipal a pagar estes 5,00€ para se obter o certificado de registo criminal. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, dizendo que lhe ocorre dizer a este respeito que, se não está em erro, as juntas de freguesia têm este papel de apoio às famílias mais carenciadas do concelho, e faria todo o sentido que essa avaliação pudesse ser feita, como julga que façam para todas as situações. Assim, a pessoa,



ou o agregado, quando necessita, faz o pedido de apoio à junta de freguesia, que faz a avaliação de acordo com os rendimentos do agregado, e pode ou não ceder esse apoio pontual. Portanto, não lhe parece que não exista já por parte da autarquia um apoio, seja para este tema, seja para outros assuntos. No entanto, se estiver enganada, o Sr. Presidente que a corrija. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que não conhece a lei no seu todo, mas sabe que tem a ver com a convenção do Conselho da Europa contra a exploração sexual e abuso sexual de crianças, e efetivamente todos os países da Comunidade Europeia têm tido um cuidado acrescido na contratação das pessoas, de novos trabalhadores ou colaboradores para as entidades públicas, sendo que a todos é exigido o certificado de registo criminal. -----

Não conhece, como disse, a lei, mas nos termos do Código dos Contratos Públicos não são todos os crimes que estão inscritos que afetam a contratação. Nomeadamente, por exemplo, se alguém tiver sido condenado por condução em estado de embriaguez, não afeta. Agora, é necessário à entidade pública que está a contratar essa pessoa verificar, “ainda pra mais” porque vai ter contacto com crianças, se não foi condenada por um crime que afete o seu contacto com crianças. Por isso, pensa que é de todo necessário que esse certificado de registo criminal seja entregue, mas o facto de a câmara municipal assumir esse custo não vinha proposto. -----

Respondeu o Sr. Presidente para a Srª Vereadora ver o quarto parágrafo. -----

Interveio de novo a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que não vem proposto a câmara municipal assumir os custos. -----

Interveio novamente Sr. Presidente, referindo que sim, é verdade, porém, parece-lhe que há situações em que a câmara municipal poderá dizer “o senhor não pode pagar ou não deve pagar”. Considera que estar a pedir 5,00€ a alguém que ganha 300 e tal euros é uma coisa muito penosa, e por isso queria o conforto dos Srs. Vereadores relativamente a esta matéria, no sentido de ser a autarquia a pagar os tais 1 000,00€, que representam 200 trabalhadores. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que continua a sua intervenção, como ainda estava no uso da palavra, dizendo ainda que reconhece que 5,00€ farão alguma diferença a algumas famílias, mas seja como for é um dos

A



Fl. Livro _____
Fl. Ata → 069
Reunião de 2016/03/23
Procº _____
Deliberação nº _____

documentos necessários à contratação daquela pessoa, e haverão de existir outros também necessários, que eventualmente criarão custos para essas pessoas. -----
Portanto, a câmara municipal tem de ponderar se vai beneficiar a pessoa ou as pessoas em causa que vão ser contratadas, e vai pagar todos os custos que tiverem, e às vezes é preciso certificado de habilitações, etc. Agora, efetivamente isto não vinha proposto, os membros da Coligação Novo Rumo têm que analisar, sendo que todos os anos as pessoas têm de entregar os certificados. Os motoristas têm de os entregar, e esses já estão afetados por outro tipo de situações, o que é natural. -----

Em primeiro lugar, é importante manter-se esta entrega, e não se pode fazer o contrário, até porque a lei assim o obriga. Depois, teriam que ponderar, porque não vinha proposta a assunção da câmara municipal para esse pagamento, tendo que se ver quantas pessoas são este ano e quantas serão para o ano que vem. A partir de agora, até quando é que se vai suportar? -----

Em termos morais ou de justiça social pensar-se-á que é justo, e a câmara municipal assume o pagamento, mas é uma das condições para que os trabalhadores possam aceder a essa contratação, e não sabe se a câmara municipal terá de se substituir à própria pessoa e pagar o certificado de registo criminal, até porque tem uma durabilidade, salvo erro, de 6 meses, e, se precisar dele para outros efeitos, poderá utilizá-lo. Na câmara municipal poder-se-á tirar uma fotocópia autenticada no momento, que não tem custos para a pessoa, que fica com o certificado de registo criminal na mão, e que o poderá utilizar, se for necessário, para outros efeitos. Portanto, não sabe até que ponto a autarquia terá de pagar esse documento a essa pessoa, que até o pode utilizar para outros efeitos que sejam necessários. Agora não lhe está a ocorrer nenhum, mas poderão ser necessários. -----

Esta seria uma questão que os membros da Coligação Novo Rumo teriam de pensar e refletir melhor e, como não vinha hoje para apreciação, não estão em condições. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU fazem a sugestão para serem requeridos pareceres à DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais, bem como à CCDR – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento



Regional, para saber se na assunção de responsabilidades políticas estão ou podem ficar confortados com essa decisão. Como é óbvio, haverão de estar sempre do lado de todas as medidas que signifiquem garantir os direitos e a salvaguarda do interesse dos trabalhadores do município.-----

Agora, perante a discussão já feita, gostariam de saber se, para além da Associação Nacional de Municípios Portugueses e do seu departamento jurídico, existe ou não conforto por parte da CCDR e da DGAL para que a câmara municipal, dentro da sua esfera de autonomia, possa tomar decisões sobre esta matéria. É importante que a questão fique clarificada, para também, do ponto vista político, clarifiquem a posição que têm. Dito isto, propõe que o assunto seja retirado da ordem de trabalhos. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que efetivamente parece que é uma proposta sensata, e não sabe se é necessário ou não retirar, na medida em que se trata de uma informação, de que os trabalhadores têm de ter o seu certificado de registo criminal. Por isso, a câmara municipal vai ter de o solicitar, mas aguarda por um pedido de parecer à DGAL e à Associação Nacional de Municípios Portugueses. O princípio de que é necessário ter o certificado é incontestável, o pagamento é uma questão sobre a qual se vai pedir o parecer, e que rapidamente se possa dar. De qualquer modo, poderá retirar o ponto, para rapidamente se poderem ter estes dois pareceres. -----

Interveio novamente a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, questionando se o que hoje se iria aprovar é para os anos subsequentes, a partir de 2017, pois aquilo que se diz é: "Mais se propõe, e considerando a obrigatoriedade da entrega anual deste documento (...) que nos anos subsequentes a entrega do mesmo ocorra no mês de janeiro". Esta é uma informação de janeiro de 2016, com despacho de março de 2016, pelo que será a partir de 2017, e julga que não haverá dúvidas em aprovar ou não esta situação. Assim, na opinião da própria o ponto não precisa de ser retirado. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o ponto vinha a reunião para apreciação e deliberação, e a deliberação é que estes trabalhadores têm de ter o certificado de registo criminal, e que essa questão, de acordo com o último parágrafo, tenha de



ser exigida já em janeiro de 2017, o que dá tempo para se terem estes pareceres todos relativamente à outra matéria que suscitou esta avaliação.-----

Neste sentido, questiona se o Sr. Vereador Nuno Libório está de acordo. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório afirmativamente.-----

Prosseguiu o Sr. Presidente, solicitando ao Dr. Paulo Alenquer para pedir os pareceres que foram solicitados pelo Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo ainda que esta matéria tem consequência a partir de janeiro de 2017. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, referindo que se calhar também seria interessante ver os apoios pontuais que as juntas de freguesia fazem no âmbito destes assuntos, porque, como referiu, e o Sr. Presidente não fez qualquer tipo de comentário à sua apreciação, as juntas têm vindo a apoiar pontualmente as famílias mais carenciadas, seja nestes assuntos, seja em outros. Portanto, se se tivesse um relatório de todas as juntas de freguesia e os apoios pontuais poder-se-ia ter uma dimensão desta matéria.-----

Respondeu o Sr. Presidente que se irá fazer um levantamento relativamente a esta matéria, mas pensa que não vale a pena.-----

Assim sendo, o ponto não foi retirado, a exigência é aquela que a lei define, que terá aplicação a partir de janeiro de 2017, e, entretanto, neste período tentar-se-á ter os pareceres que se trarão a reunião de câmara, e voltar-se-á a falar sobre o assunto.-----

7. Deliberação: Apreciado e deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA TÉCNICO SUPERIOR (ÁREA DE ENGENHEIRO ELETROTÉCNICO) – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO DA LISTA UNITÁRIA DE ORDENAÇÃO FINAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 924/16, de 08/03, do DGAFJ/DRH, para aprovação da remessa à assembleia municipal para aprovação da prorrogação do prazo, por mais seis meses, para homologação da lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para técnico superior (área de engenheiro eletrotécnico). -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 924/16, de 08/03, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA ASSISTENTE OPERACIONAL (CANTONEIRO DE LIMPEZA) – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DO RECRUTAMENTO EXCECIONAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 997/16, de 11/03, do DGAFJ/DRH, para aprovação da remessa à assembleia municipal para aprovação do recrutamento excecional de 5 candidatos do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente operacional (cantoneiro de limpeza), com vista à ocupação de 5 postos de trabalho vagos no mapa de pessoal.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 997/16, de 11/03, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----




1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA ASSISTENTE OPERACIONAL (LAVADOR DE VIATURAS) – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DO RECRUTAMENTO EXCECIONAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 1022/16, de 15/03, do DGAFJ/DRH, para aprovação da remessa à assembleia municipal para aprovação do recrutamento excecional de um candidato do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente operacional (lavador de viaturas), com vista à ocupação de um posto de trabalho vago no mapa de pessoal.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 1022/16, de 15/03, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **075**

Reunião de 2016/03/23

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA ASSISTENTE OPERACIONAL (JARDINEIRO) – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DO RECRUTAMENTO EXCECIONAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 1066/16, de 16/03, do DGAFJ/DRH, para aprovação da remessa à assembleia municipal para aprovação do recrutamento excecional de 5 candidatos do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para assistente operacional (jardineiro), com vista à ocupação de 5 postos de trabalho vagos no quadro de pessoal. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 1066/16, de 16/03, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----




1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA TÉCNICO SUPERIOR (ÁREA DE ENGENHEIRO CIVIL) – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DO RECRUTAMENTO EXCECIONAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 1061/16, de 16/03, do DGAFJ/DRH, para aprovação da remessa à assembleia municipal para aprovação do recrutamento excecional do candidato posicionado em 4º lugar, ou o seguinte, em caso de desistência, na lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para técnico superior (área de engenheiro civil), com vista à ocupação de um posto de trabalho vago no mapa de pessoal.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 1061/16, de 16/03, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – LUÍS FILIPE MOREIRA FREIRE -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 967/16, de 10/03, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais seis meses, de Luís Filipe Moreira Freire, a exercer funções de apoio jurídico à Divisão de Assuntos Jurídicos, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informações nºs 967/16, de 10/03, do DGAFJ/DRH, 6/16, de 01/03, do DGAFJ/DAJ e 755/16, de 23/02, do DGAFJ/DRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, dizendo que se trata de um parecer para prorrogação de um contrato de prestação de serviços por avença, que é um dos candidatos a um concurso que já veio a reunião de câmara.-----
Está quase a terminar todo o procedimento, e pensa que serão mais algumas semanas e o concurso estará terminado. Assim, se este candidato tiver uma boa classificação, eventualmente esta prestação de serviços deixa de acontecer, o que também seria muito importante para a câmara municipal e para o técnico em causa. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: REGULAMENTO DE ALIENAÇÃO POR HASTA PÚBLICA DO LOTE 147 DO CASAL DA SERRA, PÓVOA DE SANTA IRIA, VALOR DE CADA LANCE E CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 10/16, de 15/03, do DGAFJ/DAJ, para aprovação do regulamento de alienação por hasta pública do lote 147 do Casal da Serra, na Póvoa de Santa Iria, bem como do valor de cada lance (50,00€), e da nomeação dos elementos que integrarão a comissão (vogais efetivos e suplentes) que presidirá à hasta pública. -----

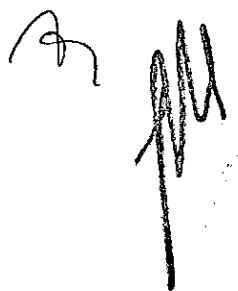
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 10/16, de 15/03, do DGAFJ/DAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: REGULAMENTO DE ALIENAÇÃO POR HASTA PÚBLICA DO LOTE 157 DO CASAL DA SERRA, PÓVOA DE SANTA IRIA, VALOR DE CADA LANCE E CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 9/16, de 14/03, do DGAFJ/DAJ, para aprovação do regulamento de alienação por hasta pública do lote 157 do Casal da Serra, na Póvoa de Santa Iria, bem como do valor de cada lance (50,00€), e nomeação dos elementos que integrarão a comissão (vogais efetivos e suplentes) que presidirá à hasta pública.-----

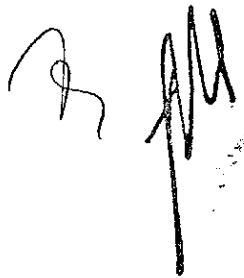
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 9/16, de 14/03, do DGAFJ/DAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE GÁS NATURAL VEICULAR DURANTE OS ANOS ECONÓMICOS DE 2017 E 2018 – INÍCIO DO PROCEDIMENTO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 114/16, de 15/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para autorização do início do procedimento e respetiva despesa, bem como aprovação da escolha do procedimento, das peças concursais e da composição do júri, referentes ao fornecimento em contínuo de gás natural veicular durante os anos económicos de 2017 e 2018, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. -----

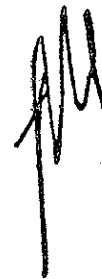
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 114/16, de 15/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

1. Assunto: EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO "O", SITA NA RUA ALMADA NEGREIROS, Nº 19 - ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 44/16, de 10/03, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre a fração "O", sita na rua Almada Negreiros, nº 19, em Alverca do Ribatejo, pelo valor de 99 000,00€, solicitado por Veigas & Veigas Mediação Imobiliária Unip., Lda.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 44/16, de 10/03, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 65/16, de 14/03, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2016/02/29 e 2016/03/13, no âmbito do licenciamento de obras particulares previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 65/16, de 14/03, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----




1. Assunto: PROJETO DE LOTEAMENTO - CASAL DA TASCA – A-DOS-LOUCOS – SÃO JOÃO DOS MONTES – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 26/16, de 15/03, do DGUPRU/DGU, para aprovação da declaração de caducidade do projeto de loteamento sito no Casal da Tasca, A-dos-Loucos, em São João dos Montes, conforme o disposto no nº 5 do artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 26/16, de 15/03, do DGUPRU/DGU, ofício nº 787, de 2014/02/10, deliberação de 2013/07/03, planta de localização e planta síntese do loteamento, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que segundo o que pareceu aos membros da Coligação Novo Rumo, e pensa que estão corretos, este é o loteamento que fica entre o parque infantil de A-dos-Loucos e a Fonte da Caeira, sendo que, quando foi aprovado, consideraram que seria interessante, porque a área de cedência para o equipamento era contígua a um parque infantil, que esse parque infantil, que já existe no local, fosse aumentado e requalificado, até de acordo com os anseios da população ali residente. -----
Desta forma, perguntam, uma vez que o alvará para este loteamento caducou, se a câmara municipal pode considerar uma intervenção em breve futuro no parque infantil em causa, e aproveitam para se reportarem à referida necessidade de arranjos da Fonte da Caeira no local. -----
Por outro lado, e em último lugar, julgam saber que há um loteamento adjacente a



este e, caso se confirme, perguntam qual o ponto de situação. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que infelizmente há muitas questões que se têm, de loteamentos que foram aprovados, que por dificuldades de carácter económico não tiveram a sua evolução, e este até foi um daqueles que foi muito trabalhado, em que se tentou encontrar uma solução urbanística adequada à zona. A câmara municipal conseguiu também, através deste loteamento, que a Fonte da Caeira e o parque infantil pudessem vir a ter melhorias consideráveis, existindo uma interligação com o próprio loteamento, mas infelizmente isto não vai acontecer tão depressa, por aquilo que o promotor informou. -----

No entanto, fica expectante, em que quando o promotor quiser retomar este processo haja uma economia processual e a questão se resolva, mas teme que demore muitos anos, o que quer dizer que a câmara municipal vai ter de ter outro olhar, tanto para o parque infantil, como para a recuperação da Fonte da Caeira. Quando isto for retomado ter-se-ão de encontrar outras soluções que se vão exigir, porque estas, na sua perspetiva, vão ter que ser realizadas pela câmara municipal. Quanto ao outro loteamento, é um pedido que tem andado com avanços e recuos. Inicialmente era para habitação e serviços, entretanto, nas conversas que se foram estabelecendo, foi possível que o promotor se concentrasse única e exclusivamente na área de serviços, para a construção de um equipamento ligado à terceira idade. Portanto, é o que agora está, se evoluir virá a reunião de câmara para alteração, mas deixará de haver habitação, e aliás até foi uma boa medida, pois fica tudo muito mais adequado. -----

Por isso, o que diz à Srª Vereadora, para terminar, é que estas duas questões, do parque infantil e da Fonte da Caeira, vão ter que ser tratadas a outro nível que não no loteamento. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 085

Reunião de 2016/03/23

Procº 21/16 CERTAUGI

Deliberação nº 228

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 60 DO LOTEAMENTO DO CASALINHO – VIALONGA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 83/16, de 16/03, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 60 do loteamento do Casalinho, em Vialonga, no valor de 3 365,35€, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 3/2009-AUGI, de 06/10, solicitado por Asdrúbal Manuel Baptista da Silva. -----

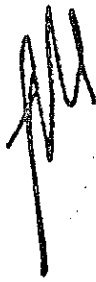
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 83/16, de 16/03, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: VII RAID BTT MIRATEJO – ISENÇÃO DE TAXA DE CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 273/16, de 14/03, do DOVI/DOVI, para aprovação da isenção do pagamento da taxa de condicionamento de trânsito, no valor de 103,28€, ao abrigo do nº 5, do artigo 9º, do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços do Município para 2015, solicitada pelo Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso, para a realização do VII Raid BTT Miratejo. -----

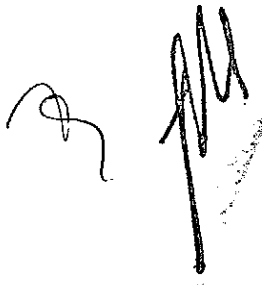
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 273/16, de 14/03, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



1. Assunto: CORRIDA DA PRIMAVERA – ISENÇÃO DE TAXA DE CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 288/16, de 16/03, do DOVI/DOVI, para aprovação da isenção do pagamento da taxa de condicionamento de trânsito, no valor de 103,28€, ao abrigo do nº 5, do artigo 9º, do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços do Município para 2015, solicitada pelo ATL da Bolonha, para a realização da Corrida da Primavera.-----

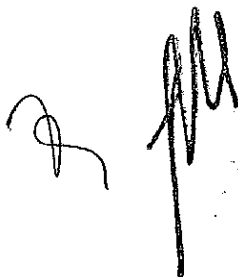
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 288/16, de 16/03, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: ADAPTAÇÃO DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DE POSTO DA GNR EM ESQUADRA DA PSP – VILA FRANCA DE XIRA – DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 279/16, de 14/03, do DOVI/DOVI, para aprovação dos documentos referentes ao desenvolvimento do plano de segurança e saúde, referente à empreitada de adaptação das antigas instalações de posto da GNR em esquadra da PSP - Vila Franca de Xira, adjudicada à Joaquim Fernandes Marques & Filho, SA.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 279/16, de 14/03, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----

1. Assunto: CONSTRUÇÃO DA EB 1 Nº 2 DE VIALONGA – PROGRAMA DE TRABALHOS AJUSTADO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 286/16, de 15/03, do DOVI/DOVI, para aprovação do plano de trabalhos ajustado, constituído por plano de trabalhos, cronograma financeiro, plano de mão de obra e plano de equipamento, referentes à empreitada de construção da EB 1 nº 2 de Vialonga, adjudicada à NORCEP, Lda, mantendo-se a data de conclusão da mesma para 2016/08/20.-----

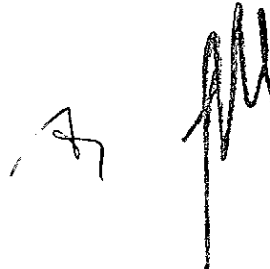
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 286/16, de 15/03, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, FISCALIZAÇÃO E RECOLHA DOS 17 PARCÓMETROS DE VILA FRANCA DE XIRA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E POSTERIOR REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 109/16, de 11/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços para manutenção, assistência técnica, fiscalização e recolha dos 17 parcómetros de Vila Franca de Xira, durante 24 meses, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 109/16, de 11/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que, nesta contratação para a manutenção de parcómetros, são 17 parcómetros, que têm encargos de manutenção de 43 200,00€, a 24 meses, o que dá 1 800,00€ por mês e 105,88€ por cada parcómetro. -----
Na reunião de 2014/03/19 eram 19 parcómetros, tinham um custo de 101 700,00€, um custo mensal de 4 237,00€ e a média por cada parcómetro de 223,00€.-----
Eram 19, agora são 17, e gostaria de saber quais os 2 que foram eliminados. -----
Regista com agrado que nessa altura os custos eram de 101 700,00€, agora são de 43 200,00€, é significativo, apesar de só terem reduzidos 2.-----
Nessa mesma reunião a CDU tinha pedido informação das receitas e uma série de

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 391

Reunião de 2016/03/23

Procº nº 45/16 APRV.AD.RG

Deliberação nº _____

questões, o Sr. Vereador António Félix respondeu a essas questões, que não vai citar, e agora gostaria de saber, neste ano, quais as receitas que houve, porque foi ver ao documento da prestação de contas e não sabe se estarão na página 112, na rubrica de aluguer de espaços e equipamentos. -----

Confessa que não viu onde estão, se calhar não estão, e o Sr. Presidente certamente lhe dirá, se for possível, os valores da receita para o município desta situação. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo queriam perguntar qual é o ponto de situação daquele estudo da câmara municipal que contemplava um projeto de regularização do estacionamento na cidade de Vila Franca de Xira. -----

Nunca mais souberam nada, pensam que contemplaria 2 ou 3 silos de estacionamento, não tiveram conhecimento se esse projeto avançou, se não avançou, qual é o ponto de situação do mesmo, e gostariam que o Sr. Presidente os esclarecesse. -----

A este propósito, e o Sr. Presidente tem essa consciência que tem sido uma preocupação da Coligação Novo Rumo, o estacionamento na cidade de Vila Franca de Xira é muito complicado. O Sr. Presidente tem que ter essa noção, e mais uma vez refere que com o encerramento do parque de estacionamento no ex-centro comercial a situação de estacionamento em Vila Franca de Xira leva a que pessoas que venham de fora cheguem a levar 45 minutos a 1 hora a conseguir um lugar de estacionamento. -----

Obviamente que o Sr. Presidente pode dizer que há o estacionamento por baixo da autoestrada, na Quinta da Mina, mas as pessoas que vêm de fora, muitas delas não sabem que existe lá esse estacionamento, procuram nas ruas e não conseguem. -----

Por outro lado, também relativamente a esta situação que se está a discutir, dos parcometros, não sabe se não seria de, face a esta dificuldade de estacionamento, aumentar o tempo de permanência dos veículos em estacionamento, porque, pensa, e está a falar um bocadinho de cor, que no máximo serão 2 horas, o que às vezes é pouco para pessoas que vão aos serviços públicos, à câmara municipal, aos tribunais, ao hospital agora não, mas a outros serviços públicos, e não se



conseguem em 2 horas despachar.-----

O Sr. Presidente com certeza anda nas ruas como andam os membros da Coligação Novo Rumo, e ainda hoje, quando vinha para a reunião, viu 3 agentes da PSP a multarem veículos que estavam efetivamente estacionados em cima do passeio, numa rua que vai para a estação dos comboios. Não está a dizer que não tenham razão, o problema é que de facto as pessoas não têm onde estacionar, e veem-se todos os dias os agentes da PSP a multar sucessivamente os veículos. Mais uma vez afirma que não está a dizer que não tenham razão, o problema é que isto é uma conjugação de esforços, por um lado as pessoas precisam de estacionar, por outro lado a PSP multa porque as pessoas estão mal estacionadas ou ultrapassaram o limite do parquímetro. Por isso, pensa que é uma situação que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira tem que analisar com profundidade, relativamente ao estacionamento na cidade de Vila Franca de Xira.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, informando que passará depois a palavra ao Sr. Vereador António Félix, relativamente à questão das receitas. -----

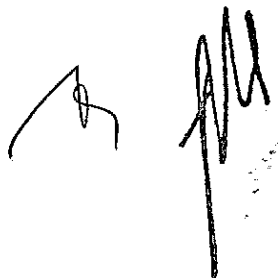
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que já está resolvido, aproveitou para andar depressa, analisou com o Sr. Vereador António Félix, e já tem informação da receita, que era na página que estava a ver, falta é a outra questão. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, mencionando que os parquímetros saíram aquando da requalificação da praça da Justiça. -----

Há matérias que efetivamente têm que se reanalisar, nos valores das taxas e nos tempos, como agora foi referido. -----

No entanto, quer dizer que existe muito estacionamento em Vila Franca de Xira, não está é no sítio onde as pessoas eventualmente querem que esteja, porque se forem à Quinta da Mina têm lá se calhar, neste momento, 50 ou mais lugares de estacionamento livres, e da Quinta da Mina até à câmara municipal são 300 metros. Efetivamente há estacionamento na cidade, tem é que se andar um bocadinho. -----

Outra coisa, e dá razão à Srª Vereadora, é efetivamente terem-se folhetos que sejam distribuídos profusamente por quem visita a cidade, com a indicação onde podem estacionar o seu carro. -----



Hoje em dia existem os parques de estacionamento do antigo hospital, que estão lá e provavelmente não têm muita gente, ou porque as pessoas não conhecem, ou porque efetivamente preferem procurar um estacionamento mais perto da zona para onde vão, mas o que é um facto é que desde a Quinta da Mina até ao centro da cidade demora-se 5 minutos a pé, nem tanto, de modo que acolhe aquilo que a Srª Vereadora refere da melhor informação. -----

Quanto à análise de outras bolsas de estacionamento, efetivamente está-se a trabalhar numa possibilidade de mais estacionamento, não no centro da cidade, mas também na zona do Bom Retiro, que é uma zona muito carenciada de estacionamento. Por isso, há um conjunto e um olhar global para a cidade que tem que se ter em linha de conta.-----

Está-se a desenvolver um plano de mobilidade, onde também essas matérias em termos de bolsas de estacionamento são colocadas. A Srª Vereadora falou em autossilos, sinceramente não lhe parece, a menos que seja algum privado que venha contruí-los, porque a câmara municipal não vai avançar com autossilos, que são absolutamente onerosos, e se não tiver parceiros não vale a pena avançar.-----

Terminou, dirigindo-se ao Sr. Vereador António Oliveira, dizendo que a proposta em análise vem na sequência de se conseguir uma solução economicamente mais sustentável.-----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, referindo que efetivamente assim é, e sublinhando o que foi dito pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, em 2014 os parcómetros tiveram como receita bruta 140 000,00€, sendo 93 000,00€ para a câmara municipal e 43 000,00€ para a empresa. Em 2015 atingiram-se os 168 000,00€, sendo 114 000,00€ para a câmara municipal e 53 000,00€ para a empresa. Atualmente, com este contrato, a empresa vai receber no máximo 25 000,00€, portanto, pensa que está tudo dito.-----

O Sr. Presidente tomou a palavra, para concluir que, posto isto, o ponto é aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Reunião de 2016/03/23

Deliberação nº

Pelas 12h45, após a discussão e votação do ponto 31 da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao público presente, retomando posteriormente a discussão dos restantes pontos da ordem do dia. -----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----
AUGI DA FONTE SANTA - VIALONGA -----

Interveio a munícipe, Srª Joaquina Nunes, dizendo que pretende falar sobre os lotes que tem na Fonte Santa, em Vialonga, que comprou já há 40 anos, referindo que gostava que ficasse tudo resolvido, para poder decidir lá construir ou vender. Comprou com o marido, agora até está viúva, e queria ver aquilo resolvido. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que daqui a um pouco falar-se-á sobre as AUGI, e se a munícipe se quiser manter na reunião vai ouvir, pois falar-se-á da Fonte Santa. -----

Depois, o que diz é que a Fonte Santa foi dividida em 4 parcelas, como a munícipe sabe, uma delas, a número 1, tem alvará, as restantes não têm, e todos, na câmara municipal, estão a tentar encontrar uma solução excecional para que se possam resolver os problemas da Fonte Santa. -----

O problema prende-se pelo facto de o maior promotor, o urbanizador maior, ter 165 lotes, o que quer dizer que enquanto não se resolver este problema com este loteador as pessoas não podem fazer o registo da sua propriedade. As pessoas que já construíram, num determinado contexto de há muitos anos, não podem ter a licença de construção e a licença de habitação, ou seja, a legalização. -----

Muitas das pessoas têm aqueles lotes, compraram-nos há muitos e muitos anos, e agora chegou o momento de politicamente se tratar, porque é de uma decisão política que se trata. À luz dos regulamentos atuais aquela solução não consegue ter saída, e o que se vai fazer, talvez para a próxima reunião de câmara, não sabe ainda, é analisar uma solução que possa viabilizar rapidamente, e quando diz rapidamente é num período de até ano e meio, para que todas as pessoas possam registar a sua propriedade e ter tudo legalizado. -----

É o que pode dizer, mas não é uma solução simples, porque se fosse simples já estava resolvida. É uma situação muito complicada, e aliás a Fonte Santa é a maior AUGI que se tem no concelho. -----

Tentar-se-á fazer e, a começar pelo próprio, todos os vereadores estão conscientes desta necessidade de encontrar uma solução, e espera que tenham a arte e o engenho para lá chegar. Fala pelo próprio e por todos os que o acompanham, sendo que quanto aos outros pensa que também estão imbuídos do



Reunião de 2016/03/23

Deliberação nº _____

Neste sentido, pede à munícipe que aguarde mais um bocadinho, e que provavelmente se irá falar daqui a pouco outra vez da Fonte Santa. -----



1. Assunto: REFEIÇÕES ESCOLARES – EB DR. VASCO MONIZ – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ALVES REDOL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 121/16, de 14/03, do DEC/DE, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com o Agrupamento de Escolas Alves Redol, para o fornecimento de refeições escolares na EB Dr. Vasco Moniz, no decurso do 3º período do ano letivo 2015/2016.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 121/16, de 14/03, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: REFEIÇÕES ESCOLARES – EB DR. VASCO MONIZ – CENTRO DE BEM-ESTAR INFANTIL DE VILA FRANCA DE XIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 122/16, de 14/03, do DEC/DE, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com o Centro de Bem-Estar Infantil de Vila Franca de Xira, para o fornecimento de refeições aos alunos do 2º ciclo do ensino básico na EB Dr. Vasco Moniz, no decurso do 3º período do ano letivo 2015/2016, e respetivo compromisso de verbas.-----

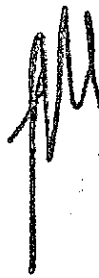
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 122/16, de 14/03, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano 04.01.03.001E Orçam. 02/02.01.05-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PRÉMIO CARLOS PAREDES – EDIÇÃO DE 2016 -

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 52/16, de 09/03, do DEC/DCTPM/SAC, para aprovação da constituição do júri do Prémio Carlos Paredes, edição de 2016. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 52/16, de 09/03, do DEC/DCTPM/SAC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, pretendendo deixar uma breve nota, dizendo que pelo relatório de gestão de 2015 o prémio Carlos Paredes teve 50 espectadores. Sabe-se que a cultura não se mede pela quantidade de espectadores mas, dado o objetivo do município com o prémio Carlos Paredes, e considerando a quantidade de pessoas e entidades envolvidas neste processo, a par do esforço dos colaboradores da câmara municipal, julgam que deverá ser feita uma discussão para se perceber como se pode projetar este prémio, para realçar também o nome do município e da música portuguesa. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dando só conta que o fundamental, relativamente aos prémios que a câmara municipal tem vindo a fazer, mede-se pelo valor que têm, não só a nível financeiro, que efetivamente é grande, no panorama dos municípios a nível nacional, mas pelo seu valor simbólico. -----

O prémio Carlos Paredes tem vindo a ser reconhecido por todos os que fazem música não erudita em Portugal como um prémio interessante e importante, e houve grandes intérpretes e compositores de música nacional que já venceram o prémio Carlos Paredes, sendo que a prova de que se está a ir no bom caminho é



Reunião de 2016/03/23

Deliberação nº

exatamente o número de candidaturas que todos os anos aparecem. -----
Portanto, é um caminho que se continuará a fazer no sentido de, não só apoiar a
continuação musical portuguesa, mas sobretudo valorizar o nome de Carlos
Paredes e valorizar o concelho de Vila Franca de Xira.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: FEIRA ANUAL DE OUTUBRO 2016 – REGULAMENTOS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 79/16, de 16/03, do DEC/DCTPM, para aprovação dos regulamentos para organização e funcionamento da Feira Anual de Outubro 2016, "Regulamento da Feira Anual de Outubro - Feirantes" e "Regulamento da Feira Anual de Outubro de Equipamentos de Diversões e de Outros de Natureza Lúdica", e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 79/16, de 16/03, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ **102**

Reunião de 2016/03/23

Procº DCTAE.00TM.039.

Deliberação nº **238**

1. Assunto: SALÃO DE ARTESANATO – REGULAMENTO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 76/16, de 14/03, do DEC/DCTPM, para aprovação do Regulamento do 36º Salão de Artesanato, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

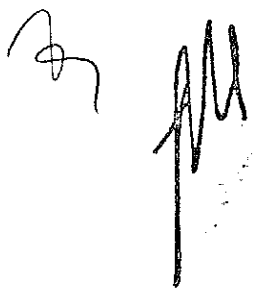
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 76/16, de 14/03, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: COLETE ENCARNADO 2016 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO COMPENSATÓRIO AOS CAMPINOS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 78/16, de 15/03, do DEC/DCTPM/ST, para aprovação da atribuição de um subsídio compensatório, para pagamento aos campinos durante os três dias da festa do Colete Encarnado 2016, e constituição de um fundo de maneiio, no valor total de 5 520,00€, para o seu pagamento, o qual ficará à responsabilidade da Chefe de Divisão, Drª Maria João Carraça. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 78/16, de 15/03, do DEC/DCTPM/ST, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano 05/04.08.02 Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: COLETE ENCARNADO 2016 – CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 77/16, de 15/03, do DEC/DCTPM/ST, para aprovação da constituição de um fundo de maneio, no valor total de 3 525,00€, para fazer face a despesas urgentes e inadiáveis, no âmbito da festa do Colete Encarnado 2016, o qual ficará à responsabilidade da Chefe de Divisão, Drª Maria João Carraça.-----

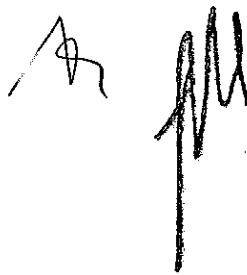
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 77/16, de 15/03, do DEC/DCTPM/ST, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano 05/02.01.21 Orçam. -----
-----Plano 05/02.02.25 Orçam. -----
-----Plano 05/02.02.10 Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Assunto: APOIO MUNICIPAL À TEMPORADA TAUROMÁQUICA DE 2016 -----

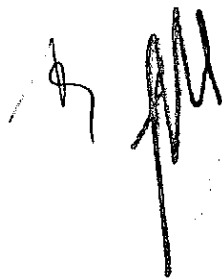
Presente para aprovação a minuta do protocolo, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, a celebrar com Paulo Pessoa de Carvalho Unipessoal, Lda., que define os termos do apoio municipal à temporada tauromáquica 2016, no valor de 12 000,00€. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que tem três questões a colocar. Na cláusula terceira, sobre os descontos nos bilhetes para idosos e jovens, gostaria de saber, mas pensa que sim e não está a pôr isso em causa, se a câmara municipal fiscaliza esta cláusula nas corridas ou no conjunto final. -----

No Colete Encarnado, salvo erro, numa das corridas a que assistiu foi interpelado por alguém, que não vai nomear, com conhecimento disto, que lhe perguntou se os protocolos eram iguais. O próprio disse que em princípio eram, depois foi ver e eram iguais, sendo que lhe disseram que em tempos foi assim também, depois na outra empresa também, e deduz, do que interpreta desta cláusula, que passou a ser em toda a praça, ou seja, todos os bilhetes que as pessoas queiram comprar têm estes descontos, 15% para idosos e 50% para jovens. Disseram-lhe na altura que eram só em dois setores, mas depois esqueceu-se de trazer a questão a reunião de câmara, e assim sendo não está a pôr isso em causa, queria era saber se a câmara municipal fiscaliza ou não, porque também uma vez se detetou, ainda no tempo da antecessora do Sr. Presidente, a questão destes bilhetes. -----

Quanto à cláusula quarta, é dito que a empresa se compromete a colocar alunos da Escola de Toureio José Falcão no maior número de espetáculos de variedades. No ano passado foi assim, com a outra empresa foi assim no último ano, e na outra, já de 2013, havia um "x", que eram 10 corridas. Desta forma, não põe em causa o empenho da empresa, nada disso, também admite que até podem ser mais ou menos que 10, mas pensa que isto é redutor e muito vago, e a questão pode levar, por exemplo, e não está a fazer um processo de intenção, a que sejam só duas. Na cláusula não está a quantidade, e também não é uma questão de fundo, só está a alertar a câmara municipal, para se ter cuidado. -----

Na cláusula quinta a empresa compromete-se, como já era anteriormente, em todas as suas organizações ou iniciativas, a apoiar a Escola de Toureio José Falcão, com os custos e até com o gado bravo. Sobre a questão, o próprio já em tempos



trouxe à câmara municipal, informalmente, um desejo, tanto da direção ou de alguém da direção como da direção artística. Falou na altura, e a questão era, no final do ano ou no final da época da Escola de Toureiro José Falcão, e não quer dizer que os empresários anteriores não o tenham dado, haver o apoio, na praça de touros Palha Blanco, da empresa que tem agora este protocolo, para um festival para todos os alunos. Seria o encerramento da época da Escola de Toureiro José Falcão, fazendo-se um festival ou uma novilhada, como se queira chamar, de encerramento da época, o que seria importante na praça de touros, para os alunos da Escola de Toureiro José Falcão. -----

Os membros da CDU neste momento não vão fazer questão, vão estar de acordo com o protocolo, pois podiam até dizer que esta questão devia constar e irem a votação, mas não é o caso. O próprio quer apenas sensibilizar o Sr. Presidente para, tendo em conta as relações que a câmara municipal tem, como teve sempre, com os empresários, especialmente com Paulo Pessoa de Carvalho, que é o empresário atual, ter uma conversa, e, mesmo sem estar no protocolo, que este ano e em futuros, quando ganharem a praça de touros, os empresários o façam. Assim, pede a diligência e empenho do Sr. Presidente para falar com o empresário, no sentido de se fazer isso à Escola de Toureiro José Falcão, até porque, como se sabe, o maior apoio é da câmara municipal. -----

Era só o que queria deixar, em nome da sua bancada, e também de apoio à Escola de Toureiro José Falcão. Quando falou de alguém da direção ou da direção artística, não estava a pôr isso como oficial, pois não costuma, como é evidente, revelar, e é correto, conversas informais e privadas, mas não sabe se o Sr. Presidente ou a própria escola não manifestaram já esse desejo, ou então o Sr. Presidente, se fizer o favor, interpelará a escola, para ver se realmente está a falar em nome alheio erradamente, mas pensa que não está.-----

Respondeu o Sr. Presidente que o Sr. Vereador Aurélio Marques fez bem, e são três questões que coloca, que têm todo o sentido. Esta é uma matéria que se vai falar, e efetivamente isto foi aprovado com estas recomendações, sendo uma delas que, principalmente as pessoas idosas, se possam sentar onde bem quiserem, têm é que adquirir o bilhete de acordo com o valor que tem e o desconto respetivo.-----

Portanto, é uma recomendação que o executivo vai fazer, que tem todo o sentido.--



O atual empresário, Paulo Pessoa de Carvalho, está absolutamente disponível para uma série de matérias, entre as quais aquelas que o Sr. Vereador referiu, e aliás teve uma reunião com ele há bem pouco tempo, onde algumas das questões foram colocadas, exceto a dos bilhetes dos idosos. As outras questões foram faladas, de promover cada vez mais a escola e os seus alunos, mas vai reforçar esse aspeto. ---

Interveio novamente o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que não pode afirmar que a situação dos bilhetes aconteceu só em vários setores, pensa que aconteceu em toda a praça, pelo que não está a fazer uma afirmação, de que aconteceu, mas foi porque lhe disseram aquilo. -----

O Sr. Presidente interveio de novo, mencionando que vai transmitir à Paulo Pessoa de Carvalho que efetivamente foram colocadas estas recomendações e que, dentro do possível, deve cumpri-las. -----

Interveio o Srª Vereadora Ana Paula Bayer, dizendo, a respeito deste assunto, que os membros da Coligação Novo Rumo sabem que o protocolo é semelhante ao dos anos anteriores, mas perguntam se a entidade exploradora da praça forneceu os dados relativos à época anterior sobre a quantidade de bilhetes vendidos a idosos e jovens, e quantos alunos da escola foram colocados nas diversas praças de touros do país. -----

Aliás, sendo esta uma questão recorrente, sugerem que no próximo ano, caso se mantenha esta entidade exploradora e este apoio municipal, a informação aos vereadores venha acompanhada destes dados. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a Srª Vereadora tem toda a razão, e vai fazer chegar às duas bancadas da oposição esses dados. -----

Neste sentido, solicita à Drª Maria João Carraça que faça o favor de providenciar nesse sentido. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo de apoio municipal à temporada tauromáquica 2016. -----

Assunto: ALTERAÇÃO E ADITAMENTO A PROTOCOLO PARA UTILIZAÇÃO DOS CAMPOS DE FUTEBOL -----

Presente para aprovação a minuta de alteração e aditamento ao protocolo para utilização dos campos de futebol, celebrado e outorgado, em 2013/09/11, com a União Desportiva Vilafranquense, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que, como é evidente, e o Sr. Presidente sabe, os membros da CDU estão de acordo, e veem com muito agrado este aditamento ao protocolo celebrado com a União Desportiva Vilafranquense, que é reverter para a União Desportiva SAD esta situação. -----

Esta candidatura à modernização das infraestruturas desportivas do Campo do Cevadeiro é muito importante e necessária, pois a UDV precisa desta remodelação do seu parque desportivo, sendo esta uma oportunidade, se calhar única, e as várias centenas de atletas da sua formação vão sair muito beneficiadas com estas obras de beneficiação do seu parque desportivo.-----

Têm que dizer também que ainda bem, e aliás o protocolo, não só este como todos os que a câmara municipal faz, salvaguarda a questão da reversão das obras, e o município sairá beneficiado um dia, que não sabem quando. O património camarário ficará mais enriquecido, e os membros da CDU estão totalmente de acordo. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que efetivamente é uma oportunidade única, que foi promovida pela Federação Portuguesa de Futebol, mas exige alguns critérios, como o de haver uma periodicidade, tem que ser a SAD a candidatar-se e, por outro lado, haver uma autorização da câmara municipal para realização das mesmas obras. Considera que é uma oportunidade, que muito vem beneficiar, sobretudo a área da formação da UDV. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta de alteração e aditamento ao protocolo para utilização dos campos de futebol.-----

1. Assunto: XIRA2016 – ENCONTROS DESPORTIVOS CONCELHIOS - CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – NÚCLEO DE ÁRBITROS DA PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 102/16, de 14/03, do DASDEDS/DDE, para aprovação da minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Núcleo de Árbitros da Póvoa de Santa Iria, que define as condições para a arbitragem no programa XIRA2016 – Encontros Desportivos Concelhios, de todos os jogos dos escalões de Traquinas e Benjamins, na modalidade de Futsal. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 102/16, de 14/03, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ **110**

Reunião de 2016/03/23

Procº _____

Deliberação nº **244**

1. Assunto: ENCONTRO DE FUTSAL SOLIDÁRIO - CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ASSOCIAÇÃO COMPANHEIROS DA NOITE -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 105/16, de 15/03, do DASDEDS/DDE, para aprovação da minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a Associação Companheiros da Noite, que define as condições para a cedência do Pavilhão Desportivo Municipal do Olival de Fora, em Vialonga, para a realização do Encontro de Futsal Solidário, nos dias 2 e 3 de abril de 2016.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 105/16, de 15/03, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.-----

1. Assunto: PONTO DE SITUAÇÃO DAS AUGI - MARÇO DE 2016-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 51/16, de 14/03, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para conhecimento do ponto de situação das AUGI, em março de 2016. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 51/16, de 14/03, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento, dizendo que esta é uma análise que se faz semestralmente, que, conforme já tinha dito, vinha a esta reunião, e aquilo que pode dizer é que hoje mesmo se assistiu a mais uma resolução da emissão de alvará, e por isso o número de situações cada vez é menor. Foi um momento muito gratificante, sobretudo para a comissão, que há anos andava para tentar resolver o problema da emissão do alvará do Casal da Carcaça, estando também nesta informação a identificação de todas as outras questões que se têm. -----
Na última informação havia 13 situações por resolver, agora há 12, e há pelo menos, do que tem de memória, 4 situações que provavelmente nunca se irão conseguir resolver, na medida em que não há interlocutores, não há comissão, e um dia vai-se ter de encontrar solução para não considerar aquele território como AUGI, e verificar, em termos jurídicos, qual é o caminho a seguir.-----
De qualquer modo, conforme também disse na última reunião de câmara, gostaria de entregar a uma força política da oposição e a outra a proposta de resolução da Fonte Santa, um documento que teve um período prévio de análise pública, como agora é possível fazer-se. Depois, eventualmente na próxima reunião, caso as forças políticas estejam em condições de o fazer, e se lhe permitirem, irá agendar

esse ponto. -----

Assim sendo, entrega a proposta ao Sr. Vereador Nuno Libório e à Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, que terão agora 15 dias para a analisar, e fazer chegar eventualmente algumas alterações que julguem pertinentes. -----

A câmara municipal recebeu uma participação, que está junto à comunicação interna dos serviços, sendo que, ao fim ao cabo, a proposta que é apresentada agora tem muito a ver também com as recomendações feitas ao longo do tempo em reunião de câmara. Assim, na próxima reunião falar-se-á sobre este assunto.----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, para colocar só algumas questões, de acordo com a leitura atenta que os membros da CDU fizeram ao documento, e só por uma questão de precisão, porque o documento pode remeter para uma interpretação que julga não ter sido efetivamente o espírito da deliberação. Assim, “a páginas tantas”, quando se fala da Fonte Santa diz-se que foi publicitado o procedimento de participação procedimental para a alteração do regulamento, reconversão do loteamento clandestino da Fonte Santa, e o que questiona é que o que esteve ou está em vigor são os termos constantes do regulamento, e não houve nenhuma alteração.-----

Respondeu o Sr. Presidente que nem podia haver.-----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que nem podia haver, mas é uma questão de precisão na linguagem, pois quando se lê fica a ideia que já houve essa alteração. Ela faz parte dos termos da atribuição do alvará, cuja decisão foi tomada há algumas semanas atrás, por parcelas, uma vez que, como todos se recordarão, a Fonte Santa é uma área territorial bastante significativa em termos da sua quantidade. -----

Desta forma, a questão está esclarecida, e vão ler com atenção a proposta e a alteração a esse regulamento, e haverão de ter uma opinião sobre a mesma.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que aquilo que sugere, tanto a uma bancada como a outra, é que até à quinta-feira que antecede a distribuição dos documentos, pelo menos até à parte da manhã, façam chegar eventualmente alguns pedidos de alteração, ou então reservam-se para a discussão que irá haver. Deixa a sugestão, se quiserem enviar antecipadamente algumas alterações que achem pertinentes, está muito bem, senão faz-se a discussão na própria reunião

de câmara, ficando isso à consideração dos Srs. Vereadores.-----
Interveio novamente o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que com certeza,
mas em todo o caso fica já prejudicada a remessa para a próxima assembleia
municipal, se houver alteração.-----

Respondeu o Sr. Presidente que só vai em junho.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador, referindo que é com expectativa que os membros da
CDU vão analisar a proposta, e esperam não necessitar de pedir mais tempo,
sendo só esta a questão.-----

Referiu o Sr. Presidente que até junho há muito tempo.-----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que com certeza haverá de ser muito
tempo antes de junho, e se sentirem necessidade de protelar a discussão darão
essa indicação.-----

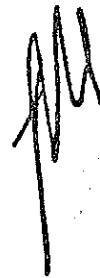
Pediu o Sr. Presidente que, se assim for, seja para o próprio não agendar.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador, referindo que está muito bem e colocando uma segunda
questão, ficando a parte da Fonte Santa adiada para esse momento.-----

Quanto ao Casal do Cabreiro, hoje de manhã assistiram, e bem, à atribuição do
alvará, agora há todo o conjunto de outro tipo de diligências que envolve as partes
envolvidas, que têm de acontecer progressivamente no terreno, e gostariam de
saber um pouco mais para além daquilo que consta na informação sobre o ponto
de situação do Casal do Cabreiro.-----

Outra questão tem a ver com eventuais constrangimentos legais, sendo que
quando se falou há pouco no relatório e contas alertaram para a urgência da
Assembleia da República retomar esta discussão, com a revisão da lei das AUGI. Já
apresentaram uma proposta de alteração para esse efeito, e portanto esperam
bem que a questão se resolva, a bem da conclusão deste processo, tendo em
conta que poderão existir áreas suscetíveis de reconversão e outras insuscetíveis
dessa mesma recuperação. Infelizmente há casos, o que podem antecipar, cuja
resolução é bastante complexa, e por isso depositam esperança para que na
Assembleia da República essa matéria seja decidida o quanto antes.-----

Ainda sobre isso, e até de acordo com o regulamento da câmara municipal, “a
páginas tantas” lê-se que, se decorrerem mais de 5 anos sobre a aprovação do
regulamento que tipifica as condições de apoio, quando a reconversão é de

iniciativa municipal, a câmara municipal deixa de se sentir obrigada a compartilhar os respetivos montantes, pelo que a pergunta que têm é simples. Provavelmente existem casos em que já passaram 5 anos após a aprovação, e questionam, do ponto de vista político, se os comproprietários ou as comissões de proprietários estão conscientes que poderá já haver uma situação de impossibilidade legal de apoio à reconversão dessas AUGI, e se isto terá de ser mesmo assim. Trata-se de uma pergunta com este desdobramento, porque é uma situação muito complicada. -----

Para terminar, está feito o apuramento de que a câmara municipal, para concluir o processo das AUGI, no que à sua competência diz respeito, precisa de investir ainda mais, não obstante o que já investiu, cerca de 2 milhões de euros, sendo essa a estimativa. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, dizendo que pensa que é otimista, mas tudo bem, é um ponto de partida. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que é o que consta da informação, não é um número seu. -----

Respondeu o Sr. Presidente que é a estimativa possível, pois quando se começa a entrar em obras não se sabe o que será. -----

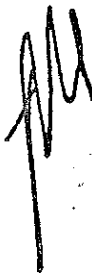
Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que é isso, naturalmente, uma estimativa à luz do que se pensa, tendo a sua pergunta a ver com esta preocupação. Se já passaram nalguns casos 5 anos, estes 5 milhões são mesmo 5 milhões? -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que irá então às respostas, que não são respostas, pois não há perguntas nem respostas, há uma reflexão, do seu ponto de vista. -----

Primeiro, efetivamente, nas questões das AUGI onde não há interlocutores talvez a alteração da lei possa ajudar, mas, se não ajudar, há que encontrar um parecer jurídico bem fundamentado, para saber qual é o caminho a tomar. Diria que são à volta de umas 4 AUGI, o que quer dizer que só faltam 8 para resolver, mas não sabe se se conseguirá isso até ao final do mandato ou não, estando-se a trabalhar nesse sentido. -----

Quanto ao Casal do Cabreiro, está-se no bom caminho, na medida em que

A



Fl. Livro _____

Fl. Ata - **115**

Reunião de 2016/03/23

Procº _____

Deliberação nº _____

finalmente há interlocutores e já foi apresentado, como diz a informação, um desenho para avançar com o loteamento. É verdade que nesta situação vieram pessoas a reivindicar que tinham lotes que parece que não existem no loteamento, pelo que há matérias que se têm de resolver. Há tornas, há questões a tratar, e neste momento diria que se está muito mais avançado do que se estava há uns meses atrás.-----

Assim sendo, não sabe se o Urbº Ricardo Ramalho tem mais alguma informação recente sobre a matéria, mas pensa que é isto. Julga que o Casal do Cabreiro efetivamente vai avançar, e aliás o Casal da Carcaça, que hoje se aprovou, já tem o desenho urbanístico em termos de arruamentos, que contempla os 2 loteamentos. Como referiu há uns tempos atrás, não se podia fazer um alvará com arruamentos sem saída, e teve que se encontrar uma solução de arruamentos com coerência, que já contemplava os 2 loteamentos, o que quer dizer que os arruamentos serão aqueles. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que inicialmente estava tudo junto. Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo ao Sr. Vereador que, como o mesmo sabe, às vezes as comissões não se entendem e, como não se entendem, depois tem que haver alguém a moderar, e essa moderação foi possível agora. Aliás, foi como a Bela Vista e a Quinta da Ponte, dividiu-se aquilo em dois para se poder resolver. Neste caso encontrou-se uma solução parecida, de modo que pensa que o Casal do Cabreiro daqui a uns meses estará também resolvido. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório ainda falou numa outra questão, de que agora não se recorda. -----

Esclareceu o Sr. Vereador Nuno Libório que tem a ver com o facto de saber se, passado o prazo de 5 anos, a câmara municipal se sente obrigada ou não a compartilhar, nos termos constantes do regulamento. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que não sabe responder, pois tem que se avaliar. Sobre essa matéria não se pode pronunciar, na medida em que é uma questão complexa, como o Sr. Vereador diz, e bem, e tem que se avaliar juridicamente qual o caminho a seguir. Aliás, quando se terminar este processo das AUGI termina-se um processo muito sinuoso, muito difícil, e espera que um dia o país não tenha uma situação destas, e não vai ter de certeza, porque hoje as

situações são diferentes.-----

Contudo, sobre esta questão que o Sr. Vereador Nuno Libório colocou, pede ao Urbª Ricardo Ramalho que ajude nesta reflexão. -----

Interveio o Urbª Ricardo Ramalho, referindo que os 5 anos já se aplicam em tudo há muitos anos, porque os regulamentos são todos muito antigos. Portanto, os proprietários, todos eles, têm absolutamente claro que é assim, e em muitos casos já não há penalização hoje, e nunca houve nenhum problema de alguém a reclamar sobre isso. Aquilo que pode dizer, no fundo, é que é uma realidade, os proprietários sabem, há muitos anos que é assim, e até hoje não há nenhum “feedback” que isto seja um problema.-----

Sobre a Fonte Santa e algumas considerações que o Sr. Vereador fez, não sabe se ficou claro o procedimento, pois pode não ter ficado ou não se ter sido muito feliz no texto, mas, no fundo, o que aconteceu em outubro foi a consulta, foi a câmara municipal a dizer que se vai pensar na alteração ao regulamento, questionando a população sobre os contributos que tem, que se recolheram.-----

Agora, o que se trata é de haver uma proposta concreta, e é uma proposta de alteração, que vai ser submetida a consulta pública. Não há nenhuma alteração assumida do regulamento, o que há só é o procedimento que está previsto seguir com todos os passos, e o que virá à próxima reunião de câmara, ou quando se combinar, é precisamente a abertura da consulta pública.-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento.-----



Reunião de 2016/03/23

Deliberação nº



Reunião de 2016/03/23

Deliberação nº _____

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que naturalmente os membros do PS acompanham a saudação. -----

Saudação

Mário Coelho 80 Anos

Mário Coelho nasceu em Vila Franca de Xira no dia 25 de Março de 1936;

Praticante de bandarilheiro em 1955;

Toma alternativa em 1958;

Alternativa como Matador de Touros em 1967;

Despede-se em 1990;

De 1955 a 1990 realizou 1.472 corridas e 205 festivais de beneficência o que perfaz 3.149 touros lidados;

Em 1965 foi considerado o Melhor Bandarilheiro do Mundo.

Condecorações atribuídas (4)

- Medalha de Mérito Cultural atribuída a Mário Coelho pelo Secretário de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes, em 1990;
- Reconhecimento por Mérito Cultural, pela Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, a Mário Coelho no dia da Cidade no ano de 1996;
- Medalha de Valor Cultural atribuída a Mário Coelho pela Câmara Municipal de Vila Franca, em 2004;
- Condecoração do Grau de Comendador da Ordem do Mérito: Grau de Comendador, concedida a Mário Coelho pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, em 2005.

Conquistou os Principais Troféus e Prémios em várias Feiras Tauromáquicas em Portugal, Espanha, México, Venezuela e Equador:

Prémio Imprensa – 1972;

Troféus em Jornais e Rádios;

Prémios de Peñas Taurinas, Tertúlias, Grupos Tauromáquicos;

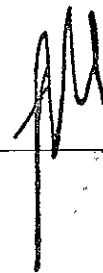
Troféus de Melhor Faena, Melhor Estocada e Melhor Par de Bandarilhas.

Principais Troféus e Prémios:

Troféu *Diário Ilustrado* - 1962

Troféu Jornal Atualidades - 1962

Troféu Casa Paco - 1964



Troféu Pena Joselito - 1964
Prémio do Grupo Tauromáquico Sector 1 - 1964, 1965, 1979
Troféu Mayte - 1965
IV Troféu Taurino Casa de Córdoba - 1965
Troféu Feira de Zamora - 1965
Troféu Feira de Vitoria - 1965, 1966
Troféu Feira de Santander - 1965, 1967
Troféu Feira de Málaga - 1966
Troféu Feira de San Sebastian - 1966
Troféu Feira de Pamplona - 1966
Troféu Feira de Jerez de la Frontera - 1967
Prémio Especial Vista Alegre (Madrid) - 1968, 1972
Troféu Jornal Hoopstad - 1971
Troféu Casa Armindo - 1971
Troféu Feira de Coro (Venezuela) - 1972
Troféu Cacique de Ouro (Maracay-Venezuela) - 1972
Troféu Melhor Faena em Barquizimeto (Venezuela) - 1972
Prémio Imprensa - 1972
Troféu Melhor Faena em Maracay (Venezuela) - 1972, 1973
Troféu Melhor Par de Bandarilhas em Barquizimeto (Venezuela) - 1973
Troféu Manuel dos Santos (Feira da Moita) - 1975, 1984
Troféu Sombrero de Plata (Monumental do México) - 1976
Troféu Pena La Lidia (Monumental do México) - 1976
Troféu da Feira de Cihuatlán (México) - 1976, 1978
Troféu Lark (Equador) - 1976, 1977
Troféu Feira de Tuxpan (México) - 1976, 1977
Troféu Nogales (México) - 1976, 1978
Troféu Municipio de Riobamba (Equador) - 1977
Troféu Rádio Voz Taurina de Portugal - 1977
Troféu Domecq (Monumental do México) - 1979
Troféu Daniel do Nascimento (Feira da Moita) - 1979, 1984
Troféu Rádio Comercial - 1979, 1987
Prémio da Pena Taurina "La Esperança" para Melhor Estocada (Chihuahua-México) - 1980



Prémio da Pena Taurina "La Esperança" para Melhor Par de Bandarilhas (Chihuahua-México) - 1980

Troféu Texcoco (Feira de Texcoco-México) - 1981

Troféu para Melhor Faena da Corrida de Tuxpan (México) - 1982

Troféu pela Melhor Faena da Feira de Santiago (Setúbal) - 1984

Troféu Tertúlia Festa Brava - 1984

Troféu Tertúlia Tauromáquica Setubalense pela Melhor Faena (Setúbal) - 1985

Prémio Grupo Tauromáquico Sector 1 - 1987

Troféu pela Melhor Faena da Feira Taurina da Moita - 1988

Troféu V Festival Pró-Ateneu Vila-franquense 1988

Troféu do Aposento Tauromáquico de Setúbal - 1990

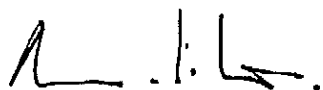
Troféu Melhor Faena da Temporada (Setúbal) - 1990

Troféu Rádio Nazaré para Melhor Matador de Toiros da Temporada - 1990

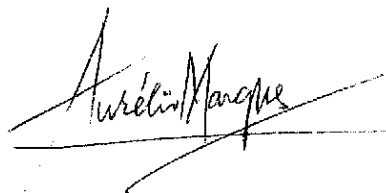
Troféu Stephens atribuído pela Rádio Nazaré - 1990

Os Vereadores da CDU na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, reunida no dia 23 de Março de 2016, saúdam o Maestro Mário Coelho.

Vila Franca de Xira, 23 de Março de 2016



(Nuno Libório)



(Aurélio Marques)



(Ricardo Anastácio)



(Helena Ramos)



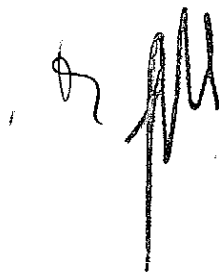
Reunião de 2016/03/23

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
SAUDAÇÃO A PEDRO MIGUEL CAROLINO -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que vai fazer uma saudação muito rápida, a Pedro Miguel Carolino, na área da tauromaquia, que na FERIA das Fallas de Valência, no dia 20 de março, no Recortador de Ouro 2016, tirou um honroso terceiro lugar, em Valência. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que naturalmente os membros do PS acompanham a saudação.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

CAPELAS MORTUÁRIAS DO CEMITÉRIO DE VILA FRANCA XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo, sobre as capelas mortuárias do cemitério de Vila Franca de Xira, que chegou ao seu conhecimento, por pessoa que frequenta as capelas mortuárias por razões até profissionais, que há alguns problemas. Parte das tomadas não tem luz corrente, as capelas não têm altar, o padre não dá missa porque não tem altar, não têm suporte para as urnas, a que se chama "essa", não têm alcatifa, não têm tocheiras, as portas não fecham, e também houve uns problemas na alcatifa. Portanto, como já não foi ontem, foi há uns dias, não sabe, pois não voltou a contactar com a pessoa, se estas situações já foram resolvidas. -----

Respondeu o Sr. Presidente que as capelas mortuárias do cemitério de Vila Franca de Xira não se resolvem somente com uma pequena reparação, há um projeto global de reparação das necessidades. -----

Entretanto, depois de esse projeto já estar concluído, é necessário alterá-lo, na medida em que as novas exigências, que têm a ver com todo este trabalho do cemitério, exigem um aumento de potência do quadro. De qualquer modo, não lhe parece que seja problema de maior, e já se está a trabalhar nisso, para depois se lançar o concurso da reparação global do que é necessário, da capela, das casas mortuárias e, se possível, também algum trabalho de melhoria dos arruamentos. --- Ver-se-á se se consegue lá chegar, e o Sr. Vereador Aurélio Marques pode dizer à pessoa que lhe colocou a matéria, que tem razão, e que a câmara municipal vai tentar este ano resolver. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que o Sr. Vereador Aurélio Marques ter-se-á dado conta que houve investimento nas casas mortuárias e que melhoraram as suas condições, e ter-se-á também dado conta que no plano de atividades, relativamente ao qual aliás votou contra, está previsto um grande investimento no âmbito da capela mortuária. A ideia do executivo é que se possa ao longo deste ano fazer uma reabilitação bastante grande naquela capela, e na altura em que for reabilitada crê que alguns desses problemas se resolverão.-----

Ainda, de acordo com a informação disponível, está-se longe desse cenário que o Sr. Vereador apresentou, não só porque o altar está no sítio, como, de acordo com



Reunião de 2016/03/23

Deliberação nº _____

as informações existentes, apenas não haverá eletricidade em 2 das 12 tomadas de eletricidade. De qualquer forma, são estilos, e dá só conta, que é o fundamental, que se começaram por recuperar as casas mortuárias e ir-se-á agora recuperar a capela mortuária do cemitério de Vila Franca de Xira. -----



Reunião de 2016/03/23

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
HABITAÇÃO ABANDONADA NA RUA DA ESPERANÇA - BOM SUCESSO – ALVERCA DO
RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que na rua da Esperança, no Bom Sucesso, em Alverca do Ribatejo, há uma habitação com visíveis sinais de abandono, com mato que invade o arruamento, e coloca em perigo a envolvente habitacional.-----

Portanto, os membros da CDU consideram que a câmara municipal terá de fazer qualquer coisa em relação ao proprietário. -----



Reunião de 2016/03/23

Deliberação nº _____

Assim, desconhece-se se a câmara municipal ou a junta de freguesia procederão à reposição de árvores, e os membros da CDU lamentam a falta de zelo em manter as poucas áreas verdes e ajardinadas do bairro.-----




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
PASSEIOS DEGRADADOS E ABANDONO DE JARDINS E PRAÇAS PÚBLICAS - ARCENA –
ALVERCA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que os passeios e calçadas em Arcena estão francamente mal conservados, e há inúmeras situações que exigem uma intervenção profunda, como planear e reconstruir partes significativas de passeio, cuja responsabilidade pensam os membros da CDU que é partilhada entre a câmara municipal e a junta de freguesia.-----

Há exemplos dados a conhecer pelas populações, como seja toda a extensão da estrada de Arcena, com necessidade de reperfilamento, vários troços na rua da República, na rua Bento Gonçalves, na rua 1º de Maio, na rua da Revolução e na rua do MFA. -----

Também se verifica o abandono de jardins e praças públicas construídas ao abrigo do PROQUAL, como o jardim do MFA e a praca do Desporto, que se encontram em mau estado de conservação. -----

As zonas verdes carecem de uma intervenção de requalificação, enquanto o mobiliário urbano está degradado. -----

A câmara municipal, quando encerrou o antigo polidesportivo, assumiu publicamente o compromisso de construir um espaço alternativo para jogos e lazer, o que não foi cumprido.-----

O jardim do centro cultural encontra-se em muito mau estado de conservação, sendo que há lixo espalhado e nítida falta de higiene no local. -----

Existem vários canteiros destruídos, além de calçada a necessitar de conservação. Portanto, a câmara municipal verá. -----



Reunião de 2016/03/23

Deliberação nº

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que é notória a falta de higiene na generalidade das ruas do bairro de Arcena, em Alverca do Ribatejo, sendo que o serviço foi protocolado com a junta de freguesia, que a concessionou a uma empresa privada. -----



Reunião de 2016/03/23

Deliberação nº _____

Respondeu o Sr. Presidente que esta é uma matéria que se está a resolver. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

DIVERSAS QUESTÕES RELATIVAS A ARCENA – ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Ricardo Anastácio, começando por cumprimentar todos os presentes, dizendo que vai também falar sobre Arcena, começando pelo caminho pedonal. -----

Assim, apesar das sucessivas chamadas de atenção à câmara municipal, a mesma continua a não realizar as obras necessárias para o caminho pedonal que serve as populações de Arcena e Bom Sucesso, até dando cumprimento a uma promessa antiga aquando da transferência da localização do centro de saúde. -----

Relativamente a infraestruturas, os moradores informam que a câmara municipal não deu sequência à promessa de construção do prolongamento da rua do Olival Doutor, em Arcena. -----

Quanto à EB1 de Arcena, a câmara municipal, em tempo, informou ser intenção requalificar a escola dando-lhe melhores condições, e desconhece-se se essa obra avançará. -----

Por fim, sobre as zonas verdes da urbanização de Arcena, não há memória de tão elevado estado de abandono das zonas verdes da urbanização, havendo irresponsabilidades partilhadas entre a câmara municipal e a junta de freguesia. ----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que há questões que foram colocadas, de zonas verdes e outras, que no entanto estão no documento dos membros da CDU, que é sempre muito precioso, porque é exaustivo. Apanha sempre os ângulos piores, mas isso é da vida, pois também há ângulos agradáveis, em que as zonas verdes estão tratadas, mas aí a câmara já não os apanha. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que das questões levantadas elege duas, uma delas com bastante interesse, que foi levantada pelo Sr. Vereador Ricardo Anastácio, e que tem a ver com as questões de Arcena e Bom Sucesso, que, como se sabe, são zonas de forte pressão habitacional, que foram construídas sem qualquer estratégia urbanística por parte da câmara municipal, na altura. São zonas de grande pressão habitacional, na altura não tinham quaisquer espaços verdes, Arcena e Bom Sucesso não tinham parques de estacionamento adequados às necessidades das pessoas. -----

Era uma zona vastíssima, sem respostas escolares adequadas, tinha um conjunto

de habitações ocupadas ilegalmente e sem qualquer salubridade, que até eram inclusivamente focos de doenças e de insalubridade bastante complicados, sem quaisquer equipamentos culturais condignos. -----

Era assim que aquela zona, tal como muitas outras no concelho, eram tratadas na câmara municipal de então, e elas representam hoje uma fortíssima inversão dessa suburbanização que era pretendida pela força política que liderava a câmara municipal na altura. Por isso, tanto em Arcena como no Bom Sucesso fizeram-se enormes investimentos, no sentido de retirar aquelas zonas habitacionais da situação de abandono em que se encontravam. -----

O executivo PS instalou e requalificou equipamentos escolares, alargou as suas capacidades, deu condições para as crianças de Arcena e Bom Sucesso poderem aprender com qualidade, criou um centro cultural onde não havia, criou novos espaços públicos, de que o jardim central do Bom Sucesso é apenas um dos exemplos, porque há muitos outros naquela zona. -----

Criou também recentemente mais um equipamento pré-escolar para a zona do Bom Sucesso, que, como o Sr. Vereador recorda, também não tinha esta valência com a qualidade que o executivo PS gosta de imprimir às zonas habitacionais. -----

Qualificou ainda as instalações dos parceiros sociais locais, e recorda como herdou as instalações da Cercitejo, as instalações do CASBA, a forma como as crianças tinham que passar o seu dia, e também nas instalações da Casa do Povo de Arcena, dando-se qualidade onde não havia qualidade. -----

O executivo PS criou um centro comunitário em Arcena, que desenvolveu um trabalho profundo com aquela população, adquiriu imóveis insalubres e abandonados que se encontravam na zona, e criou espaços de desafogo para as pessoas e novos estacionamento, sendo que muito recentemente recorda o investimento que foi feito na criação de um estacionamento na zona do antigo Pátio do Silvino, que era mais um exemplo de degradação urbanística que foi o resultado daqueles anos de pressão. -----

Impôs ainda melhor qualidade nas construções mais recentes, sendo que o Sr. Vereador reparará certamente que os bairros ali existentes de construção nos últimos 15 anos não têm comparação possível com o que foi feito antes, porque o tempo é outro, a exigência é outra, e a qualidade que se quer imprimir no território

é também outra. -----

O executivo PS tem lutado, como talvez o Sr. Vereador tenha acompanhado, pelo reforço dos transportes naquela área, sendo natural que aumente o nível de exigência das pessoas, depois de terem esta quantidade de equipamentos que não tinham. É sempre um risco que se toma quando se pretende mudar e elevar a vida das pessoas, e é o que a câmara municipal tem feito e continuará a fazer. É natural que haja sempre situações a melhorar, o executivo está absolutamente disponível para isso, e aliás o investimento na manutenção que se tem vindo a fazer é também muito grande. -----

Portanto, é um caminho que se está a fazer, não só em Arcena e no Bom Sucesso, mas estes são realmente um bom exemplo de como é possível alterar completamente a forma como as pessoas viviam naquela zona.-----

Interveio posteriormente o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que aquilo a que se pretende reportar foi na ausência do Sr. Presidente, pelo que corre o risco de poder fazer um comentário ou outro sem ter havido a presença do Sr. Presidente, que era imprescindível, tendo em conta até os anos que tem de gestão na câmara municipal. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo saber que, no fundo, a sua presença para o Sr. Vereador é agradável.-----

Interveio de novo o Sr. Vereador, dizendo ao Sr. Presidente que não tenha dúvidas, pois dentro das divergências políticas há linhas que ambos sabem respeitar.-----

Quer ainda dizer-lhe que o Sr. Vice-Presidente da câmara municipal está-se mesmo a pôr a jeito de lhe voltar a acontecer aquilo que aconteceu com o Vilafranca Centro, e com o loteamento da 3ª e 4ª fases da Quinta da Piedade, pois os membros da CDU, quando se fala dos atropelos urbanísticos e daquilo que deveria ter sido feito e acabou por não ser feito, ainda têm para lá uma série de atas que podem vir a fazer de auxílio de memória para o Sr. Vice-Presidente, bem como para todos aqueles que sintam necessidade de fazer uma autocrítica sobre esta matéria, não desculpando, nem evitando, a assunção de que, se pudessem voltar atrás, muita coisa de certeza absoluta que não fariam. -----

É a visão das coisas dos membros da CDU, mas pensa que o Sr. Vice-Presidente precisa novamente de ter uma nova ata e, na próxima oportuna reunião de



Reunião de 2016/03/23

Deliberação nº

câmara, tratarão de lhe fazer chegar a informação que lhe está a faltar. -----

Por fim, quer só pedir ao Sr. Presidente, porque de facto o Sr. Vice-Presidente, na opinião que têm, desvalorizou as preocupações dos mesmos sobre a degradação do espaço público em Arcena e no Bom Sucesso, que, com a habitual compreensão e preocupação que tem sobre estas matérias, não havendo hoje tempo útil para serem respondidas, até à próxima reunião de câmara faça chegar ao gabinete e também à força política PSD as informações que se entenderem prestar. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que vai responder por escrito.-----



Reunião de 2016/03/23

Deliberação nº _____

Saudação

Dia Nacional da Juventude, Dia do Estudante

Assinalam-se nos próximos dias 24 de Março, o Dia Nacional do Estudante, e dia 28 de Março, o Dia Nacional da Juventude, dias instituídos pelo Conselho Nacional da Juventude, como datas símbolo da luta da Juventude por uma vida melhor.

Perante a grave situação económica e social que a população portuguesa tem sido obrigada a viver, os Jovens, foram e são os mais afetados devido à sua situação particularmente frágil quer no acesso ao ensino quer ao mercado de trabalho.

Ao saudar a juventude no seu todo não podemos deixar de lembrar todos aqueles que no dia-a-dia pugnam pela defesa dos direitos conquistados e do futuro de todas as gerações designadamente as mais jovens.

Os vereadores da CDU na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira reunida no dia 23 de Março de 2016, reconhecendo o importante papel da juventude no desenvolvimento do país, saúdam o Dia Nacional da Juventude e o Dia Nacional do Estudante, e reforçam o comprometimento na luta pela melhoria das suas condições de vida e pela sua integração na vida ativa, na defesa do ensino público gratuito e de qualidade, com condições materiais e humanas, pelo respeito pela participação democrática dos estudantes na vida das escolas e na defesa dos direitos mais elementares a que o ser humano tem direito.

Vila Franca de Xira, 23 de Março de 2016

Os vereadores da Coligação Democrática Unitária



Reunião de 2016/03/23

Deliberação nº

Respondeu o Sr. Presidente que naturalmente há muitas matérias de que o executivo municipal também comunga, tendo todo o sentido esta saudação.-----

Saudação

Dia Mundial do Teatro

Comemora-se no próximo dia 27 de Março o Dia Mundial do Teatro, criado em Viena em 1961, durante o 9º. Congresso do Instituto Internacional de Teatro, organização não-governamental, fundada em Praga em 1948, pela UNESCO e comunidade internacional do teatro, aquando da inauguração do Teatro das Nações, em Paris.

O Dia Mundial do Teatro é uma oportunidade para celebrar o Teatro nas suas mais diversas formas. Fonte de entretenimento e inspiração tem a capacidade de unificar as mais diversas culturas e povos que existem no mundo. Mas o teatro é mais do que isso e também oferece oportunidades para educar e informar.

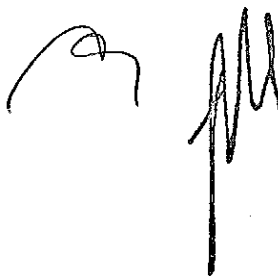
A Cultura enquanto serviço público assegura o direito de todos ao acesso, à criação e à fruição cultural. A destruição e perversão do princípio de serviço público, o estrangulamento financeiro e as políticas de agressão à Cultura criaram uma situação insustentável para os trabalhadores das artes do espectáculo.

Apesar de todas as dificuldades que o país vem atravessando, continuamos a defender a promoção e valorização do Teatro amador e profissional, ao mesmo tempo que defendemos a valorização das parcerias entre a autarquia e os grupos do concelho, na promoção do Teatro junto das escolas e outros públicos.

Neste contexto, os vereadores da Coligação Democrática Unitária, na reunião da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, de 23 de Março de 2016, evocam o Dia Mundial do Teatro e saúdam todos os trabalhadores das artes do espectáculo, agentes criadores e dinamizadores de uma arte que possui o dom de nos fazer reflectir, reagir e intervir.

Vila Franca de Xira, 23 de Março de 2016

Os Vereadores da Coligação Democrática Unitária



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

LUTA DOS TRABALHADORES DA SEGURANÇA SOCIAL – VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU, a propósito dos trabalhadores da Segurança Social, continuam na expectativa de que o Governo avance com uma solução que garanta condições de trabalho respeitadoras da higiene e da segurança nesse trabalho, a bem também da qualificação do serviço prestado aos utentes, que estão para além dos que residem no concelho de Vila Franca de Xira. -----

Há mais algumas questões para além daquilo que já se conhece, sendo que a câmara municipal, para a comunicação social, tem vindo a afirmar que há condições ou já encontrou, em articulação com o Instituto de Segurança Social, uma instalação provisória, e gostariam de saber exatamente onde é que fica essa instalação, se será uma situação enquanto decorrem as obras, ou se se encara a realocização definitiva dessas mesmas instalações. -----

Consideram que toda e qualquer decisão sobre essa matéria deve ter em linha de conta o superior interesse da defesa da saúde e das condições de trabalho dos trabalhadores e, como disseram, também a centralidade do serviço a bem da sua permanência e valorização no concelho de Vila Franca de Xira, mas, a propósito disso e das declarações do Sr. Presidente, também querem registar o facto de, nem o presidente da câmara, nem nenhum dos vereadores do Partido Socialista, no dia em que os trabalhadores estiveram no Largo da Câmara, se fizeram representar, no sentido de prestarem alguma solidariedade. -----

Os membros da CDU estiveram lá, não representam a câmara municipal, institucionalmente, são da câmara municipal, e não deixaram de registar essa ausência. -----

A segunda questão tem a ver com o parecer da Quercus, que lhes foi dado a conhecer nesse mesmo dia, que aponta para situações que têm de ser esclarecidas do ponto de vista técnico o quanto antes. Não têm competências para avaliar da veracidade das conclusões da Quercus, mas, atentos às suas preocupações, queriam destacar pelo menos uma ou outra que lhes parece que deveriam ser o motivo para, enquanto câmara municipal, se diligenciarem esclarecimentos o mais rapidamente possível.-----



A primeiro é que, segundo a Quercus, o Instituto Ricardo Jorge não dispõe, e passa a citar, “das certificações necessárias para análises que levou a efeito”. Portanto, queriam perceber se isto corresponde ou não à verdade. -----

A segunda tem a ver com o método em si. Segundo a Quercus o método de avaliação não foi o mais correto, pelo que deveriam ter sido utilizados outros métodos, e gostariam de saber se a câmara municipal está em condições de poder dar alguma informação, sem prejuízo de pedido de informação que possa fazer junto do Instituto de Segurança Social. A mesma Quercus considera que há matéria suficiente para a realização de uma contra-análise, por outros métodos mais exaustivos.-----

Assim, no meio disto tudo os membros da CDU, o que acima de tudo pretendem, e não lhes move nenhuma preocupação de outro tipo que não seja a salvaguarda da segurança dos trabalhadores, é perceber em que estado tudo isto se encontra, no sentido de serem aferidas e decididas decisões que cabem eminentemente ao Governo.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que se a Quercus acha que tem questões, que as coloque diretamente ao ministério. São questões de carácter técnico e, quanto às avaliações e estudos que foram feitos pelo Instituto Ricardo Jorge, o próprio considera que é uma das grandes entidades no país para este tipo de avaliações, no entanto, se está certificado ou não, tem dúvidas que não esteja. -----

A Quercus também refere que os critérios adotados não foram adequados, e aquilo que sugere à Quercus é que junto do ministério faça essas avaliações, porque a câmara municipal não põe em causa os estudos que foram feitos pelo Instituto Ricardo Jorge. Não vai pôr isso em causa, o Instituto Ricardo Jorge trabalhou com a câmara municipal quando foi a questão da Legionella e, de facto, fez um trabalho notável, não lhe parecendo que se deva meter numa situação eminentemente técnica. Se a Quercus tem dúvidas sobre a matéria, que as coloque a quem de direito.-----

Agora, também tem a dizer que o sentido que o Sr. Vereador e a CDU têm é o mesmo que tem o executivo PS, pois o que o move é resolver e procurar encontrar soluções para que os trabalhadores estejam em instalações adequadas, o que não tem acontecido ao longo destes anos.-----




Esta é uma matéria de há muitos anos, e estranha é a CDU nunca a ter levantado nos anos mais recentes.-----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que isso não é verdade. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que nos anos mais recentes não levantou, e o sindicato também não levantou.-----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que a câmara municipal também não levantou.-----

Interveio de novo o Sr. Presidente, referindo que, quanto àquilo que a câmara municipal levantou ou não, são decisões que, no que diz respeito ao seu presidente, a câmara municipal vai fazendo.-----

No entanto, não tem dúvidas, o que considera curioso é que a apetência maior para colocar estas questões é justamente quando o Partido Socialista está no Governo. São factos, certamente são só coincidências, mas não viu esse empenho e forma de atuar quando há 4 anos esteve o governo do PSD, pois da CDU, que ouvisse, nunca ouviu nada. Agora, o Partido Socialista está lá há meia dúzia de dias, "pimba", tem que resolver, e vai resolver. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que tem de resolver. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, mencionando que tem de resolver, assim como o PSD e os outros que lá estiveram antes tinham que resolver, porque aquela matéria já vem desde mil novecentos e carqueja. Porque é que não se resolveu nestes anos todos? -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo ao Sr. Presidente que pergunte ao PSD. -----

Continuou o Sr. Presidente, dizendo que não sabe, só está a dizer que estes que lá estão agora têm obrigação de resolver, como os outros tiveram obrigação de resolver, pois é uma obrigação. Têm que se encontrar boas soluções para os trabalhadores, que não podem estar em instalações que causem problemas à sua saúde. -----

Sobre essa matéria estão na mesma sintonia, mas quanto ao ir à manifestação ou não, as questões da solidariedade fazem-se com factos, com realidades, e a realidade do presidente da câmara foi no sentido de, desde que foi contactado pelo sindicato, em termos de ofício, enviar imediatamente ao Sr. Ministro Vieira da Silva

a manifestação de grande preocupação do problema que se estava ali a passar, que já não era de hoje, era de há muitos anos a esta parte e tinha que se resolver. Não sabe se o ofício que enviou teve alguma sequência, provavelmente até teve, e rapidamente as coisas começaram a evoluir, no sentido de encontrar soluções. ----- Teve várias reuniões com o responsável do centro distrital no sentido de encontrar soluções provisórias, e fez aquilo que pensa que se deve fazer, ser um meio de resolver o problema. Por isso, sugeriu vários espaços, inclusivamente, já numa fase mais avançada, a antiga loja dos SMAS, mas naturalmente tinha de vir a reunião de câmara, em termos de protocolo para a sua cedência, nas condições para o efeito.- Foi-lhe solicitado, através do gabinete do Sr. Ministro, que se encontrassem espaços para arrendar, e indicou vários, que não tiveram sequência. Depois, numa fase mais recente solicitaram-lhe espaços para arrendar, e deu indicação desses espaços, de acordo com as características que lhe indicaram, e quer dizer que recebeu uma informação há 2 ou 3 dias do que efetivamente vai acontecer. ----- Há problemas do foro respiratório, por equipamentos que, pelos vistos, não são os adequados em quantidade e qualidade, e provavelmente com falta de manutenção, sendo necessário fazer obras nas instalações, de pinturas e substituição de equipamentos, para que os episódios em termos respiratórios cessem. ----- Assim, para que esse trabalho seja possível de realizar, não é compatível estarem lá as pessoas a trabalhar, e por isso, provisoriamente os trabalhadores irão para um espaço na cidade de Vila Franca de Xira. Não vai dizer qual, porque lhe disseram para, em primeiro lugar, esta questão ser informada aos respetivos trabalhadores. De qualquer modo, a matéria está resolvida e há um espaço no centro da cidade para onde os trabalhadores irão provisoriamente. ----- Pergunta-lhe o Sr. Vereador se é provisório ou definitivo, e não sabe responder, a única coisa que sabe é que vão ser feitas obras nas atuais instalações, vai-se verificar se ficam de forma adequada, e depois alguém, o próprio ministério, irá avaliar se de facto os trabalhadores lá continuam ou se há necessidade de encontrar outra solução. ----- É o que pode dizer, e não foi menor consideração não ir à manifestação, e nem sabe a quem se iria dirigir, porque não conhece ninguém do sindicato. Parece que



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 137

Reunião de 2016/03/23

Procº _____

Deliberação nº _____

trabalhadores estavam lá muito poucos, pelo menos é a informação que tem, e estavam lá outras pessoas, entre os quais o Sr. Vereador, mas isso é normal.-----
Interrompeu o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando se pode estar. -----
Respondeu o Sr. Presidente que o Sr. Vereador pode estar onde quiser, logo que seja bem-vindo e não vá perturbar ninguém. É sempre bem-vindo a tudo, até numa manifestação, contudo, o que o próprio lhe diz é que teve a porta aberta até às 19h00, e normalmente fica até às 18h00. Deu indicações para estar até às 19h00, porque ficou na expectativa que eventualmente alguém dos trabalhadores ou do sindicato quisesse falar com o presidente da câmara, e com todo o gosto, como já tem feito em outras alturas, recebia as pessoas. -----
Não foi esse o entendimento, mas aquilo que procura fazer é o que vai continuar a fazer, ajudar a encontrar as soluções, que é sua obrigação. Portanto, sobre esta questão é aquilo que pode referir, e à medida que tenha mais informação naturalmente que a irá prestar.-----



Reunião de 2016/03/23

Deliberação nº

Portanto, são questões que os membros da CDU vão agora, oportunamente, entregar à mesa, e pede desculpa, porque foi um lapso, enquanto teve de fazer um atendimento telefónico. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
RESPOSTAS ÀS QUESTÕES COLOCADAS NA ÚLTIMA REUNIÃO DE CÂMARA PELOS
MEMBROS DA COLIGAÇÃO NOVO RUMO -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo, como o Sr. Presidente certamente estará recordado, na última reunião de câmara em Vialonga colocaram uma série de questões, as quais não foram respondidas.-----

O Sr. Presidente interveio, referindo que se lhe derem tempo têm as respostas.-----

Prosseguiu a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, mencionando que também têm as perguntas que fizeram, e caso seja necessário usar a cábula, usarão, mas gostavam de receber as respostas às questões colocadas, quer pela própria, quer pelo Sr. Vereador Rui Rei.-----

Aproveita ainda para questionar sobre o ponto de situação da parceria de cooperação com a Junta de Freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, no que respeita ao contrato de manutenção dos espaços verdes do centro de saúde.---

Respondeu o Sr. Presidente que não tem conhecimento da questão que a Srª Vereadora coloca, vai perguntar ao Sr. Presidente da junta e depois responderá, porque efetivamente não tem essa informação. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, questionando se as respostas às questões colocadas pelos membros da Coligação Novo Rumo, na anterior reunião de Vialonga, vêm para a próxima reunião.-----

Respondeu o Sr. Presidente que são cerca de 60 respostas, e, das duas uma, ou responde por escrito, ou falará na próxima reunião de câmara.-----

Disse a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus que será então como o Sr. Presidente achar melhor. -----



Reunião de 2016/03/23

Deliberação nº

Terminou, mencionando que se todos estiverem de acordo enviar-se-á esta breve nota à embaixada da Bélgica em Portugal, e ao município de Bruxelas.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ **141**

Reunião de 2016/03/23

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
INFORMAÇÃO SOBRE RESOLUÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS – DECLARAÇÃO DE
COMPROMISSO -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que os pontos que não foram discutidos hoje, 44, 45 e 46, passam para a próxima reunião, e começará a reunião a dar as respostas. -----

Por fim, pretende ainda informar que a Drª Nélida Soares precisa de dar uma informação, que é da máxima importância para todos, vereadores, para o órgão câmara municipal.-----

Interveio a Drª Nélida Soares, dizendo que em novembro de 2015 foi publicada uma nova resolução do Tribunal de Contas, que basicamente vem reforçar aquilo que já existe, que é a obrigatoriedade de remeter as contas por via eletrónica, mas introduziu um novo dado, que é uma declaração de compromisso, que deverá ser assinada pelo órgão responsável pela elaboração e aprovação das contas.-----

Neste sentido, passará a distribuir a resolução, onde aparece o modelo e o que consta dessa declaração de compromisso, que vem obrigar a que os órgãos declarem que concordam com o que está na prestação de contas, que são cumpridos todos os procedimentos contabilísticos, normas de controlo interno e por aí fora, devendo a declaração ser assinada por todos os elementos do órgão.----

No entanto, também existe a possibilidade de, quem não concorda ou não quiser assinar a declaração, juntar uma declaração a explicar porque é que não quer, ou porque é que não concorda na assinatura dessa declaração de compromisso, ao fim ao cabo assumindo que a prestação de contas cumpre todos os requisitos, procedimentos internos, contabilísticos, e que as demonstrações financeiras não omitem nenhum fator relevante ou valores materialmente relevantes.-----

Terminou, referindo que sabe que esta questão é complicada de se colocar assim, mas também não é preciso os Srs. Vereadores decidirem hoje. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que se os Srs. Vereadores tiverem dúvidas, que certamente terão, esta é mais uma exigência do Tribunal de Contas, como já tem feito muitas, de um controlo ainda mais apertado, e que diria escusado, na medida em que nas deliberações e tomadas de posição na câmara municipal assumem-se as responsabilidades que se têm de assumir.-----

[Handwritten signature]

Portanto, não lhe parecia que fosse necessário fazer mais, mas são agora exigidas essas declarações, pelo que, como a Drª Nélida Soares referiu, quem não quiser assinar é só uma questão de fundamentar porque é que não quer assinar. O presidente da câmara está sempre “tramado”, é responsável por tudo e mais alguma coisa, mas os Srs. Vereadores não têm que o acompanhar e, se não o quiserem fazer, é só uma questão de passarem uma declaração. -----

Retomou a palavra a Drª Nélida Soares, esclarecendo que isto tem de acompanhar os documentos que vão para o Tribunal de Contas até ao final de abril. -----

Perguntou o Sr. Vereador Nuno Libório se não é obrigatório levar já para a assembleia municipal. -----

Interveio de novo o Sr. Presidente, referindo que não, e se os Srs. Vereadores tiverem dúvidas os gabinetes podem contactar a Drª Nélida Soares, que as retirará. Assim, fica à consideração dos Srs. Vereadores, pede que leiam bem e que façam o que acharem mais oportuno. -----



Deliberação nº 245



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

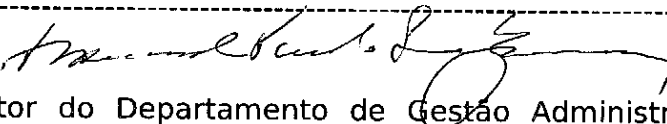
Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 113

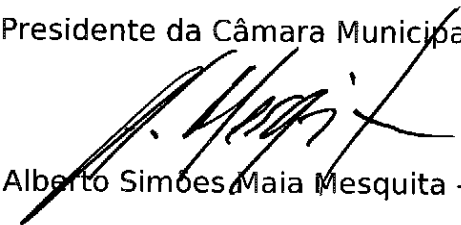
Reunião de 2016/03/23

Encerramento às 14h05. -----

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara de 2016/04/20, não tendo participado na votação os Srs. Vereadores Ana Lúcia Cardoso e Ernesto Ferreira, por não terem estado presentes, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros.-----

E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. -----

O Presidente da Câmara Municipal,


- Alberto Simões Maia Mesquita -